



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pombal, nº0018/CMP/18 de 31/08/2018

Aos trinta e um dias do mês de Agosto de dois mil e dezoito, nesta cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quatorze horas e trinta minutos, teve lugar a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pombal, estando presentes, o Senhor Presidente da Câmara Dr. Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Ferreira Pereira Duarte Cabral, a Senhora Vereadora Dra. Ana Cristina Jorge Gonçalves, a Senhora Vereadora Dra. Anabela da Mota Neves, o Senhor Vereador Dr. Michäel da Mota António, o Senhor Vereador Eng. Narciso Ferreira Mota, a Senhora Vereadora Dra. Odete Alves e o Senhor Vereador Dr. Pedro Brilhante comigo, Virgínia dos Santos Moderno, Técnica Superior, que secretariei.

Ausência de membro da Câmara

A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a ausência do Senhor Vereador Eng. Pedro Filipe da Silva Murinho.

De seguida entrou-se na discussão e votação dos seguintes pontos da ordem do dia, relativamente aos quais abaixo se dá por reproduzido o teor das deliberações.

1. Período antes da ordem do dia

Antes de dar início à Reunião, decorreu a entrega de prémios, da Corrida do Bodo, às equipas com mais participantes - “Os Bons Pombalenses” e “Desporto para todos” - e do donativo da Dona Eugénia e do Sr. Tomé Lopes, como sócios-gerentes do Intermarché, à APRAP e à Universidade Sénior, no valor de € 1.250,00 a cada instituição.

De seguida o Senhor Presidente usou da palavra, como se segue:

“Proseguimos então a nossa sessão com algumas informações integradas já no 1º ponto da nossa ordem de trabalhos, período antes da ordem do dia, para dar nota aos Srs. Vereadores, mas também à comunidade em geral, da celebração, no próximo dia 5 de setembro, do nosso dia da Educação, que este ano será dedicada à sustentabilidade, à cidadania, aos valores e às atitudes “Educação para a vida”, numa sessão que começará às 14h 30m no Teatro Cine e que contamos com a participação da Diretora do Centro de Emprego de Formação de Leiria, Dra. Paula Vaz, do Diretor do ACES do Pinhal Litoral, Dr. Pedro Sigalho e a Dra. Cristina Oliveira que, evidentemente, tem sempre até à última da hora várias matérias que nos podem, eventualmente, limitar, e a participação, com apresentação dos projetos educativos, do Agrupamento de Escolas da Guia, da Gualdim Pais, de Pombal e também do conjunto das escolas não agrupadas que virão falar sobre o projeto Like Saúde. Como sabem temos também feito essa apresentação. Teremos uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

apresentação no âmbito das cidades educadoras, das cidades amigas das crianças, perspectivas do futuro pela Sra. Vereadora do Pelouro da Educação e da Ação Social Dra. Ana Cabral e a participação do jovem participante do 15º Congresso Internacional das Cidades Educadoras João Pedro Matias, sobre participação e empreendedorismo. Convidámos o Sr. Professor Dr. José Matias Alves, que é professor associado da faculdade de Educação e Psicologia na Católica Portuguesa e diretor-adjunto também dessa mesma faculdade e foi consultor do Ministério de Educação, no âmbito do programa de autonomia e flexibilidade curricular, para nos dar, no âmbito de uma proposta de contributos para a mudança de paradigma, a sua leitura sobre a construção do sucesso escolar; muito vocacionada, precisamente, ao trabalho que temos vindo a desenvolver; aos resultados alcançados no âmbito do projeto de potenciação do sucesso escolar desenvolvido pela Câmara, e agora acompanhado também pela Comunidade Intermunicipal. Às 17 horas, esta sessão terminará com a inauguração da exposição itinerante da rede territorial portuguesa das cidades educadoras, da qual Pombal já faz parte há algum tempo, portanto, fica esta nota.

No mesmo sentido, sublinhar que no próximo dia 4 de outubro, Pombal acolherá o dia das Bandeiras Verdes 2018 e, portanto, reuniremos aqui - já não será a 1ª vez será a 2ª, se a memória não me falha. O programa, que é promovido pela Associação Bandeira Azul da Europa, juntará uns milhares de alunos e contará, também, com as 19 escolas de Pombal, que na edição de 17/18 do Programa Eco Escolas concorreram a este galardão, e que corresponde, de facto, ao número de escolas que são, praticamente, todas as que têm recebido a Bandeira Verde. Portanto, teremos ocasião de as acolher já no mês de Outubro.

Queria dar-vos também nota de que recebemos comunicações, quer da Sra. Diretora Geral da Administração Local, quer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, quer, ontem mesmo, do Gabinete do Sr. Ministro da Administração Interna, dando-nos nota daquilo que é a posição destas entidades relativamente à entrada em vigor da lei da descentralização de competências, da Lei 50 de 2018, nomeadamente, pela controvérsia que se levantou no dia seguinte à sua publicação ou da sua vigência, da sua entrada em vigor; relativamente à necessidade da tomada de posição por parte dos órgãos de autarquias locais relativamente às propostas de transferência de competências e, reitera o Sr. Ministro, eu não querendo aqui fazer-vos perder muito tempo, que “a nova lei implicará um reforço financeiro significativo, assim como a previsão de todos os mecanismos de financiamento necessários ao aumento da participação das autarquias nas receitas públicas e previsão dos recursos financeiros, para que estas possam exercer mais competências. O Orçamento de Estado para 2019 vai igualmente contemplar o incremento significativo das transferências para autarquias locais, conforme resulta do número 1 do mesmo artigo 4º da Lei 50 de 2018 de 16 de agosto. Em conjugação com o número 1 do artigo 44º, ambos da lei-quadro de transferência de novas competências e identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos, serão concretizadas nos termos dos diplomas legais do âmbito setorial que cada uma das áreas a transferir. Os referidos diplomas encontram-se em processo legislativo para se ver a respetiva aprovação nas próximas semanas. Assim, a adesão dos municípios às novas competências só se poderá efetivar após a publicação dos diplomas setoriais respetivos. Em respeito



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

pelo princípio de gradualismo estabelecido na lei, os municípios terão até 2021 para se prepararem para assumir as novas competências das notícias vindas a público”, diz a missiva. E continua o Sr. Ministro “sobre deliberações de órgãos autárquicos, relativamente à opção pelo não exercício de competências em 2019, são extemporâneas e destituídas de qualquer valor jurídico. As autarquias locais e as entidades intermunicipais consideram-se dispensadas da comunicação de deliberações à Direção-Geral das Autarquias Locais até ao momento em que os diplomas legais de âmbito setorial estabeleçam os termos e os prazos para concretização da transferência das novas competências, ainda em 2019. O Governo manifesta, mais uma vez, a confiança naquele estado, nas autarquias para assumir as novas competências e funções que estão previstas neste processo de descentralização, numa lógica de maior proximidade e subsidiariedade na gestão de recursos públicos. O Governo manifesta, ainda, toda a disponibilidade para esclarecer e apoiar os eleitos locais na concretização desta reforma”. Portanto, não sei se todos os membros da Câmara tiveram ocasião de ler a Lei. A Lei, de facto, o que estabelece é que, entrando em vigor no dia 17 de agosto, que devem até dia 15 de setembro, os municípios pronunciar-se sobre as matérias do número 2 do artigo 44.º da norma que diz que, de facto, deve haver os diplomas setoriais, e, portanto, estas missivas vêm transmitir esta tranquilidade que eu percebo, do ponto de vista político, mas já não posso admitir sob o ponto de vista jurídico. Porque do ponto de vista jurídico, se o legislador quisesse dizer que as normas apenas entrariam em vigor e que os municípios só se pronunciariam depois da publicação dos diplomas setoriais, era isso que tinha dito, não tinha dito até ao dia 15 que teriam que se pronunciar e, portanto, percebe-se e julgo que, sob o ponto de vista político, que se percebe esta preocupação. E quem tem lido os jornais tem percebido que os municípios de todos os partidos têm manifestado a maior apreensão naquilo que está a preparar e rejeição clara que estamos em ano pré-eleitoral e que, portanto, tudo isto traz enorme constrangimento, mas o que é certo é que não foi isso que foi dito. O que foi dito foi que, até 15 de setembro, o processo tem que estar suficientemente amadurecido para se tomarem posições.

Eu quero dizer-vos que para a próxima reunião que fizermos, que será no dia 12, 13 ou 14, do mês de setembro, eu acho que a Câmara deve discutir este tema e, portanto, eu vou agendar este tema. Independentemente de existir ou não os diplomas setoriais, porque é importante também ouvir os Srs. Vereadores sobre este assunto, permitindo desde já dizer-vos que o que tenho visto é muito mais uma intenção, no âmbito das propostas, de tornar os municípios uma espécie de governantes de escolas e centros de saúde do que propriamente entidades ativamente envolvidas com competências e capacidades para participarem na organização, na melhoria e no desenvolvimento destes processos. Portanto, não creio que, no modelo, que todos nós possamos, com as diferenças que temos, preconizar da melhoria das competências que, com a proximidade com que as podemos desenvolver, fiquemos pela limpeza de espaços, de espaços públicos para fazer obras e para fazer a gestão dos respetivos recursos humanos. Penso que a nossa leitura de todos será bastante mais ampla, será bastante mais exigente, porque isso não introduz significativamente melhorias nenhuma ao processo de ensino, nomeadamente a partir dos 2º, 3º ciclo e secundário. Nas propostas também já conhecidas, a Escola Secundária



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

de Pombal, porque está entregue ao parque escolar, não faz parte da sua transferência patrimonial e, portanto, estamos a falar aqui dos edifícios escolares que serão 13, se a memória não me falha, que integram o Agrupamento de Escolas da Guia, a Marquês de Pombal e a Gualdim Pais, e, sem esse património que seria transferido, em termos de recursos humanos, estamos a falar de 196 pessoas em assistentes técnicos e assistentes operacionais. O que, evidentemente, reclamará é no campo da Saúde, apenas um recurso humano que nem se consegue perceber por que é que é só um, e a transferência aqui das instalações de Pombal que, justamente, tínhamos acabado de transferir para a ARS para regularizar o processo do registo matricial que não foi feito e predial, julgo eu 1983 ou 1984, quando se fez o primeiro Centro de Saúde na cidade.

Portanto, ficam-se com esta nota e, independentemente deste esclarecimento que todos nós sabemos que não é, nem o Sr. Ministro nem o Sr. Diretor Geral nem a Associação Nacional de Municípios que revoga as normas até porque, mesmo que isto fosse verdade, ficaríamos sempre aqui com um problema, é que as deliberações têm que ser tomadas até 15 de setembro e alguém vai ter que fixar a nova data e uma nova data que vincule essa validação, e só deveria ser a Assembleia da República, mas eu percebo porque os processos, às vezes, tenham estes atropelos. Mas pronto, para se perceber que uma questão é a discussão política, outra tem a ver aqui com a minudência legal, que, seja como for, é sempre evocável e pode trazer aqui transtornos, basta haver uma autarquia que nos questione judicialmente. Temos aqui uma situação complexa, perdemos tempo concentrados nesse detalhe, mas também é preciso reconhecer à entidade que venha a afixar novo prazo, - e esse prazo é válido -, que depois desse prazo, alguém tem que reconhecer que ele está passado. Portanto, é intempestiva e não pode ser admitida, se for a lei é lei, se for outra coisa qualquer, mas não sabemos que validade jurídica é que isto tem, para mim não tem nenhuma, mas isso é outra questão. Eu acho que não devemos perder-nos nessa discussão, naquilo que é, até, a parte formal em detrimento da questão substancial que é: que competências são? Como é que vêm em termos de capacidade? Como é que se formam? Substituição dos recursos humanos, o que é que acontece àqueles estabelecimentos de ensino que hoje já tem défice de pessoal e que nos vão entregar este pessoal e que vai ser preciso mais gente? Quem é que os vai pôr? Quem é que os vai pagar? Quem é que os vai dirigir? Quem é que vai ficar com os processos individuais de todos estes trabalhadores? Quem é que faz a gestão dos recursos humanos? Como é que se fazem as aposentações? Como é que se fazem as obras que são necessárias hoje, que não estão realizadas e que, no futuro, terão que ser feitas? Portanto, há um conjunto enorme de matérias que convém que sejam devidamente pensadas, esperamos que, na legislação setorial tudo isto seja claro, mas, na essência, é perceber o que é que, de facto, querem que nós façamos, ou seja, qual é o envolvimento que o Município deve ter aqui neste processo. Ficamos com a nota destas comunicações, que foram também vinculadas pela comunicação social.

Por fim, queria dar-vos nota também de uma comunicação, que chegou anteontem, remetida pela Sociedade Soteol, que está a concluir as obras no Centro Escolar das Meirinhas, e depois de se ter feito uma visita técnica, no mês de julho, às obras e de, alegadamente, ter havido, à data, um compromisso de abertura, deste novo centro escolar, no início do ano letivo em causa portanto, 18/19, vem a Sociedade dar-nos nota de que



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

fornecimentos diversos essenciais à obra registaram atrasos e que não têm condições para o fazer no dia 9, como tinham programado, uma vez que o ano letivo abrirá entre 12 e 17, julgo que a maior parte das nossas escolas abrirá a 17. Esta comunicação chegou anteontem, eu tive ocasião, também, de falar, antes disso, com os responsáveis da obra, evidentemente, queria que existisse um formalismo nesta comunicação, até porque a obra já terminou o seu prazo de execução há algum tempo. Eu quero aqui frisar essa circunstância, e infelizmente, tem sido um bocadinho mais frequente do que o desejável, as vezes com que temos vivido com estes atrasos, estou a lembrar-me de pelo menos duas situações que não se encontram particularmente justificadas, se pensarmos, por exemplo, na requalificação urbanística da Ilha, é uma delas, se pensarmos na requalificação urbanística da ligação Antões - Moita do Boi é outra circunstância que também ultrapassou os prazos que estavam estabelecidos, e que juntamos agora esta circunstância. Isto é uma informação que não significa que não haja, entretanto, reação imediata. Portanto, o que se fez foi reunir já com o Agrupamento de Escolas Gualdim Pais, onde esta escola integra, com a Associação de Pais, com a Junta de freguesia, que têm responsabilidades nas refeições e na coordenação geral na limpeza dos edifícios e por aí fora. Portanto, as condições estarão reunidas para que, no início do ano civil, em janeiro, - não vamos interromper o 1º período -, portanto, as crianças farão o 1º período no atual edifício escolar das Meirinhas e depois das férias de Natal, iniciarão já com a escola em perfeitas condições e com tudo devidamente organizado, o seu período letivo. Portanto, não se cumpre esta intenção, que julgo que era unânime, de arrancarmos, como temos vindo a conseguir em todos os outros centros escolares, na altura certa, que era o início do ano letivo. As questões operacionais estão ultrapassadas, portanto, ficam com esta informação uma vez que estas reuniões que tivemos esta manhã com os diversos responsáveis, portanto, está tudo coordenado para o ano letivo começar com normalidade a 17, decorrer todo esse 1º período, fazer as festas de Natal e depois abrir no 3 ou 4 ou 5 de janeiro que será, calculo, a reabertura do segundo período.

Portanto, Srs. Vereadores, eram estes assuntos no período antes da ordem do dia que tinha para vos trazer, não sei se algum dos Vereadores quer usar a palavra neste período.

Sr. Vereador Michael faça o favor”

Michael António (Vereador)

“Antes de mais, boa tarde a todos, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, caros colegas e funcionários do município.

Sr. Presidente, relativamente às suas intervenções e às informações que nos prestou, efetivamente, digamos que a principal intervenção que tinha preparada para o período antes da ordem do dia era, efetivamente, a da lei da transferência de competências, assunto sobre o qual acabou de intervir e até com alguma profundidade. A Vereadora Ana Gonçalves já me tinha transmitido que a Câmara tinha recebido correspondência porque, também, eu fiquei atónito com a questão dos prazos. Já percebemos que é uma lei-quadro de transferência de competências, como o próprio nome indica é uma lei-quadro, enquadra e, depois precisa de diplomas que a concretizem.

Eu fiquei estupefacto porque toda a gente sabe que o calendário do ministro da Administração Interna era ali, meados ou finais de junho, no limite, que era para isto ser



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

preparado com tempo, e nessa altura, evidentemente, até por exclusão de partes não foi nada publicado e percebemos que isto se tinha atrasado substancialmente. Não deixo de achar curioso a publicação do diploma em meados de agosto, quer dizer quando o país está a banhos, e já sabemos que é mesmo assim, por maioria de razão na Administração Pública, e isto para dizer o quê? Há décadas ou pelo menos há muitos, muitos anos, - eu desde que me lembro de estar dentro desta casa -, que se fala da transferência de competências e/ou regionalização e depois eu não percebo, isto não é nenhuma crítica ao atual Governo, porque isto sempre foi assim, seja quem for que esteja a governar em termos de cor política que se fala de transferir estas competências para as autarquias. Eu não percebo como é que uma coisa que se anda a falar há tantos anos depois é feita em cima do joelho e parece que é tudo feito à pressa. Depois, esta publicação a 16 de agosto a dizer que entra em vigor no dia a seguir, e depois diz às Câmaras, “os senhores vão ter que tomar uma decisão até 15 de setembro”, evidentemente que isto não pode ser, eu também estou preocupado com o formalismo, porque como o Sr. Presidente da Câmara disse, quer dizer, não são comunicações ou circulares internas, ou seja o que for, que vão alterar uma lei, porque só tem competência para alterar o que está aqui escrito de quem a aprovou e que, tratando-se de uma lei da Assembleia da República. Portanto, é bom que a Assembleia da República, preto no branco, faça publicar uma alteração a esta lei, o que por si só não deixa de ser ridículo para já, porque não é publicado em 16 de agosto e vai ter que ser alterada no prazo de 30 dias. Mas é melhor assim, do que continuarem a persistir no erro, porque eu estive a ler, a lei tem 44 artigos e só isto já diz tudo, não é? Evidentemente, precisa de ser concretizada como a própria lei diz através de diplomas setoriais, que é para depois dizerem às Câmaras o que é que se propõe transferir, quais são as competências e quais são os recursos humanos técnicos, financeiros, sobretudo, como eu acabei de dizer, financeiros que acompanham essas transferências, porque já se percebeu que, se no domínio da Educação e da Saúde, eu acho que já todos percebemos que o que querem é passar os ossos para as Câmaras e ficarem com o filet mignon, passo a expressão.

Não sei se é o caso ou não, mas isto para dizer que, ainda bem que eles se aperceberam, porque isto é um assunto demasiado sério, transferir competências e atribuições para as Câmaras, nomeadamente uma série de áreas: financiamento de novas competências, de transferência de património, recursos humanos, educação social, saúde, proteção civil, cultura, património; podia continuar para aqui a debitar, não vale a pena, porque o tempo urge. Pronto, vamos ficar então a aguardar por uma eventual publicação. Também concordo que o Sr. Presidente mantenha o assunto agendado para 15 de setembro, porque, para já o que vale, e o que tem valor legal, é a lei que está publicada, e a lei que está publicada diz que é até 15 de setembro que temos de tomar uma decisão.

Eu também acho que, aliás, existe uma dicotomia no próprio diploma que diz que as Câmaras que não quiserem transferências para 2019 têm que o decidir até 15 de setembro e as que não quiserem para 2020, têm que decidir até 30 de julho. Junho ou julho, isto significa o quê? Que podemos dizer que não ao primeiro ano e ver o que é que isto vai dar e aceitar para o segundo? Eu presumo que é isso que o legislador quis dizer, pronto, mas até é bom que a Assembleia da República venha a esclarecer e aquilo que foi a ratio legis, e a intenção ao legislar desta forma, que é para nós percebermos todos, de



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

uma vez por todas, é de forma muito bem esclarecida. E mesmo quando houver a publicação destes diplomas setoriais, é bom que os diplomas tenham uma redação o mais simples possível e que se consigam compreender bem que é para as Câmaras perceberem bem, Câmaras e freguesias, o que é que se propõe que seja transferido. Porque se há coisa que eu sempre ouvi dizer, nomeadamente aqui ao ex-Presidente da Câmara é que um euro ou um cêntimo é muito melhor gerido por uma autarquia do que pela Administração Central, e isso está provado, por números e dados estatísticos, porque as Câmaras com 1,5 ou não chega a 2% daquilo que é o Orçamento de Estado, conseguem produzir para aí 30% ou mais daquilo que, depois, é o Produto Interno Bruto deste país. Portanto esta era a intervenção que tinha preparada e, aproveito agora, para dizer que aguardarei também com alguma apreensão para que a Assembleia da República legisle, que é para este órgão, e concordo com aquilo que se sugeriu, que isto seja uma discussão bem-feita a fundo, que sejam ouvidos os interlocutores, eventualmente até as freguesias, para decidir em consciência o que é que esta Câmara pretende para o futuro, idem aspás, o Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita. Eu vi uma entrevista dele no Jornal de Notícias de 21 de agosto, e vamos ter aí outra lei-quadro, dizem que para o início da próxima sessão legislativa da Assembleia da República em que vão propor a desagregação das freguesias, ou seja, voltarmos àquilo que era em 2012 e, portanto, operar uma reversão, isto para as pessoas perceberem, ou seja, para o caso de Pombal, se continuamos com 13 freguesias ou se voltamos às 17 do antigamente. Isto é uma entrevista, vale o que vale, mas já foi dito que em termos de calendário político, isto é para ser feito, para estar em vigor, já para o próximo ato eleitoral parece que vão dar a decisão às Câmaras. O PCP e o Bloco de Esquerda, já percebi, têm uma versão mais dura e mais radical que é: quem foi contra a agregação à época, eu lembro-me que esta Câmara até foi contra, foi votado por unanimidade em Assembleia, e, portanto, o Bloco de Esquerda e PCP já vieram com uma posição mais dura, é reversão automática. Também li que a Anafre, pelos vistos, aguarda com alguma serenidade também ser consultada sobre este assunto, o PSD, partido aqui da maioria da Câmara, já veio dizer que é contra a nível nacional e, portanto, eu também aguardo com alguma expectativa para ver de que forma e em que termos e condições é que isto vai ser legislado.

O Ministro Eduardo Cabrita já disse que é absolutamente contra a reversão automática, pelo menos há essa cautela e ponderação. Portanto, isto para dizer que, muito brevemente, vamos estar com assuntos políticos agora na reentrada do ano político e este, com certeza, será um dos assuntos mais quentes e que mais vai criar decisões e que vai ser fraturante na sociedade. Eu tenho a minha opinião, é evidente, aliás, já transmiti quando era Vereador aqui. Votei contra a agregação no caso específico de Pombal, evidentemente, eu não andei a estudar os casos dos outros concelhos como Barcelos que tem quase 40 freguesias, tinha perto 90 freguesias, aqui em Pombal é um caso, cada caso deve ser analisado como é o caso.

Sr. Presidente, eu, a propósito ainda da, e peço desculpa de voltar atrás, mas eu queria dizer o seguinte: eu já aqui disse em Reunião de Câmara que eu acho que a Câmara deve, o quanto antes, analisar a questão do organigrama dos recursos humanos, porque eu lembro-me que, quando a Troika chegou em 2012, nós fomos obrigados a cortar as



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

chefias e a contratação de recursos humanos e até nos foi imposto, entre aspas, despedimentos. Vejam só, na altura, a lei do Orçamento de Estado disse que a cada ano vocês têm de cortar 10% dos recursos humanos e nós, na altura, até o comentámos, quer dizer, se não houver aposentações ou óbitos ou outros casos de pedido de transferências da Câmara, vamos despedir como? Com justa causa, com base na lei, portanto, aquele era um absurdo, mas para dizer o quê? Na altura quando nos obrigaram aos cortes, a bitola foi os recursos humanos que tínhamos à data, o que quero dizer é que, na altura, a Câmara já tinha um certo défice de recursos humanos, dirigentes e não só, e na altura até escrevemos cartas personalizadas ao Sr. Ministro e ao Sr. Secretário de Estado a dizer, que esta Câmara tem o lixo, tem o abastecimento de água, tem uma série de competências que nunca privatizou e, portanto, deve ser vista de forma diferente, porque deve ser tratado de forma desigual aquilo que é desigual. Na altura, o Governo fez letra morta daquilo que a gente escreveu e não quis saber e disse que o critério era o mesmo. Onde eu quero chegar com isto Sr. Presidente, aqui no artigo 2º da tal lei-quadro na alínea a) desloca transferência que se efetua, peço desculpa, mas grosso modo o que quer dizer é que, “a transferência,- diz aqui -, de recursos humanos há de ser feita por reporta àquilo que é o status quo, que é a situação atual da Câmara”, isto para dizer que, na altura, nós já éramos magros e obrigaram-nos a emagrecer ainda mais a nossa magreza, porque éramos, um exemplo a seguir. Agora se a bitola vai ser o existente, Sr. Presidente o que eu o aconselho é que a Câmara neste momento, deve dizer assim “bem eu para o existente e para desenvolver as competências e atribuições que eu detenho agora, eu precisaria destes recursos humanos”, mas depois então essa bitola não começa muito cá em baixo e começam um bocado mais por cima. Eu sei que estamos a falar um bocado, a atirar aqui um pouco no escuro, mas é o que resulta aqui da lei na parte da transferência de recursos humanos, era o 8.º do número 2, diz assim, eu vou passar a ler: “a transição dos recursos humanos para as autarquias locais e para as entidades municipais deve respeitar a situação jurídico-funcional detida à data da transferência”, quer dizer, nós vamos considerar os recursos humanos que vocês tiverem à data em que for operacionalizada a transferência, portanto, isto para dizer que é de todo desejável. Eu sei que os senhores já me transmitiram, estão a preparar uma alteração ao organigrama até para aumentar as chefias, e eu quero já dizer que aguardo isso com expectativa, porque acho que sim, se nós na altura considerámos que não nos deviam ser cortadas as chefias então agora que as podemos repor, acho que deve ser feito e que deve ser feito o quanto antes.

Outro assunto que eu que quero falar mas muito rapidamente, Sr. Presidente, eu confrontei-o com a questão da água de consumo humano, eu falei novamente com aqueles munícipes que me transmitiram essas reclamações e há, pelo menos, dois que dizem que não só a situação não foi resolvida como piorou. Tenho uma senhora que me disse que, neste momento, tem 66 metros cúbicos de água para pagar e que não consumiu, por causa daquilo que eu falei, a água aparece-lhe barrenta, ela tem de deixar correr a água e, portanto o que eu pedi, na altura, ao Sr. Presidente para tentar averiguar o porquê, qual é a causa, porque, neste momento, e penso que será a primeira preocupação de todas, porque eu sei bem, porque já tive essas competências muitos anos, sei bem que o pior transtorno que pode acontecer a qualquer munícipe, não é, por exemplo, a falta de eletricidade ou de outro tipo de bens de primeira necessidade, é efetivamente a água em



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

casa, porque sem água não cozinha, não trata da higiene pessoal, não faz praticamente nada, e as pessoas têm-me reportado esta preocupação e estas reclamações. Portanto, como estamos a falar de água para consumo humano é um assunto que evidentemente é muito importante e, pedia-lhe que, mais uma vez, quando tivessem em condições nos prestasse a informação.

Mesmo para terminar, Sr. Presidente, quero só dizer que quero aplaudir, evidentemente, a inauguração das obras de regeneração urbana em Albergaria dos Doze, não tive oportunidade de ver o projeto e de o conviver na íntegra, mas da primeira impressão que tive e da análise que fiz, fiquei agradado. Quero é dizer o seguinte, eu fico magoado de alguma forma quando voltamos e continuamos a assistir ao mesmo tipo de coisas, que é, eu percebi que a obra não estava acabada, como toda a gente percebeu, creio eu, agora, usar o termo, “este ano até temos dois palcos” e parece que foi feito num tom, e peço desculpa se for mal interpretado, mas foi o que eu senti. Eu assisti à cerimónia toda, é sempre dito num tom de quase de Chico esperteza e este ano até temos dois palcos, temos dois palcos, porque um foi para tapar a obra que não estava acabada. Quer dizer, isto parece que é passar um atestado de burrice às pessoas e eu até quero dizer que se isto até fosse dito, porque é perceptível e é normal. O facto é esse, eu vi perfeitamente o palco ao lado da Igreja, que foi lá colocado para tapar as armações de ferro e uma obra de arte que lá falta, mas tudo bem, não vem nenhum mal ao mundo por causa disso, o que eu acho é que as coisas devem ser ditas, sem reserva mental, genuinamente. Assim como eu ouvi um desabafo de uma munícipe esta semana, a fotógrafa, que o senhor até a conhece pessoalmente mas com quem falei e que também me transmitiu o desagrado deles, porque as estruturas, as barracas não foram desmontadas mas penso que isso não terá a ver, penso que será com a Comissão de Festas, mas evidentemente que isto deve ser visto com atenção.

Mas mesmo para terminar dos assuntos das obras inacabadas, volto a dizer que concordo com a obra de regeneração urbana, evidentemente e aplaudo e estive lá presente e passei lá o sábado todo e o projeto está bastante agradável. As tais obras inacabadas Sr. Presidente como também percebi, você quis inaugurar a Avenida Europa, eu até desconhecia que já tinha toponímia, mas esta semana, a empresa continua lá a trabalhar. E, infelizmente, eu reparei que não há obra nenhuma que não tenha uma vicissitude ou um defeito ou outra coisa do género, mas aquela obra também não recebida, andam a rasgar os passeios todos que percebi que se esqueceram de passar uma série de infraestruturas, não sei se a responsabilidade é da empresa, agora quero alertar o Sr. Presidente, a obra não está recebida, mas quero alertar para o seguinte, a obra está toda grafitada e a responsabilidade é da empresa. Portanto presumo, evidentemente, que os serviços vão ter isso em conta, não estar recebida, tiveram o azar evidentemente de serem alvos de vandalismo, mas a empresa tem que resolver aquilo, porque não é um grafite pequenino e que passe despercebido, quem lá for à obra percebe, evidentemente, que está lá um grafite enorme. Portanto, peguei no assunto mais por causa da questão de Albergaria dos Doze e queria deixar isso aqui equacionado, porque eu também percebi que a empresa andou lá a trabalhar toda a noite, e reconheço e até admiro esse esforço, porque, também se viu, o cimento estava fresco de manhã, mas isso faz parte, mas é



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

pouco desejável é que aconteça cada vez menos e sobretudo que não haja reserva mental e que não se atire areia para os olhos “e este ano até temos dois palcos para a festa, vai ser um espetáculo”, não, temos dois palcos, porque um é para tapar uma parte da obra que não está concluída pelo menos foi a interpretação que eu fiz.

Quanto à Soteol, Sr. Presidente, vamos aguardar, já votei aqui contra a última prorrogação de prazo, mas tem também a ver com a parte técnica que eu disse que a informação dos técnicos foi a chutar para canto, por grosso modo, foi mesmo isso, e disseram, “políticos decidam lá isto” e, por isso, votei contra na altura. O que eu tenho a dizer, olhe, vou aguardar com expectativa e com alguma apreensão, para nós termos informação, nomeadamente quanto àquilo que vai ser a reação e a resposta da Câmara. Eu peço desculpa ter demorado este tempo todo e até tento falar mais rápido possível e resumidamente”

Presidente da Câmara:

“Dra. Odete faça favor”

Odete Alves (Vereadora):

“Boa tarde a todos. Queria cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, senhores funcionários e a comunicação social que está aqui presente também. Dizer que, relativamente à descentralização de competências, penso que todos compreendemos que isto é um caminho irreversível. A descentralização de competências vai acontecer, tem acontecido de certo modo ao longo dos tempos. Obviamente que esta lei-quadro é ainda muito vaga e não nos permite ainda perceber muito bem qual é que vai ser o caminho que cada um dos municípios depois poderá assumir, em face daquilo que é a lei quadro, faltam-nos as normas mais importantes que são os diplomas setoriais. Estaremos, obviamente, muito atentos à legislação que sair acerca dessa matéria, qualquer modo, lamento que os timings legais previstos nesta lei-quadro não tenham acautelado aqui uma série de coisas e espero, também, que a Assembleia da República possa corrigir essa situação de forma a que não tenhamos aqui constrangimentos nas autarquias e, obviamente, que temos todo o gosto depois também fazer essa discussão da descentralização de competências neste Câmara.

Gostaria também de dizer que, relativamente ao problema que se coloca no Centro Escolar das Meirinhas, de facto é lamentável que, no início do ano letivo, esta escola não possa estar aberta para receber os alunos. Atendendo ao facto de se tratar de uma escola, eu penso que a empresa devia ter tomado os devidos cuidados, porque sabia perfeitamente que o ano letivo ia começar agora em setembro, que isso tinha que estar pronto, de modo que eu espero, sinceramente, que os constrangimentos que possam existir para os alunos e professores possam estar resolvidos e que o início do ano letivo aconteça sem sobressaltos. Espero também, sinceramente, que depois, em janeiro, o centro escolar possa abrir em perfeitas condições de funcionamento e segurança para os alunos, mas gostaria também de deixar aqui uma nota que a Câmara certamente terá que ter aqui uma atuação perante a Soteol por causa destes incumprimentos, porque, na verdade, são incumprimentos contratuais que causam muito transtorno às pessoas e tem que haver uma responsabilidade de quem tem prazos para cumprir. Espero que a Câmara possa também atuar de uma forma eficaz sobre a Soteol, no sentido, também, de sacar responsabilidades pelo incumprimento dos prazos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Considerando que houve uma reunião em julho, também não percebo como é que, nessa altura, estariam reunidas as condições, e certamente houve fiscalização da obra durante este período, e chegamos a agosto, passado um mês, e ainda estamos aqui com este problema nas mãos. Gostaria de perceber melhor essa questão.

Queria também aproveitar, e até porque sei que o Sr. Presidente da Câmara esteve esta semana nas obras lá em cima dos Governos, para deixar aqui algumas preocupações que também me foram manifestadas pelos moradores e que tem a ver com problemas de ordem prática ou seja, essencialmente, aquilo que me foi transmitido é que há alguma dificuldade no acesso às mesmas às habitações, sobretudo àqueles que têm garagens nas caves, há alguma insuficiência de lugares de estacionamento sobretudo, porque, por exemplo, na Rua Principal dos Governos há 18 lugares de estacionamento para 36 habitações, parece-me aqui que é meio lugar de estacionamento para cada habitação. Para além disso, os lugares de estacionamento também não têm as dimensões regulamentares e vão também dificultar um pouco a sua utilização, os passeios também não obedecem às áreas exigidas pelos regulamentos, há inclusivamente passeios que estão absolutamente estrangulados e tem apenas 80 centímetros de largura. Inclusivamente, na Rua de Santa Teresinha, a rua termina numa espécie de beco sem saída, pois há constrangimentos também nas inversões de marcha daquela rua. Sim, sempre terminou, mas agora, com a colocação dos passeios, estrangula ainda mais a estrada e dificulta também as manobras. Eu compreendo, obviamente, e certamente que o Sr. Presidente me irá falar sobre isso, que as existências neste tipo de obras são fortes problemas e fortes constrangimentos depois em encontrar soluções, sobretudo para os projetistas será difícil face àquilo que existe e às várias cotas que existem nas várias casas de encontrar aqui as melhores soluções, mas a sensação que me foi transmitida, e que eu também tenho ao passar ali, é que a rua até pode ficar mais bonita e mais organizada, mas que se calhar, do ponto de vista funcional as coisas não vão melhorar, e eu sei que o Sr. Presidente esteve lá e gostaria também de perceber que outro tipo de dificuldades é que também lhe foram transmitidas, que comentários é que esse tipo de dificuldades lhe merecem e o que é que também a Câmara está a planear fazer no sentido de mitigar esses problemas ou diminuir esses constrangimentos.

Dizer só para concluir, agradecer o convite que me foi formulado para comparecer na inauguração das obras de requalificação de Albergaria dos Doze, e que tive muito gosto em estar presente. Confesso que não combinei nada com o Vereador Michael, mas que estranhei o facto de as obras não estarem concluídas, sobretudo, as obras da Praça da Igreja Velha. Portanto, percebeu-se que, ali naquela praça, as obras, ainda falta um bocadinho para as concluir, mas também percebi que houve um esforço para esconder de certo modo, que essas obras não estariam concluídas, não só pelo cimento que ainda estava ali na calçada, e até mesmo pelo palco que, de certo modo até evidenciavam mesmo essa realidade. E também aproveito para dizer que, na obra da 237 desqualificada, aquando da inauguração, também deu a sensação que foi tudo feito assim muito à pressa, eu própria vi no dia da inauguração pessoas a varrer e pessoas a espalhar cimento, portanto, percebeu-se que, de facto, havia essa urgência de fazer essa inauguração naquele dia específico. Entretanto, depois da inauguração também já lá vi



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

peçoas a trabalhar na obra, portanto, o que eu espero sinceramente, é que esta pressa de fazer inaugurações, não comprometa, de certo modo, a qualidade dos trabalhos que são executados. Isto tem acontecido em sucessivas obras da Câmara onde depois surgem as não conformidades e são normalmente muitas, e muitas vezes, se calhar, deve-se também a essa pressa, não só no apertar dos prazos, mas depois, também, nesta pressa de inaugurar, na pressa de abrir, e às vezes, compromete-se esta qualidade e gostaria de realmente deixar aqui esta nota que não é desejável que assim seja, é só isso.”

Presidente da Câmara:

“Muito bem, mais alguém? Sr. Eng. Narciso Mota”

Narciso Mota (Vereador):

“Eu vi no Jornal de Leiria, e registei com certo agrado, a preocupação do Sr. Presidente da Câmara da Batalha, em relação à EGF, por estar a querer propor um aumento significativo da taxa de tratamento de resíduos sólidos urbanos pela Valorlis.

As Câmaras Municipais têm 49% e a EGF Estado tem 51%. Eu penso que aquilo que foi transmitido no jornal, e a preocupação subscrevo-a, acho que os municípios destes seis concelhos que são sócios da EGF, têm possibilidades, de poder exigir que o custo de tratamento de lixo seja equivalente às receitas dos municípios e não para ter lucros efetivamente exponenciais de ano para ano, e dar aos seus administradores cinco ou seis vezes mais do que o vencimento que os Presidentes de Câmara têm em termos de funções, que, com certeza, têm mais problemas que o próprio administrador da Valorlis.

Isto é a 1ª nota, que eu subscrevo, e depois também vi uma nota no diário Leiria e eu fiquei preocupado, o Paulo Batista a dizer que a EDP estava a debitar duplamente a luz. É evidente que o quilowatt sobe todos os anos, e que há lucros exagerados que afetam o custo de vida dos portugueses no fornecimento de energia elétrica sem justificação. Nestes 40 anos de democracia há muitas pessoas que enriqueceram bruscamente, ou muito rapidamente, com os negócios destas energias eólicas e das energias hídricas, e isso não está em sintonia com aquilo que se previa e perspetivava com o 25 de abril, e eu começo a dizer, e a afirmar, que esta democracia resolve-se com uma ação nacional, porque as pessoas não votam, ficam em casa e já não acreditam nos políticos.

Os políticos legislam, eu estive 20 anos ligado à Associação Nacional de Municípios, primeiro no Conselho Diretivo - depois saí a meu pedido -, depois no Conselho Geral da mesa do Congresso, e é evidente que todos os decretos-lei, qualquer que seja o Governo, passam pela Associação Nacional de Municípios, são analisados, são discutidos lá, com todas as sensibilidades políticas, são propostas correções, são pedidas audiências ao Secretário de Estado das Autarquias Locais e ao ministro e, às vezes, até ao Primeiro-Ministro e nós, a nossa Câmara como sócia, tem também que ouvir aquilo que efetivamente, em termos de centralização, a Associação Nacional de Municípios se preconiza.

Eu penso que devemos estar em sintonia, mas não somos obrigados a estar de acordo com aquilo que é delineado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. Eu penso que a descentralização, é bom que se faça, agora. A delegação de competências tem que vir com as contrapartidas financeiras e protelar isso o mais rapidamente possível.

Nós falámos agora no parque escolar, que foi feito com fundos próprios, em que houve



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

exagero nos custos dessas obras, que se têm que pagar em quarenta anos, e eu leio nos jornais que a dívida pública é 126% do Produto Interno Bruto, não há desemprego, mas há muitas pessoas em casa que não têm emprego e nem nunca passaram pelo fundo de desemprego e outros têm que emigrar.

Quando eu faço aqui alguma coisa na Câmara fico regozijado com aquelas obras de regeneração urbana, como estive ligado às obras públicas e, com modéstia, eu digo que gosto muito das Obras Públicas e, acompanhei muitas. Às vezes, surgem transtornos, no decorrer da obra, que levam a que tenhamos que prorrogar o prazo de execução e, sendo feita uma obra a correr, para fazer a inauguração, - muitas vezes nem é o Presidente da Câmara o culpado, são os presidentes da junta que fazem com que se faça isso -, e eu não vejo problema de maior haver lá um palco - Oh Michael desculpa lá, é melhor ter lá obras para concluir, e dizer na altura da inauguração, “a obra não está completa, mas fica aqui inaugurada por este motivo”.

E eu acompanhei, por exemplo, o Centro Escolar das Meirinhas, passo lá quase todos os dias, e vi que quando estava a fazer a escavação, o nível freático é muito à superfície, existem lá terrenos agrícolas, uma vala próxima, depois há uma ribeira, há uma serventia, e aquela obra, se não for terminada para o início do ano letivo, conforme está previsto, não há problema de maior, está lá uma escola, que seja feita com qualidade, que seja devidamente fiscalizada e que seja paga também com a devida oportunidade, porque aquela empresa tem feito muitas obras, preocupam-se com a qualidade. Não estou a defender a empresa em causa, e às vezes não faz nos prazos, mas é uma empresa que paga impostos e criam empregos aqui no concelho de Pombal e tem feito obras de centros escolares, que nós já inaugurámos e não se preocupa com o preço do custo da obra, já perdeu muitas obras, ganha noutras e temos que ser tolerantes e aceitarmos, efetivamente, a prorrogação do prazo, tendo em conta esta situação, o nível freático, os problemas do betão, e agora, por exemplo, também o redimensionamento da estrada.

Também quero acrescentar aqui que acho que, aquela escola, em termos de implantação, não foi culpa do executivo, foi do ex-presidente da junta, eu nunca a faria naquele sítio, faria nas traseiras da escola e os professores que lá estiveram é isso que reclamam. Mas a culpa não foi do Presidente, eu sei que foi da junta e de um amigo meu que fez dois mandatos, não fez o terceiro e também não é culpa desta junta de freguesia agora.

Portanto, em relação à descentralização, acho que, saúde, educação, isso é universal é nacional, não nos devemos meter nisso, por isso, é que o parque escolar já está a ficar fora, porque ele não está pago, nem daqui a 30 anos está pago, as obras todas dos parques escolares fizeram-se todas a correr, mas não podemos ignorar a Sra. Vereadora e distinta colega, que eu muito prezo, que este país teve à beira da bancarrota. Ainda não estamos livres de qualquer dia não vir, efetivamente, outra vez uma Troika impor-nos aqui determinadas regras, temos que pagar a quem deve. Nesta Câmara, como em 20 anos, nós nunca lançámos obra nenhuma sem a preocupação de a pagar. Eu andei no lado de lá, e que o estado não me pagava, tinha renda de casa para pagar, vencimento como engenheiro e filhos, queria que me pagassem no final do mês, e as empresas não pagavam porque a JAE não pagava.

A JAE, naquela altura, era um monopólio, tinham cantoneiros, tinham máquinas, aluguei



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

máquinas para fazer a Barragem de Morgavel e outras coisas mais, e agora praticamente associaram-se aos caminhos de ferro que são uma vergonha, não há condições nenhuma de utilização, não há investimentos nenhuns. Os partidos políticos que passam pelos governos é só propaganda e imagem, e para o ano vai haver uma abertura total, porque é ano de eleições já estou a ver este problema, querem fazer uma aliança que é um erro atroz que vai haver a direita e a esquerda, eu interpreto a direita e a esquerda como uma maneira de ser, porque eu vejo indivíduos que se dizem de esquerda fazerem sempre uma vida de direita, de gastadores e que nunca conseguiram nada, portanto, a esquerda e a direita é muito relativa.”

Presidente da Câmara:

“A direita está habituada a gastar mais porquê?”

Narciso Mota (Vereador):

“Não, não estou a dizer que a direita está a gastar mais, estou a dizer é que, efetivamente, a direita, os indivíduos empresários são todos CDS e são de direita e têm um nível de vida muito superior, se vir os homens mais ricos de Portugal, o Belmiro de Azevedo ou o indivíduo do Pingo Doce, etc...”

Presidente da Câmara:

“Ou então gastaram pouco dinheiro porque eles só compravam um carro de 20 em 20 anos, o Sr. Vereador ainda é mais poupado que eles.”

Narciso Mota (Vereador):

“E o António Champalimaud era o homem mais rico de Portugal, mas deixou uma fundação, foi o meu primeiro patrão, portanto, eu tenho muito respeito por essas pessoas. Mesmo agora, nesta coisa da redução de horas de trabalho, ouvia os nossos emigrantes, quando vão para a Alemanha ou para França, “se nos deixarem trabalhar 15 horas num dia trabalhamos, mas que nos paguem”. Não percebo, porque é que a gente há de reduzir o horário de trabalho da função pública e têm os funcionários públicos há 10 anos sem serem aumentados, deem-lhe horas extraordinárias, paguem-lhes horas extraordinárias, se têm que fazer trinta e cinco mas que, se fizerem quarenta, que sejam pagas, para os motivar e incentivar e estimular. Quero que esta Câmara seja construtiva, seja verdadeira, seja autêntica, seja realista, seja honesta e que não dissimule a realidade e por esse facto - hoje não temos aqui o Vereador Pedro Murtinho - quero deixar aqui uma nota, eu gostava de ver o mapa dos asfaltos feitos no primeiro mandato e já são cinco anos, o Pedro Murtinho diz que os arranja, é só ir ao Luís Gameiro ele dá essa informação, mas eu queria aqui pedir, porque também recebia todos os meses, e o Sr. Presidente era o meu Vice-Presidente, a situação da tesouraria, o que se devia à banca, o que se devia a fornecedores, o que se devia aos empregados, e eu tinha isso arquivado. Porque é que eu não hei de ter acesso também a essas informações, não para fazer política baixa, que eu não quero fazer política baixa, mas para ajudar, para que, efetivamente, se faça mais e melhor e que os pombalenses sejam devidamente informados daquilo que é a gestão neste momento Social Democrata, porque há a gestão Socialista, Social Democrata, há a Comunista, há a da direita que é a do CDS, os partidos políticos são necessários à democracia.

Em Pombal surgiu o movimento Pombal Humano, e esse movimento não é partidário, eu continuo com as minhas convicções, não mudei de partido, agora também mereço, com



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

cinquenta anos de atividade, que as minhas opiniões sejam respeitadas, porque a gente falha, não há ninguém que seja perfeito. Portanto, na descentralização das freguesias, sou de acordo, espero que o Sr. Presidente, pugne para que os nossos munícipes das freguesias agregadas sejam ouvidos por referendo ou por audição ou por resposta a um questionário e que assim se vá ao encontro dos anseios das necessidades deles e daquilo que eles pretendem, querem ter o tribunal próximo, querem ter escola próxima, querem ter o infantário próximo, querem ter o posto médico próximo. E eu sei a vantagem de surgir a freguesia das Meirinhas, porque eu sei o que passei quando tinha 9 e 10 anos para ir a Vermoil.

Peço desculpa ter demorado muito.”

Presidente da Câmara:

“Mais alguém quer usar da palavra?

Sobre estas questões que aqui estão e, portanto, nesta primeira, dar-vos nota de que o documento, como ele tenha sido publicado a 16 de agosto, hoje é dia 31, eu calculo que os Senhores não tivessem lido, achei que não o devia agendar para hoje e, portanto, falei deste agendamento de futuro, porque, como sabem há aqui três movimentos que estão consagrados nesta transferência de competências, movimentos da Administração Central para as Intermunicipais, da Administração Central para as autarquias/municípios e dos municípios para as respetivas freguesias. Portanto, queria adiantar que tinha pedido, mal a lei saiu, que se preparasse uma apresentação mais técnica do que política para auxiliar os Srs. Presidentes de Junta a compreenderem a totalidade do diploma e percebendo, também, estas particularidades que ele tem, relativamente à entrada em vigor, à tomada de posição, e portanto fizemos uma reunião no passado dia 28, terça-feira, correu muito bem, foi feita uma distribuição dessa síntese técnica a explicar tudo isto, aquilo que até hoje tem uma figura de contrato interadministrativo passa a ser acordo de execução, porque as competências deixam de ser do município, delegadas, e passam a ser próprios da freguesia. O que significa que, tem que haver uma contemplação financeira específica, mas para a semana falaremos sobre esse assunto. Portanto, queria dar-vos nota desta situação em concreto e que há pouco, quando falei, não me referi a ela.

Sobre a intervenção que o Sr. Vereador Michael fez, sobre a questão da reversão das freguesias, ficamos à espera, evidentemente, do que seja a publicação em concreto da lei da reversão. Eu aquilo que percebi é que a intenção é a de retomar a existência do normativo jurídico em Portugal, para que as freguesias possam tomar decisões relativamente à sua evolução ou modificação, e que não era imperativo existir ou não existir. O que se passa é que hoje o país não tem regime jurídico que regule estes movimentos, portanto, foi o que eu percebi. Nós temos que criar uma lei que faculte isto o que, evidentemente, contemplará a possibilidade de haver processos em sentido contrário àqueles que existiram. Portanto, não fiquei com a ideia que houvesse aqui nenhum tipo de imperatividade. Evidentemente que os números falam por si e para os Senhores terem uma ideia, eu já tive ocasião de dizer isto aos Srs. Presidentes de Junta.

Quanto às transferências do Município de Pombal, no conjunto de atividades que são desenvolvidas, acordos de colaboração, contratos interadministrativos, eólicas, e por aí fora, a freguesia que hoje tem mais transferências do município, por força das suas



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

atividades, não é a Freguesia de Pombal, é a União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, a segunda é a União de Freguesias de Santiago, São Simão e Albergaria e a terceira é que é a de Pombal com 1.2 milhões de euros. Portanto, estas dinâmicas resultam de vários fatores, não resultam exclusivamente de saber se é a maior ou o mais pequeno, resultam de vários fatores, mas aí não encontro nenhuma razão objetiva que me leva a pensar de forma diferente daquela que pensámos em 2012, quando aqui decidimos e a Assembleia acompanhou.

Sobre o processo de transferência de competências, vamos aguardar, o que aqui está, eu acho que nós não podemos fazer muito mais do que começar a fazer esta avaliação sob o ponto de vista macro, isto é: valerá a pena, ou tem o município condições para assegurar, por exemplo, só para começar, temos dimensão que justifique que as competências de apreciação de projetos e medidas de autoproteção, vistorias, inspeções a edifícios de primeira categoria de risco de incêndio sejam feitas cá? Será que isto não precisa de ter mais dimensão? Se calhar precisa. Portanto, há aqui matérias que, à partida, nós percebemos que não farão grande sentido, mas há outras que vale a pena pensar, mas também o legislador acautelou que elas podem ser discutidas em diversos tempos, de diversas formas, sendo que a imperatividade vem em 2021, de acordo com o que aqui está. Portanto, é prematuro, mas acho que se justifica fazermos essa discussão.

Sobre o problema da questão da água que referiu, há várias situações, há situações em que houve intervenções em redes, e pode ter suscitado a libertação de calcário e que traz este problema da água. Foram analisadas e há resultados que ainda não chegaram, há outras que não se conseguiu chegar a conclusão rigorosamente nenhuma e, quer as localizações, quer a frequência, quer em intensidade, elas não têm, digamos, um padrão igual, não têm. Portanto, não tem sido fácil, nesta fase, conseguir identificar aqui uma situação, naquele setor. Naquele dia aquele reservatório teve este problema, não se conseguiu identificar um padrão que pudesse justificar tudo isto e, portanto, têm sido encontradas gradualmente estas situações, por exemplo, eu recebi no outro dia uma fotografia precisamente de uma rede que tem sido intervencionada e que tinha uma obstrução na conduta absolutamente inusitada, estamos a falar de uma obstrução talvez três quartos da conduta, com calcário, portanto, com um nível de impedimento muito significativo, e estes processos, como sabem, eles não são todos iguais. Deixem-me ver se encontro a imagem não sei se a recebi por aqui, talvez não, era uma obstrução muito significativa, portanto, eu pedi ao Eng.º Joaquim Costa que procurasse encontrar essas causas. Deixem-me adiantar também que ontem saiu a aposentação do Sr. Arlindo Martinho, da Fonte Nova, da Divisão de Águas, portanto, dar-vos aqui esta nota, era um dos mais antigos funcionários desta casa, é o que posso adiantar.

Agora deixem-me fazer aqui um comentário, Srs. Vereadores, Dra. Odete e Dr. Michael que fizeram a mesma referência; eu também vou só achar que apenas por brincadeira, os Senhores possam fazer aqui algum tipo de observação, como se o Presidente da Câmara tivesse mandado construir um palco por cima de uma obra que estava por acabar, eu não sei se alguém neste concelho deixou tantas obras por inaugurar, como eu, não sei se alguém algum dia deixou tantas: A Rotunda do Alto do Cabaço foi inaugurada? O Centro Escolar de Pombal foi inaugurado? O Centro Escolar de Vermoil foi inaugurado? A Rua da Igreja e a Avenida da Igreja do Carriço foram inauguradas? Os arruamentos em



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Almagreira foram inaugurados? A Rua do Arnal em São Simão foi inaugurada? O Largo de Abiul foi inaugurado? A requalificação urbana da Redinha foi inaugurada? Os arranjos urbanísticos na Rua de Leiria foram inaugurados? Nada disto foi inaugurado.

Agora outra questão, a funcionalidade da praça esteve comprometida ou a sua segurança para aquilo que nós estávamos a fazer? Não. Vão-me dizer, “bem deviam de ter 100% dos trabalhos realizados para fazermos isto”, eu também prefiro que assim seja, até porque, como sabem, é precisamente nestes períodos que ocorrem aquelas situações estranhas que é: a obra já tinha sido informalmente entregue, até já tinha havido aqui a feira, partiram o poste e agora a Câmara Municipal já tinha mais ou menos recebido, e quem é que paga o poste?

Nós não entramos neste tipo de discussão, portanto, eu nem vou entrar por aqui, porque eu achei que era uma atitude bastante equilibrada, considerando que este ano Alitém era em Albergaria dos Doze, fazer-se a festa religiosa.

Quando me perguntaram, “e é uma obra que nós apoiamos integralmente?”, e eu disse com bom propósito, porque se me tinham dito que havia um palco com os DJs que ficava junto dos bares que era ali, que nunca tinha havido dois palcos, isto tem que ser uma coisa irónica ou sarcástica, por que carga de água?

Eu nem sequer lá fui às festas, não estive lá, portanto nem sei se DJ esteve lá muito ou pouco tempo, eu não sei se é para tapar o buraco, agora se era preciso acautelar as condições de segurança daquele espaço e aquela foi uma boa utilização, ótimo, agora não me ouviu dizer que está tudo pronto e olha coitadinha da fonte que ficou aqui debaixo de um tapume, eu não disse nada disso. Portanto, vamos terminar isto para dizer, não tenho aqui reserva mental nenhuma, não participo em nada, nas urbanizações, nas festas de Alitém, eu fui convidado para – “Ó Sr. Presidente parece-lhe que, e uma vez que vem cá, por ocasião do crisma, o Sr. Cardeal Dom António Marto, à Igreja Paroquial de Albergaria dos Doze, fazer a crisma das crianças, temos aqui as obras do largo a realizar-se, vamos fazer inauguração das obras?” - É evidente que não.

Acho de muito mau tom que se faça uma coisa destas, portanto, eu não ando aguçado por nada dessas coisas e, espero bem que, com todos estes exemplos que vos dei, inclusive os passeios em Carnide, os Antões/Moita do Boi, repare, tudo em período eleitoral, nunca aconteceu.”

Michael António (Vereador):

“A questão não foi inaugurar muito ou pouco, foi a forma como foi dito aquilo que foi dito.”

Presidente da Câmara:

“A questão foi uma pressa em inaugurações! Eu não tenho pressa nenhuma.”

Michael António (Vereador):

“Porque eu também lhe disse e bem, por ocasião de Alitém, que se usufríssem as obras. Como se inauguraram as obras de regeneração urbana, quer dizer, não inauguraram, foram-se abrindo ao público por fases, aqui no Cardal, é natural que sim.”

Presidente da Câmara:

“E não estavam acabadas. Porque a partir do momento que elas estão funcionais, parece ser adequado que sejam entregues à população, até porque com o prejuízo que causam



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

aos cidadãos, é bom que rapidamente abram.”

Michael António (Vereador):

“O que disse foi, não atirem areia para os olhos. Não vale a pena Sr. Presidente, mas na cerimónia foi dito várias vezes, o facto de ter dois palcos.”

Presidente da Câmara:

“Eu posso terminar, portanto, quero deixar essa observação, porque há uma coisa que é verdade, a solução que ali foi concebida era uma solução muito delicada, mexer nestes locais, como todos nós sabemos, são particularmente delicados e até perigosos, até sob o ponto de vista político e ainda bem que se conseguiu uma solução muito boa e que é um ponto de partida para outros níveis, de, naquele caso, até pelas particularidades do local poder ser utilizada de outra maneira porque era um espaço que estava muitíssimo degradado e precisava dessa ajuda, ainda bem, que foi possível fazê-lo, aliás concluídas, é a terceira obra.”

Narciso Mota (Vereador):

“Deixe-me dizer o seguinte, já agora, eu tenho que dizer isto porque senão não fico bem com a minha consciência, se não o disser.

Eu penso que as obras de regeneração urbana, começaram consigo e comigo durante 20 anos, em que foi Presidente de Junta e foi meu Vice-Presidente, e foram algumas inauguradas e outras não foram inauguradas e fizemos mais de quarenta ou cinquenta largos em regeneração urbana nas principais freguesias e lugares mais populosos das freguesias.

Nós temos que ter ética, carácter e verticalidade, e um dos motivos para eu estar aqui é a gente estar a renegar, eu nunca inaugurei nenhuma obra que o Sr. Presidente, agora, não estivesse presente e fizesse qualquer observação na altura que alguma coisa não estava correta.”

Presidente da Câmara:

“Sr. Vereador não estamos a falar deste mandato.

O Senhor já foi julgado por esses mandatos, foi reconhecido pela população, essas coisas estão fechadas, estão fechadas.”

Narciso Mota (Vereador):

“Eu não fui julgado nada, tomara o Senhor chegar à minha idade e ter as condecorações na atividade privada e pública que eu tive, está a ver?”

Presidente da Câmara:

“Bem podemos retomar à reunião de Câmara? Podemos retomar à reunião de Câmara?”

Narciso Mota (Vereador):

“Portanto não se pode desconsiderar aquilo que se vê durante 20 anos, fossem inaugurações, o Pedro Passos Coelho veio cá, estava ali uma obra que foi, depois, demolida e também a obra das Finanças não estava pronta, apareceu depois lá uma nascente e tivemos dois ou três dias para a concluir e ele foi inaugurá-la, também não estava pronta. Eu não tenho nada a ocultar na minha vida.”

Presidente da Câmara:

“Isso é um motivo de orgulho.”

Narciso Mota (Vereador):

“Porque ele veio cá e a gente aproveitou, não é motivo de orgulho, é motivo de política



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

real, mas ele não entrou dentro do edifício, mas ficou lá uma placa com o nome dele, porque veio cá.”

Presidente da Câmara:

“Isso é que era importante, a placa estar lá e o edifício não funcionar. Não quero que fique tão suscetível com esta observação, porque repare, é a minha opinião, não tem que ser igual à sua. Portanto, estamos em pé de igualdade porque aqui ninguém tem autoridade que resulte de coisa nenhuma.”

Narciso Mota (Vereador):

“Mas também tem que respeitar a minha.”

Presidente da Câmara:

“Com certeza, eu ouvi-o até ao fim e não o interrompi e eu já fui interrompido três vezes. Sobre as intervenções da Dra. Odete Alves, relativamente à questão da responsabilidade contratual da Soteol, evidentemente, isso não é preciso ser lembrado, está no contrato, portanto, as questões justificativas são várias, elas estão aqui e a sua comunicação, que aqui está, eu posso facultá-la, tem a ver com fornecimentos entre outras coisas, por exemplo, com vidros, porque há peças que tem 4 metros e 95 por 2 metros e meio. Eu nunca vi as notas de encomenda, mas repare eu não tenho que conhecer o planeamento das empresas de construção civil que trabalham para a Câmara de Pombal e que tem que cumprir o cronograma que contratualmente celebraram connosco, porque então fazemos nós a administração direta das empreitadas e não precisamos de empreiteiros, isso é o trabalho deles é para isso que a gente lhes paga, é essa gestão que eles tem que fazer.

Em Portugal há sempre razões para tudo, a tia, o primo, não foi, não chegou, o e-mail encravou, há sempre discussões para tudo, portanto, há quem ache que tudo está justificado, há quem fique um bocado mais incomodado. Eu fico incomodado porque, a mim, não me preocupa o empreiteiro porque ele está lá a ganhar a vida dele, a mim preocupa-me é o que isto significa para a previsão do arranque da atividade escolar das crianças, isso é o que me preocupa. Portanto, está ultrapassado, está resolvido, evidentemente que eu também não recebi aqui, nem a Câmara recebeu, nenhum pedido de prorrogação de prazo depois do dia 30 de junho, além disso, mas isso são contas de outro rosário, mas, portanto, tem a ver com justificações deste género.

Sobre a obra nos Governos, de facto, sinteticamente, o que aqui apresentou é o conjunto global das reclamações que existiram. Deixe-me começar por dizer aquilo que disse aos cidadãos todos com quem conversei há um tempo: há uma oportunidade para fazer estas reclamações, não pode estar uma obra a decorrer há um ano e meio, estarem os lancis colocados e aparecerem estas observações. Eu percebo que muitas pessoas possam ter a maior das dificuldades na perceção entre uma planta, um corte, um perfil, olhar para as coisas e não ter essa noção, mas a partir do momento em que, no princípio da rua, começam a perceber quais são as cotas e qual é o tamanho dos lancis e qual é o tamanho da via, as coisas não precisam de chegar ao fim para as pessoas acordarem.

Eu disse isto, e digo aqui, com toda a clareza, porque nós temos a porta aberta para falar com todas as pessoas, mas é evidente que, se essa discussão for feita mais cedo, é bastante mais fácil, não só tomar as decisões, como também poder corresponder a algumas expectativas, do que ter praticamente o facto consumado. Portanto, eu estive no



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

local, já falei com a Eng.^a Conceição, que é a fiscal da obra, já cá estive o projetista, aliás, eu quero aqui sublinhar que o projeto que ali está, naquela área, no que diz respeito a perfis, passeios, estacionamento, é exatamente o mesmo que já tinha sido aprovada há não sei quantos anos atrás, não se mexeu em nada, expliquei que, ao contrário do que existia noutros locais, onde o perfil da via não suportava aquela qualificação urbanística, que a opção que o projetista teve e que a Câmara de Pombal aprovou, não é a de desconsiderar os territórios que estão dentro da cidade, tratando uns de primeira, uns de segunda e uns de terceira. Se nós temos condições físicas para lhe dar um tratamento urbanístico igual ao que se dá nas zonas mais importantes da cidade, é isso que nós fazemos.

Se, por outro lado, tivermos uma via que é mais estreita e não consegue suportar isto, nós não podemos fazer. Se o projeto, por outro lado, é todo ao mesmo nível, nós não achamos que a requalificação do centro histórico de Pombal, seja menos digna e menos qualificada, porque o passeio anda ao nível, não há passeio nem há zona de circulação, está identificada, mas eles convivem no mesmo espaço, essa foi a intenção deliberada para ser um espaço mais amigável para o peão, essa é a condição do projeto, ali a ideia não era essa. Portanto, há ali questões genéricas que até mudaram já, e reparem, fazia sentido a rua ter sentido único ascendente sem a abertura da saída direta para o Alto do Cabaço.

Hoje e as pessoas oportunamente disseram, “Sr. Presidente não lhe parece que, se calhar, isto funcionava melhor ao contrário?” – porquê? Porque, como a maior parte dos movimentos é de saída, para a cidade descendente, portanto, da parte de cima, se a maior parte dos momentos é para dentro da cidade e já tem esta saída para a Nacional 1, isto se calhar, usa a Rua Fernando Pessoa para fazer distribuição e outra para o sentido contrário. Se isto for uma boa ideia, significa que as paragens de autocarros estão todas ao contrário, portanto reparem, tudo isto faz algum sentido.

Outro fator que, entretanto, apareceu em deslocções e numa reunião que aqui estive, nós alterámos o loteamento da Rua de Santa Teresinha em 2012, alterou-se o lote. Havia uma obra de urbanização a ser feita pelo empreiteiro, que era a ligação à Rua dos Gatos, que nunca foi feita, nem foi comunicado ao projetista que havia essa obra aprovada como correção de urbanização, que faz todo o sentido, e ainda bem que foi feita e na altura projetada, porque, quem descer da Rua de Santa Teresinha e quiser ir para a cidade, vai diretamente à Rua dos Gatos que é aquela rua lá em cima ao pé do PT, entra na cidade, sai para a saída dos Governos ou vem diretamente para dentro da cidade e a rua passa a estar bastante mais descongestionada e até podia corresponder a uma alternativa.”

Presidente da Câmara:

Ou seja, quando começa a subir a curva para a direita, do lado esquerdo ao pé do PT, haveria ali uma ligação que foi aprovada, na rua onde vive o Carlindo, por trás da casa do Carlindo.

Isto foi aprovado em 2012 e essa obra nunca foi feita, eu já notifiquei o promotor para dizer, se a Câmara alterou o loteamento, permitiu que se fizesse, e registou e não faz as obras e ninguém diz nada. Portanto, há, sim, alguns elementos que fazem sentido serem refeitos. Ora que é que nós ali temos, ali existem os constrangimentos normais. Repare, os acessos às propriedades são bastante estreitos, porque não havia lotes muito grande,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

portanto, o espaço que existe para poder manobrar à saída das próprias casas não é muito, logo a maior parte da manobra tem que ser feita já na via pública.

Foram apresentados os problemas da largura da via, mas não parece que sejam problemas, porque ela tem 3 metros e meio, dá para os carros virarem, a rua lá é mais larga do que aqui uma faixa à frente da Câmara, portanto o problema não é esse. De facto, as pessoas assustam-se, porque têm os lancis com vinte e tal centímetros de largura, são assim impressionantes, portanto, as pessoas tem alguma cautela, eu pedi já ao Sr. Arquitecto Reis Figueiredo, que teve cá ontem, estava programado cá vir, cá esteve, falou com a Eng.^a Conceição, e vamos procurar encontrar uma solução, repare que a questão aqui é de ter uma solução amigável para os utentes.

E temos aqui outra matéria, que eu não sei se na altura do projeto foi tido em linha de conta, e se continua atual, que é, a idade média dos utilizadores não é muito baixa, portanto também isso tem que ser tido em linha de conta relativamente à destreza da condução, ao cálculo das distâncias, às velocidades praticadas. Aquele espaço, sem prejuízo de quem passa, é quotidianamente utilizado por quem vive, porque é um bairro da cidade e tem-se essa fluidez e esse tratamento, que temos que ter isso em linha de conta, não pondo em causa praticamente nada do que lá está, a existência de zonas pedonais e, por aí em diante. Agora uns entendiam que podia ser tudo do mesmo nível, outros que talvez não. É importante salvaguardar ali uma questão que felizmente, o Sr. Arq.^o teve em linha de conta, porque tinham já tido episódios em 2006, que é aquela rua, porque tinha má drenagem pluvial e chegava a água pluvial a andar em cima da estrada e a invadir garagens, nomeadamente quando se sobe do lado direito, portanto os mais a sul, e a existência do lancil protege as propriedades. Portanto para além da rede pluvial que está instalada, temos ainda a questão do lancil, há esta discussão, e isto vem precisamente na altura que não tenho cá nem o Diretor de Departamento das Obras nem o Vereador a acompanhar as obras. Tentar trabalhar com a Eng.^a Conceição e entretanto reunirei também, que ontem não tive hipótese de estar com o Arq.^o Reis Figueiredo. Vamos procurar encontrar aqui o critério em que, repare, utilizou as palavras que eu ontem disse, nós queremos que haja, sob o ponto de vista da requalificação urbanística, um projeto de primeira classe, evidentemente que se tivermos que ponderar entre aquilo que é uma funcionalidade e essa mais qualificação técnica, temos que ponderar porque essa é a decisão política. Se percebermos que, de facto, há aqui alguns tipos de constrangimentos, e há, temos que voltar a apreciar aqui, não prejudica nada, até porque os materiais são os mesmos e por aí fora. Nós, no caso do lado dos Vinagres, tivemos aqui situações em que começámos a planear calçadas, porque haviam zonas em que nem uma pavimentadora entrava, entretanto, as pessoas começaram a perceber que isto é uma coisa que faz sentido, começaram a ceder terrenos, e provavelmente, até vamos ter zonas que tinham calçadas e podem ter betuminoso, que pode facilitar.

Eu tenho estado a acompanhar e continuarei também dando nota destas observações que as pessoas me fizeram, creio que era esta questão que tinha que apresentar.

Sobre a intervenção do Eng.^o Narciso Mota, evidentemente que a posição que foi manifestada e que o Presidente da Câmara da Batalha foi o porta-voz, é subscrita também pelo Município de Pombal relativamente a este assunto. Como sabe também não



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

é a primeira vez que nós temos estas discussões, porque mesmo quando o Estado era o acionista maioritário, o projeto tarifário era sempre a contar com projetos e investimentos que se faziam naquele ano e que iam repercutir na tarifa, porque essa é a dificuldade do conceito tarifário que está dedicado a estas instituições. Isto era a mesma coisa que a Câmara de Pombal dissesse: “para o ano quando nós formos fazer esta e aquela obra, eu tenho que ter receita antecipada para fazer isto”. Isto foi o que o Estado português na conceção decretou, isto é que é um erro, um disparate, e nós temos que andar a pagar, porque devia ser a eficiência gestonária que devia libertar fundos, para fazer isto ou a banca a exploração do negócio e não dizer, se os Senhores são os acionistas e são clientes, eu preciso de me financiar por isto e por aquilo, por favor aumente a tarifa para fazer as obras e às vezes, as tarifas eram aumentadas e as obras não eram feitas.

E por isso é que eu, neste ano, no período em que tivemos a estação de transferência em obras de manutenção, e o Município de Pombal foi levar, como está no contrato, os resíduos a Leiria, eu lhes disse: “eu não quero que os Senhores me paguem o transporte, porque esse transporte, nós temos em termos contratuais obrigação de o fazer, eu quero é que os Senhores descontem à tarifa que praticam o serviço que não prestaram que é o transporte de Pombal para lá, 1,50 euros de 70 quilómetros são 90 euros, vezes quatro carros, são 270 vezes 20 dias são 5.000 euros e pronto, e o Município não tem que pagar esse valor que é indevido”, não responderam bem e pedimos à entidade reguladora que tome posição sobre o assunto, porque já sabemos que a lógica é sempre diferente dos municípios, infelizmente.”

Michael António (Vereador):

“Só uma frase, até para sublinhar aquilo que disse, mas efetivamente é verdade, que é a Valorlis que funciona como o Senhor acabou de dizer, eles para o ano faziam um orçamento, por exemplo, para 2019 pensam assim “quanto é que a gente vai precisar” e então, depois dizem “se vamos precisar de X a tarifa vai ser Y”. Todos nós sabemos que isso é ilegal, o princípio do utilizador pagador e o sistema tem que se sustentar a ele próprio e a partir daí, não tem que ter receitas nem lucros. Ainda bem que a ERSAR, que tive também oportunidade de ler, já veio decidir que não concorda com nada disso, eles estavam a pensar num aumento de 85% e agora já foi decidido que vai ser só 45%, só.”

Presidente da Câmara:

“E Srs. Vereadores, eu também queria dizer o seguinte, eu já pedi para que fosse feita uma avaliação jurídica das condições de prorrogação do prazo de concessão, desta concessão em que nós temos 9,9% do capital social para saber se, de facto, o Município de Pombal e a Assembleia Municipal de Pombal, que foi quem aprovou os termos da concessão sob o ponto de vista jurídico e sob o ponto de vista do tempo, se estamos, ou não estamos, comprometidos com essa deliberação, porque eu acho que não estamos. Acho que em 2021 quem aqui estiver tem obrigação de olhar para isto, pegar neste parecer, ou noutros, e tomar as respetivas conclusões, que são “eu não estou vinculado, eu vou ao mercado, encontro outro fornecedor que me presta outro serviço, pago outro preço e não tenho nada que trazer para aqui”. Esta é que é a questão própria, que nós temos que olhar para isto, porque não foi a Câmara de Pombal nem a Assembleia Municipal que prorrogou o prazo, o prazo foi administrativamente prorrogado por quem era incompetente para o fazer, no caso do Governo, porque a concessão foi entregue por



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

parte dos Municípios que é quem tem a competência própria, nos termos da lei, para fazer a recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos. Portanto, foi isso que aconteceu e nós temos que perceber se, de facto, de direito isto está bem e depois, se estiver bem ou se estiver mal, se soubermos que judicialmente podemos avançar ou não, se queremos ou não queremos, se a proposta é boa ou se a proposta é má, se vendemos a participação social, se ficamos lá dentro, se fazemos de conta que não aconteceu nada. Este é o trabalho que nós temos que fazer, porque eu não estou a dar novidade nenhuma, eu já o disse em Assembleia Geral, já o disse à Administração e à delegada, ao antigo e agora também, a Dra. Marta, que é a nova administradora, e aos novos acionistas, portanto, é uma posição que estamos a trabalhar para encontrar as respetivas respostas. Dito isto sobre esta questão da Valorlis, esta questão fez referência à questão da EDP, mas esse é o trabalho que nós temos aqui o Eng.º Álvaro Lopes. Há muito a fazer, e seja como for, a avaliação do histórico e da evolução sob o ponto de vista dos quilowatts não tem aumentado, nalguns casos até tem diminuído, e quando temos a questão dos leds, - sendo certo que hoje temos mais instalações e bastante mais consumidores, mais ETAR, mais elevatórias -, tudo isso é bastante mais consumidor dos recursos.

No final do ano, normalmente, entre aquilo que é a conta de iluminação pública e a conta da concessão, ainda recebemos um cheque, como sabem esta é uma matéria que está praticamente a chegar ao ponto limite, porque tem que haver renovação das concessões em 2021. Portanto, estamos nesta fase num processo bastante mais complexo, trabalhar com a Associação Nacional de Municípios, com a entidade reguladora do setor energético, porque tem que haver um concurso público, há mais operadores no mercado a distribuir energia do que havia há 20 anos atrás, que só era um monopolista, isto significa que o país pode ter vários operadores, o que significa que também temos que cautelar a qualidade do serviço, porque uma coisa é ter todas as estruturas em Portugal e umas compensarem as outras e não é o nosso caso. Mas imaginem aqueles concelhos onde o nível de consumo energético é tão pouco que não justificam ter serviços instalados e o que vai acontecer é que deixam de ter luz ou, quando houver um problema de uma luminária, passam 4 meses para ir arranjar a lâmpada, porque eles recebem 400.000 euros e aquilo custa 500.000 euros, portanto, tem que juntar no país aqueles que são mais consumidores e geram riqueza."

2. Período da ordem do dia

2.1. Resumo diário da tesouraria

A Câmara tomou conhecimento do seguinte Resumo Diário da Tesouraria relativo ao dia 30 de agosto de 2018:

- Da conta do Município, que apresenta um saldo de 8.118.841,11 € (oito milhões, cento e dezoito mil, oitocentos e quarenta e um euros e onze cêntimos); e,
- Da conta de Operações de Tesouraria, que apresenta um saldo de 2.831.902,57 € (dois milhões, oitocentos e trinta e um mil, novecentos e dois euros e cinquenta e sete cêntimos).



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

2.2. Pagamentos efetuados

O Senhor Presidente informou a Câmara que entre os dias 16 de agosto e 30 de agosto, corrente, inclusive, foram feitos:

- Pagamentos/Operações Orçamentais no valor de 1.635.904,18 € (um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e quatro euros e dezoito cêntimos); e,
- Pagamentos/Operações de Tesouraria no valor de 20.378,79 € (vinte mil, trezentos e setenta e oito euros e setenta e nove cêntimos).

A Câmara ficou inteirada.

2.3. Delegação de competências

2.3.1. Comunicação de atos praticados no uso de delegação e subdelegação de competências

A Câmara foi informada pelo Senhor Presidente de que entre os dias 16 de agosto e 30 de agosto, corrente, inclusive, foram praticados atos de acordo com as relações que se anexam e dão como reproduzidas, respeitantes a:

- 20 - licenças de obras particulares;
- 0 - alvará de licença para destruição de revestimento vegetal; e,
- 1 - horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais.

A Câmara ficou inteirada.

2.4. Ratificação de atos praticados ao abrigo da delegação e subdelegação de competências

2.4.1. - Associação Cultural, Recreativa e Humanitária da Pipa - Pedido de emissão de licença especial de ruído e isenção da taxa

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, houve necessidade urgente de proceder ao despacho do requerimento em nome da Associação Cultural, Recreativa e Humanitária da Pipa, em que solicita a emissão de licença especial de ruído, bem como a isenção do pagamento da respetiva taxa, no valor de 61,80 € (sessenta e um euros e oitenta cêntimos), para a realização dos festejos anuais do lugar de Pipa, entre os dias 24 e 26 de agosto.

O despacho exarado na informação supra, é do seguinte teor:

"Deferido.

À Reunião para ratificação.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

2018.08.22

*Assinatura ilegível
(Diogo Alves Mateus)"*

A Câmara deliberou, por unanimidade, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Senhor Presidente, supra transcrito.

2.4.2. - Fábrica da Igreja do Carriço - Pedido de emissão de licença especial de ruído e isenção da taxa

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, houve necessidade urgente de proceder ao despacho do requerimento em nome de Fábrica da Igreja do Carriço, em que solicita a emissão de licença especial de ruído, bem como a isenção do pagamento da respetiva taxa, no valor de 41,20 € (quarenta e um euros e vinte centimos), para a realização dos festejos em honra de Nossa Senhora das Dores nos dias 25 e 26 de agosto, no lugar de Caxaria.

O despacho exarado na informação supra, é do seguinte teor:

"Deferido.

À Reunião para ratificação.

2018.08.22

*Assinatura ilegível
(Diogo Alves Mateus)"*

A Câmara deliberou, por unanimidade, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Senhor Presidente, supra transcrito.

2.4.3. - Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Casal da Rola - Pedido de emissão de licença especial de ruído e isenção da taxa

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, houve necessidade urgente de proceder ao despacho do requerimento em nome da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Casal da Rola, em que solicita a emissão de licença especial de ruído, bem como a isenção do pagamento da respetiva taxa, no valor de 61,20 € (sessenta e um euros e oitenta centimos), para a realização da Festa dos Jovens do Casal da Rola entre os dias 7 e 9 de setembro.

O despacho exarado na informação supra, é do seguinte teor:

"Deferido.

À Reunião para ratificação.

2018.08.25

*Assinatura ilegível
(Diogo Alves Mateus)"*

A Câmara deliberou, por unanimidade, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º da



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Senhor Presidente, supra transcrito.

2.4.4. - *Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar - Intervenção no 2º Ciclo do Ensino Básico - Minutas de protocolo*

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara que ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, houve necessidade urgente de proceder ao despacho ínsito na informação n.º 136/DEAS/18, da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 28/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: PMPSE_PROGRAMA MUNICIPAL DE POTENCIAÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR_INTERVENÇÃO NO 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Senhor Presidente,

Em aditamento à nossa informação I-000121/DEAS/18 e em conformidade com o despacho exarado na mesma, anexamos proposta de Protocolo de Cooperação, a celebrar entre o Município de Pombal, a Associação EPIS e os Agrupamentos de Escolas do concelho de Pombal (v. Minutas anexas), no sentido de:

- validarmos a intervenção do Município de Pombal ao nível do 2º Ciclo do Ensino Básico, já a partir do ano letivo 2018/19, tendo por base o Protocolo celebrado entre a Associação EPIS e o Ministério da Educação, que legitima quer a metodologia de intervenção, quer o estabelecimento de parcerias com autarquias (v. Doc. "Protocolo MEC e EPIS" anexo, Cláusulas Quarta e Sétima);

- formalizarmos com os três Agrupamentos de Escolas do Concelho - Agrupamentos de Escolas de Pombal, Gualdim Pais e Guia, à semelhança dos Protocolos celebrados no ano letivo 2014/15 que estabelecem o âmbito de intervenção ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico, o alargamento da intervenção ao 2º Ciclo, tendo por base a manifestação prévia de interesse destas entidades e a cooperação institucional existente no domínio da potenciação do sucesso escolar;

- iniciarmos o procedimento de contratação de psicólogo em regime de avença, tendo por base a necessidade de afetação de um recurso para intervenção no 2º Ciclo.

Cumpre-nos informar que o alargamento da intervenção ao 2º Ciclo se encontra previsto em PAM - Objetivo / Programa 2.1.1.7 do Projeto / Ação 05.03.

À consideração superior,"

Junto à informação encontram-se as minutas de protocolo, que se dão por integralmente reproduzidas e que ficam arquivadas no respetivo serviço.

O Despacho exarado na informação supra é do seguinte teor:

"Autorizado.

À reunião de Câmara para ratificação

30-08-2018

Assinatura ilegível

(Diogo Alves Mateus)"

Presidente da Câmara:

"Muito bem, Srs. Vereadores, esta era uma matéria que fazia parte do programa eleitoral da equipa que venceu as eleições, trata-se de estender ao segundo ciclo o



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

trabalho que tem vindo a ser feito nos últimos 4 anos de potenciação de sucesso escolar, acompanhando as crianças que já tinham dele beneficiado. Agora que estamos numa fase, eu diria, pouco mais que embrionária da execução do programa de promoção e potenciação do sucesso escolar que, no âmbito da CIN, vimos aprovado com financiamento comunitário, mas a proposta política apresentada era bastante mais ambiciosa. Portanto, passava também por darmos esta continuidade ao 2º ciclo, porquanto a estratégia da EPIS estava mais consubstanciada a partir do 3º ciclo e secundário e, portanto, nós vamos a caminho de nos tornarmos num dos primeiros municípios portugueses que consegue garantir ao longo de todo o processo educativo este apoio. Estamos nesta fase a trabalhar com a Associação de Empresários para a inclusão social, podermos fazer com alunos de 5 anos que estejam no ensino pré-escolar de maneira a que possamos antecipar as situações que começamos também a caracterizar ao nível do 1º ciclo, a primeira avaliação que fazemos, logo na 1ª classe, de modo a que algumas das matérias que são identificadas na segunda classe, possam ser trabalhadas já no pré-escolar, nomeadamente com 5 anos. Este é um processo que tem também, sob o ponto de vista académico e pedagógico, um caminho a consolidar, não há muitas propostas e muitos projetos com estas características e com esta continuidade. Portanto, percebemos que trilhamos aqui caminhos que muito poucos já percorreram, mas estas parcerias e, principalmente, o acolhimento que ao longo dos anos, que viemos a sentir por parte dos agrupamentos de escolas e das Senhoras professoras é muito significativo. Eu quero aqui recordar que, em 2015/ 2016, em Portugal, na 2ª classe, chumbaram 11.000 crianças e nós temos que perceber ou tentar interrogar, o que é que faz uma criança na 2ª classe possa reprovar. Portanto, não são questões cognitivas, são outro conjunto de fatores que nós temos que identificar, porque não temos que perder, necessariamente, este cidadão jovem ainda, porque começa com o pé esquerdo, porque na 1ª classe, ninguém pode reprovar. Esta é a preocupação para lhes dar esta continuidade e este apoio, isto para mim, como calculam, julgo que para todos, é muito mais importante do que estarmos aqui a discutir se o número de funcionários da escola é adequado ou não, é um trabalho, de facto, interage diretamente, o dos funcionários também é importante para o sucesso educativo, mas está longe de constituir a mais importante. Se calhar, formamos melhor as nossas assistentes operacionais neste aspeto, aliás, há pouco foi feita aqui uma intervenção, portanto, eu não fiz referência, tinha a ver com a questão do organigrama e dos recursos humanos, esses trabalhos estão muito desenvolvidos, portanto, é muito expectável que nós, na próxima reunião, tenhamos aqui o organigrama e a organização dos serviços, portanto, é uma matéria que eu posso dizer que suscitei esta discussão. Para o tipo de trabalho que hoje em dia o Município, até porque tem um histórico de mais de uma vintena de anos a fazer isto, quando optou por ter em sala de aula ao nível do pré-escolar, auxiliares permanentemente junto dos professores e que, portanto, fazem um conjunto de trabalhos que são bastante mais exigentes do que os que fazem os trabalhos de simples limpeza e manutenção, se, devemos ou não devemos, isso é uma boa discussão ou não, que esses colaboradores sejam assistentes técnicos e que não sejam assistentes operacionais.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Para termos nas classes pessoas que, de facto, tem outro tipo de qualificação e que nós temos de lhes procurar fazer isto, de maneira a que essa diferença não seja tão vincada. Esta matéria em concreto é muito clara, a Dra. Ana Cabral, depois, se quiser, sintetizar, mais operacionalmente, quais são as principais diferenças, existem algumas, como sabem, nós estamos em regime de monodocência, no 1º ciclo, e multidocência no 2.º ciclo. Portanto, há mais disciplinas e uma concentração dos alunos em outras matérias e com vários professores, em várias salas de aulas, portanto, introduz-se aqui algumas modificações. A nossa intenção é, de facto, ir garantindo aquilo que possa constituir um universo maior no 1º ciclo que, se as coisas correrem bem, vai ficando mais pequeno no 2º ciclo e no 3º ciclo ainda menor, significa que estamos a ter este resultado.

É um processo que se faz com muita paciência, com a interação de muitos dos nossos parceiros, que eu não acho que deva ficar exclusivamente dependente de financiamento comunitário. Aliás, quando nós o lançámos, nem sequer tinha esse financiamento comunitário, o 2º ciclo não tem financiamento comunitário, acho que, de facto, se introduz aqui, sob o ponto de vista da leitura que queremos, para o nosso território e do auxílio à escola, às famílias, aos alunos e à sociedade em geral, um bom incremento para esta complementaridade de muitas matérias que, às vezes, esperamos que sejam a família a fazer e a família não sabe ou não pode, que esperamos que a escola faça e a escola não tem tempo, nem são essas as obrigações do professor; e ficamos aqui com um conjunto de competências comportamentais e de acompanhamento um bocadinho penduradas, digamos assim, por um conjunto de vicissitudes.

Aqui não estamos a discutir sobre quem é que elas recaíam, aqui estamos a discutir que trabalho nós podemos fazer para evitar que elas deixem de ser acompanhadas por quem de direito, porque sabemos que, tradicionalmente, os pais que são empenhados acompanham os alunos, eles têm um processo educativo diferente, há outros alunos que são muito bons e mesmo sem esse acompanhamento também conseguem fazer. Mas também temos muitos casos em que essa menor atenção e essa menor dedicação paternal ou maternal pode gerar num conjunto de insucesso e que, depois, nos traz outro tipo de problemas. Portanto, frequentar a escolar é uma coisa boa, temos doze anos de escolaridade para cumprir e os problemas maiores que temos são, precisamente, quando não são cumpridos ou são mal cumpridos. Portanto, evitar que haja este insucesso ou este sentimento de frustração, que não é falta de exigência, nem dizer “toda a gente tem que passar, porque os rácios é que contam”. Temos de ter a noção de que estamos a ajudar a criar cidadãos bem preparados, suprindo aquilo que possam ser carências das mais diversas índoles, porque aqui não há uma tipologia tipo, não vamos dizer que aqui são só alunos que têm casas mais degradadas, podem haver alunos que têm casas boas, mas têm défices cognitivos, podem haver aqui alunos que têm bom ambiente parental mas veem mal ou que ouvem mal e, portanto, têm outras dificuldades, pode haver aqui outros que são mais introvertidos, há múltiplos fatores que interagem com isto. Portanto, normalmente os alunos não reprovam simplesmente porque não estudam ou não sabem, alunos com sete anos, não é isso que, com certeza, acontece. Temos aqui uma noção completamente diferente e este é um processo interessante, eu julgo até que é a primeira vez que a EPIS faz isto para o 2º ciclo,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

portanto, andamos já há mais de um ano a trabalhar neste assunto.

Não sei Ana se quer acrescentar mais alguma coisa, faça favor.”

Ana Cabral (Vereadora):

“Boa tarde a todos.

Só para completar sobre esta informação, são só duas palavras. Dizer-vos que houve um envolvimento dos Agrupamentos de Escola, foram feitas várias reuniões, não só com a nossa equipa da Secção de Educação, como também com a EPIS. Foi feita uma avaliação do percurso dos alunos até ao 4º ano que vão sair este ano. Parece-nos que foi uma ideia que aconselharam à EPIS, e a EPIS sentiu que seria bastante interessante acompanharmos estes alunos que vão sair este ano do 4º ano, e as nossas mediadoras fazerem um acompanhamento de retaguarda até dezembro, porque, de facto, há um impacto acrescido nesta entrada no 5º ano, destas crianças, e não as vamos deixar suprir esse impacto, não só com a tipologia de ensino que é, o facto de deixar de ser monodocência e o facto do próprio ambiente ser outro. Portanto, as nossas mediadoras irão fazer um apoio de retaguarda, um apoio mais abrangente a estes alunos, não os deixando sem esse suporte até dezembro e depois estamos confiantes que os nossos alunos trilharão o caminho sozinhos.

Em relação a esta continuidade no 2º ciclo, dizer-vos que também foi bem acolhido por todos os agrupamentos, fizemos várias reuniões com os diretores, houve um trabalho de maio a julho, bastante intenso, este é um trabalho que nós realmente vamos contratualizar um psicólogo, é um trabalho que está a ser feito em perfeita sintonia com o que se pode, portanto, com os vários agrupamentos. Portanto, há uma articulação perfeita entre o Município e os Agrupamentos de Escola.

Houve alguns agrupamentos que, neste momento, mostraram ter carência de docentes e, nesse sentido, nós entendemos que seria bom contratualizámos o psicólogo, para fazer este acompanhamento nos vários agrupamentos.

No rastreio que será efetuado, de setembro a dezembro, teremos também a nossa equipa de potenciação de sucesso escolar, que já temos em funcionamento no 1º ciclo, irá também fazer este apoio e esta ajuda para que tudo seja mais célere. Iremos fazer a 1ª formação no dia 14 de setembro com todos.

Não sei se querem mais algum esclarecimento, façam favor.”

Presidente da Câmara:

“Dra. Anabela faça favor.”

Anabela Neves (Vereadora):

“Ora boa tarde a todos.

Eu só queria aqui suscitar o meu impedimento, atendendo a que eu faço parte da direção, não sei, o Sr. Presidente é que decide, como é óbvio, é a declaração de interesse em mim, eu fiz parte do processo, atendendo que sou elemento, embora seja o Sr. Diretor que assine o protocolo, sendo eu parte dos interessados, suponho, que não posso votar. Não sei, Sr. Presidente?”

Presidente da Câmara:

“Eu vou-lhe dar a minha opinião, que vale tanto como a sua, não é? Portanto, primeiro não entendo que exista aqui nenhum interesse particular seu neste processo,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

parece-me logo removido qualquer tipo de impedimento. Portanto, se acaba por considerar, reconhecer que, de facto, a circunstância de ser membro da direção que estava aqui em causa própria, institucional e não pessoal, não vejo impedimento nenhum.

Muito obrigado pela sua observação.

Sr. Vereador, faça favor: ”

Michael António (Vereador):

“Eu pedi a palavra só para dizer que é de aplaudir estas boas medidas e, evidentemente, desejo o maior sucesso ao programa, porque se o estão a estender ao segundo ciclo, o sucesso do programa será o sucesso das crianças e dos alunos que estudam em Pombal, portanto, evidentemente que eu só tenho que desejar o melhor e o maior sucesso ao programa. Ainda há pouco comentava aqui com a Professora Anabela que a mim custa-me, crianças, isto faz-me lembrar a minha escola primária, que já lá vão uns tempos, não é? Considerando que já passei dos 40, mas eu lembro-me do trauma que era o repetente, porque o aluno tem sempre aquele rótulo de repetente, e a mim sempre me fez muita impressão com é que se chumba alguém no ensino primário, quer dizer, a criança ainda está na flor da idade, e eu costumo dizer que os miúdos hoje em dia já nascem ensinados, mas graças muito às novas tecnologias e a evolução dos tempos e a evolução geracional que é impressionante.

Portanto, era isto mesmo que queria, desejar o maior sucesso, evidentemente como nós costumamos pedir, depois que daqui a um ano estejamos a ler um relatório e que ele tenha os melhores dados possíveis.

Muito Obrigado”

Presidente da Câmara:

“Muito bem Srs. Vereadores passamos então, se não há mais intervenções, ao ponto 2.5, deixem também dizer-vos que talvez seja oportuno partilhar aqui a minha satisfação pessoal, porque este empenho, com menos de um ano de mandato cumprido, termos este processo já a funcionar, mostra bem esta vontade de darmos esta continuidade aos alunos que terminaram agora o 1º ciclo. Porque o que nós aqui precisamos é continuidade neste tipo de projetos, com as adequações que politicamente a Câmara venha a decretar no futuro, com articulação com toda a comunidade educativa, mas é um trabalho, eu não tenho dúvida nenhuma, que pode constituir, como sempre tenho dito, e disse-o quando o lançámos no 2º ciclo e quando apresentámos esta ideia há cinco anos em campanha eleitoral que, de facto, é por aqui que nós vamos quebrando os elos de pobreza que vão ligando quase que deterministicamente por herança esse ritmo sucessivo e o que isso significa. Nós achamos que, de facto, não é criar uma sociedade que vive em igualdade e que a igualdade não é a igualdade daquilo que somos, é igualdade daquilo que podemos e temos acesso a fazer. Porque as opções de cada um devem ser respeitadas, e aqui nós sentimos que, muitas vezes, tínhamos processos escolares, tínhamos processos individuais, tínhamos projetos de vida que ficavam francamente amputados por este conjunto de circunstâncias e que o país não tinha esses recursos. Poderiam não haver essas opções, nós sabemos que estamos a cumprir aqui uma missão que é uma opção política deliberada, mas que nós esperaríamos que fosse muito mais uma responsabilidade do Estado fazendo-o em todo



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

o território, do que propriamente cada um dos municípios. Pensamos, de facto, que este é um bom caminho e quero deixar estas palavras a toda a equipa, porque o trabalho que aqui está é feito por uma equipa multidisciplinar que, normalmente, é muito reconhecida por todas as entidades, porque temos gente de Sociologia, de Psicologia, de Psicomotricidade, de Ação Social, de Terapia da fala, de Nutrição, portanto, uma equipa muito transversal que ajuda muito a conceber isto e se articula muito bem com os agrupamentos, ganha-se a confiança. Como sabem há atividades que são desenvolvidas dentro da sala de aula, e nem todos os professores, no início, estavam muito abertos a que isso pudesse acontecer, tudo isto se foi melhorando e, eu não tenho dúvida nenhuma, isto contribuirá, acima de tudo, também, para uma alteração comportamental nos níveis de ensino, e dos resultados, mas também muita satisfação para as famílias e para os nossos concidadãos que percebem que, de facto, há aqui modificações objetivas que resultam daquilo que a escola pode trazer, não só apenas sob o ponto de vista pedagógico e resultados escolares, mas também dos comportamentos de algum inconformismo para que as coisas possam melhorar e de alteração das condutas das pessoas. Eu não tenho dúvida nenhuma que também afetarão positivamente as famílias e por isso é que nós, por exemplo, nos concelhos de pais, que são reuniões que temos feito nas escolas, nos Centros Escolares e escolas de 1º ciclo, temos tantos pais a participar e ficarem entusiasmados. De facto, com este conjunto de práticas a aparecem, coisa que há uns anos atrás era bastante mais difícil, acho que estamos aqui a trilhar um caminho muito importante. Portanto, queria deixar à pessoa da Sra. Vereadora o meu reconhecimento, a toda a equipa da Educação que tem feito aqui um trabalho muito importante que, reparem, evidentemente não pode deixar de ter a estrutura orgânica e funcional, de quando fizemos uma alteração no quadro de pessoal, precisamente porque precisamos de ter, e porque, isto são questões relevantes para percebermos que meios é que temos. Isso é um trabalho que se tem vindo a fazer porque, se se recordam, nós, essa construção orgânica, a Câmara pura e simplesmente não a tinha, tinha no organigrama mas não o tinha provido de maneira nenhuma, e este é um trabalho que também estamos a fazer."

A Câmara deliberou, por unanimidade, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Senhor Presidente, supra transcrito.

2.5. Obras Públicas e Fornecimento de Bens e Serviços

2.5.1. - Aquisição de combustível a granel para o ano 2019 - Abertura de procedimento

Foi presente à reunião a informação n.º 118/DTUGE/18, Divisão de Transportes Urbanos e Gestão de Equipamentos, datada de 17/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Aquisição de combustível a granel para o ano 2019

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

1. FUNDAMENTO DA NECESSIDADE

1.1 *Verifica-se a necessidade de dar continuidade ao abastecimento de combustíveis a granel, cujo o procedimento atualmente em vigor finda em dezembro de 2018.*

2. OBJECTO DO FORNECIMENTO OU CONTRATAÇÃO

2.1 *O fornecimento tem por objeto a aquisição de combustíveis a granel. O fornecimento compreende um lote agregado, para o fornecimento de gasóleo e gasolina a granel, sendo admitidas propostas para a totalidade do lote.*

3. ESTIMATIVA/DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

Estima-se para o valor dos bens a adquirir um montante de 601.993,82€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante total de 740.452,40€, distribuídos da seguinte forma:

- *Fornecimento de Gasolina no montante de 21.341,46€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;*
- *Fornecimento de Gasóleo no montante de 580.652,36€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;*

A estimativa do valor dos bens a adquirir baseia-se no aumento dos consumos de combustível, nomeadamente gasóleo, atendendo ao acréscimo da frota de veículos municipais ao serviço, à constante oscilação de preços de mercado e consulta efetuada à página da Direção Geral da Energia e Geologia, cujo documento se anexa.

4. FUNDAMENTO DO PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO

A presente consulta prévia é efetuada ao abrigo do "Acordo Quadro 2/2016 para fornecimento de combustível a granel, designadamente gasóleo e gasolina" da CIMRL., nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 26º, conjugado com os artigos 257º, 258º e 259º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

5. FUNDAMENTAÇÃO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, NOS TERMOS DOS ARTIGO 61.º DA LEI N.º 114/2017 DE 29 DE DEZEMBRO (LOE 2018)

Não aplicável.

6. INSCRIÇÃO NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Esta acção enquadra-se no orçamento municipal para 2019, na classificação orgânica/económica, para o gasóleo 02/02010202 e para a gasolina 02/02010201.

7. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PARA DESPESA RELATIVA A ANOS SEGUINTE

A despesa a realizar e a autorização da assunção de compromissos para anos económicos seguintes, foi objeto de deliberação genérica da Assembleia Municipal em sessão ordinária de 28 de junho 2018.

Prevendo-se a seguinte execução da despesa:

Ano 2019 – 601.993,82€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 740.452,40€.

8. IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO OU CENTROS DE CUSTOS

O centro de custo está associado aos gastos gerais da Divisão de Transportes Urbanos e Gestão de Equipamentos – O36.18A1

9. PROPOSTAS DE ENTIDADES A CONVIDAR



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Propõe-se convidar as empresas constantes no Acordo Quadro da CIMRL, AQ 2/2016 – Lote 2 – Fornecimento de combustíveis a granel designadamente gasóleo e gasolina:

- *BP Portugal S.A.;*
- *Lubrifuel – Combustíveis e Lubrificantes. Lda.;*
- *Petróleos de Portugal – Petrogal S.A.;*
- *Petroibérica – Sociedade de Petróleos Ibero Latinos S.A.;*
- *Repsol Portuguesa S.A.;*

10. PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação é efetuada segundo o critério do mais baixo preço tendo em conta o desconto proposto.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO

O Fornecimento de combustível iniciar-se-á em janeiro de 2019. O contrato terá a duração de 12 meses. Prevendo-se a caducidade do contrato, mas existindo verba no procedimento, fica desde já estipulado que as partes podem entrar em acordo e proceder a um aditamento ao contrato prolongando-se até à extinção da totalidade do valor adequado para este procedimento.

12. CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, propõe-se a designação do seguinte júri, cujas declarações de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII se anexam:

- *Presidente: Abel Fernandes de Meneses Moutinho*
- *Membro Efetivo: Nuno Elias Morgado Mota Ferreira Gomes;*
- *Membro Efetivo: Álvaro José Oliveira Gonçalves Lopes;*
- *Membro Suplente: Bruno Fernandes;*
- *Membro Suplente: Paulo Neves;*
- *Membro Suplente: Jorge Lopes;*

Nos termos do n.º 2 do artigo 69º do CCP, sugere-se que delegue no júri competência para prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos concorrentes.

13. GESTOR DO CONTRATO

Para efeitos do artigo 290.º A, propõe-se para gestor a designar pelo órgão competente para a autorização da despesa, o Eng. Nuno Elias Mota Ferreira Gomes, Chefe da Divisão de Transportes Urbanos e Gestão de Equipamentos.

14. SESSÃO DE NEGOCIAÇÃO

Não haverá lugar a sessão de negociação.

15. ESPECIFICAÇÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

Fazemos juntar proposta de Caderno de Encargos, para efeitos de aprovação."

Junto à informação encontra-se o cadernos de encargos, que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o convite e o caderno de encargos e a constituição do júri do procedimento, nomeando como gestor do contrato o Eng.º Nuno Elias, Chefe de Divisão de Transportes Urbanos e Gestão de Equipamentos, de harmonia com a informação supra transcrita. Mais, deliberou, por unanimidade,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

com fundamento no n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, delegar no júri do procedimento a prestação de esclarecimentos.

2.5.2. - Nomeação de Auditor Externo – Prestação de serviços de verificação das contas municipais para os anos de 2018, 2019 e 2020 – Processo n.º 024/CPV/SA/18

Foi presente à reunião a informação n.º 34/SA/18, da Secção de Aprovisionamento e Armazém, datada de 01/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Nomeação de Auditor Externo – Prestação de serviços de verificação das contas municipais para os anos de 2018, 2019 e 2020 – Processo n.º 024/CPV/SA/18

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara,

Relativamente ao procedimento supra mencionado, foi promovido a consulta prévia em epígrafe, em cumprimento do despacho do Presidente da Câmara, datado de 21 de maio de 2018.

Apresentaram proposta os seguintes concorrentes, cuja ordenação para efeitos de adjudicação, é a seguinte:

1.º Valente Trindade & Associados, SROC, Lda.; com um montante global de € 20.900,00 (vinte mil e novecentos euros), mais IVA à taxa legal em vigor;

2.º Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.; com um montante global de € 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos euros), mais IVA à taxa legal em vigor;

3.º LCA – Leal Carreira & Associados, SROC; com um montante global de € 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos euros), mais IVA à taxa legal em vigor;

4.º Sérgio Manuel da Silva Gomes; com um montante global de € 26.900,00 (vinte seis mil e novecentos euros), mais IVA à taxa legal em vigor.

E ainda o concorrente Marques da Cruz & associados, cuja proposta foi excluída por não cumprir com o ponto 7.2 do Convite à apresentação de proposta, conforme proposto no Relatório Preliminar de análise de propostas, anexo à presente informação.

Do referido relatório preliminar datado de 11 de junho de 2018, em que o júri procedeu à análise das respectivas propostas, nos termos do disposto no artigo 122.º do CCP, cuja cópia se anexa, promoveu-se a audiência prévia dos interessados, cujo termo ocorreu a 18 de junho de 2018, em conformidade com o artigo 123.º do CCP.

No âmbito da audiência prévia, foi apresentada reclamação por parte do concorrente Marques Cruz & Associados, SROC, Lda., excluído por não formalizar a proposta, de acordo com o ponto 7.2 do Convite à Apresentação de Proposta. Sucede que, perante os fundamentos apresentados pela reclamante, e tendo em conta o quadro normativo pertinente para apreciação da questão em causa, solicitou-se parecer jurídico anexo à presente informação, o qual, perante a existência de fundadas dúvidas quanto à validade/invalidade das assinaturas, por forma a esclarecer cabalmente a questão da validade da assinatura aposta nos documentos, remete para a necessidade de solicitar à "Saphetygov" um relatório técnico que esclareça cabal e definitivamente a validade da assinatura utilizada pelo concorrentes no âmbito do processo em apreço, que



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

igualmente se junta. E em face do parecer e do relatório técnico da SAPHETY, o júri considera que não se deverá dar provimento à reclamação apresentada e a consequente manutenção do teor do Relatório Preliminar de acordo com a ordenação supra mencionada.

Nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro, na sua atual redação, o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Em face do exposto, nos termos da sub-alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na sua atual redação, para efeitos de nomeação do auditor externo, sugere-se que o assunto seja despachado à reunião de Câmara, a fim de deliberar propor à Assembleia Municipal, a nomeação do auditor externo.

À consideração superior,"

Presidente da Câmara:

“Muito bem, isto significa, portanto, que vamos ter alteração no revisor oficial de contas, também é importante que nos ajude, porque significa que temos outras leituras, que digam todos aqueles fundos de investimento que, durante muitos anos, tiveram os mesmos auditores e depois nos levaram ao Lehman Brothers e outros. É bom que isto aconteça, portanto, o anterior prestador de serviços ficou em terceiro, foram feitas cinco consultas. Eu não conheço pessoalmente esta sociedade, mas tenho a ideia de que poderão ser os antigos sócios da sociedade do Doutor Manuel Domingues, porque era Manuel Domingues Valente e qualquer coisa, portanto, talvez seja, não tenho a certeza, talvez seja, não faço ideia.

Alguém quer usar a palavra?

Sr. Vereador faça favor”

Michael António (Vereador):

“Sr. Presidente, eu analisei o relatório do júri, para as pessoas perceberem. Portanto, há um júri constituído que analisa as propostas dos concorrentes e depois remete ao órgão Câmara Municipal que tem a competência para tomar a decisão.

Eu li o parecer técnico e houve análise jurídica ao assunto. Efetivamente, se o reclamante, como vem aqui consignado expressamente no documento, não tinha o certificado de assinatura eletrónica em dia, diz aqui revogado, com certeza, não teria isto em dia ou estaria caducado, evidentemente que a nossa, pelo menos a minha decisão, é de alinhar pela proposta do júri do concurso e, portanto, adjudicar aqui, em termos de melhor preço excluindo a reclamante e não atendendo à reclamação porque efetivamente se nem sequer pode assinar eletronicamente e aceder à plataforma até me pergunto como é que conseguiu, eventualmente até mandar a proposta, mas pronto, não tenho dúvida nenhuma que a decisão está bem tomada e vamos aqui trabalhar com uma nova sociedade de revisores oficiais de contas e espero que estejamos a escolher bem.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos da sub-alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propor à Assembleia Municipal, a nomeação do auditor externo, de acordo com o n.º 1 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, de harmonia com a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

informação supra transcrita.

2.5.3. - Prestação de Serviços Postais

Foi presente à reunião a informação n.º 6/SAG/18, da Secção de Administração Geral, datada de 17/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Prestação de Serviços Postais

Exmº Sr Presidente da Câmara,

A fim de garantir a continuidade do regular funcionamento dos serviços da Secção de Administração Geral, na componente correspondência, há necessidade de contratar os serviços postais que integrem as operações de aceitação, tratamento, transporte e distribuição de objetos postais, nomeadamente correspondências e encomendas postais.

- *Considerando que se torna necessário iniciar um procedimento para esta finalidade, com início previsto a partir de janeiro de 2019, para um período estimado de 3 anos;*
- *Considerando que esta despesa está prevista na rubrica 02/020209;*
- *Considerando que o valor estimado para a prestação de serviços é de 510.000,00€ (isento de IVA), distribuído pelos 3 anos;*
- *Atento que se trata de um valor de contrato sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, pelo tempo necessário ao desenvolvimento desta contratação, de modo a iniciar o procedimento, carece a respetiva despesa de autorização da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem assim para efeitos de competente autorização de compromissos plurianuais prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação;*

Sugere-se que o assunto seja submetido à reunião de Câmara, no sentido de ser solicitada à Assembleia Municipal a competente autorização de despesa e de assunção de compromissos para os anos económicos seguintes.

À consideração superior"

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal autorização para abertura do procedimento, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como autorização para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, de acordo com a informação supra transcrita.

2.5.4. - Prolongamento da Rua S. João de Deus até ao Alto dos Governos (Infra-estruturas da Rua Fernando Pessoa) - Proc. n.º 37/2009 - Liberação da caução

Foi presente à reunião a informação n.º 221/DMOP/18, do Departamento Municipal de Operações, datada de 17/08/2018, que a seguir se transcreve:



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

"Assunto: Prolongamento da Rua S. João de Deus até ao Alto dos Governos (Infra-estruturas da Rua Fernando Pessoa) - Proc. n.º 37/2009 / Liberação da Caução

1. Relativamente à obra mencionada em epígrafe e no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, vem a empresa Contec – Construção e Engenharia, S.A., solicitar a libertação da caução prestada, nos termos e ao abrigo daquele diploma.

2. A obra foi adjudicada pelo valor de € 480.000,00, mais IVA, por deliberação tomada na reunião celebrada em 06/11/2009, pelo órgão competente para a decisão de contratar (Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do Artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho).

3. A empreitada tem recepção provisória de 28/07/2011 e foi realizada vistoria à obra, conforme auto que se anexa, onde se verificou não haver anomalias ou defeitos de construção.

4. Assim e conforme refere o Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, o dono da obra pode autorizar a libertação das cauções que tenham sido prestadas no âmbito do contrato, pelo que, poderá ser liberado 70 % da caução, caso V. Exa. assim o entenda, donde resulta:

- Contrato n.º 65/2009 - Trabalhos executados no valor de € 389.541,39;

- A liberar o valor correspondente a 70 % da caução dos trabalhos executados;

5. Da decisão, deve ser dado conhecimento à Divisão de Administração e Finanças Municipais.

À consideração de V. Exa.."

Michael António (Vereador):

"Posso só fazer um comentário? Como imagina passo naquela rua todos os dias e acompanhei a elaboração do projeto e execução da obra, mas para dizer Sr. Presidente, que recordar-se-á, eu não tenho a certeza se foi no 1º trimestre ou no 2º trimestre deste ano, mas seguramente foi no 1º semestre do ano e coincidiu com o início da obra, a rua esteve sem iluminação durante duas ou três noites e, na altura, os serviços da EDP concessionados, penso que a empresa era a Juvenal, teve lá uma carrinha com gerador em cima durante três dias. Isto para dizer que, quando repuseram a energia elétrica, há uma série de habitações que se queixam que arderam uma série de equipamentos elétricos, mas isso é entre as pessoas e a EDP. Mas para dizer, também, que há lá pelo menos dois braços de iluminação pública em led que nunca mais funcionaram, evidentemente que acredito que a vistoria há de ter sido feita durante o dia, mas até é uma sugestão para o futuro, porque as partes de iluminação devem ser vistoriadas durante a noite, mas para dizer para, pelo menos, pedir aos serviços para averiguar se aqueles dois braços e aqueles dois grupos óticos, se é da responsabilidade do empreiteiro ou se tem alguma coisa a ver com a avaria que a EDP tentou resolver e até, eventualmente, determinar a causa disso. Mas eu pedirei ao Eng.º Abel para saber se pode informar quais foram os dias precisos em que não houve energia naquela avenida, até para informar os munícipes que, eventualmente, queiram reclamar por eletrodomésticos avariados. Eu sei que em algumas habitações, com energia que é abastecida trifasicamente, pelo menos uma das fases ardeu e sei de pessoas que, infelizmente, tiveram equipamentos danificados ou mesmo completamente destruídos,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

mas pouco interessa para a Câmara e também vale o que vale, mas estão lá dois grupos óticos que nunca mais funcionaram desde essa data.

Obrigado."

Junto à informação encontra-se o auto de vistoria, que se dá por integralmente reproduzido e que ficar arquivado no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação da caução nos termos da informação.

2.5.5. - Construção da Rede de Saneamento e Estação Elevatória de Seixo / Lagoa – Proc. n.º 16/2011 - Liberação da caução

Foi presente à reunião a informação n.º 207/DMOP/18, do Departamento Municipal de Operações, datada de 06/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Construção da Rede de Saneamento e Estação Elevatória de Seixo / Lagoa – Proc. n.º 16/2011 – Liberação da caução

1. Relativamente à empreitada mencionada em epígrafe, foi a mesma adjudicada à empresa Cimalha - Construções da Batalha, S.A., pelo valor de € 830.305,58 mais IVA, conforme deliberação tomada na reunião celebrada em 05/09/2011, pelo órgão competente para a decisão de contratar (Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do Artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho).

2. A empreitada tem recepção provisória datada de 18/12/2014.

3. Verificada a inexistência de defeitos na obra e considerando o previsto na alínea a), b) e c) do n.º 5 do Artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos, deve o contraente público promover a liberação, no total de 75 % do valor da caução prestada, correspondente aos contratos cujas obrigações de correção de defeitos seja superior a dois anos.

4. Por força do n.º 3 do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto, que republica o Código dos Contratos Públicos, o regime de liberação das cauções, aplica-se a todos os contratos de empreitadas de obras públicas em vigor, ou que tenham os respectivos prazos de garantia em curso à data da entrada em vigor do citado decreto-lei, ou ainda a contratos a celebrar na sequência de procedimento anterior à data da entrada em vigor do mencionado diploma.

5. Existem trabalhos a menos no valor de € 121.147,20, pelo que poderá ser libertado 5% deste valor.

6. Da decisão, deve ser dado conhecimento à Divisão de Administração e Finanças Municipais.

À consideração de V. Exa.."

Junto à informação encontra-se o auto de vistoria, que se dá por integralmente reproduzido e que ficar arquivado no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação da caução nos termos da informação.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

2.6. Obras Particulares

2.6.1. Licenças

2.6.1.1. - Cristina Maria Gaspar Branco

Foi presente à reunião a informação o processo de obras n.º 655/17(03.00), em nome de Cristina Maria Gaspar Branco, para legalização de obras de alteração, incluindo a alteração parcial do uso do rés do chão, de habitação para serviços, sito no Largo da Igreja, freguesia de Pelariga.

A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, e aprovar as taxas devidas pela emissão do alvará de licença, no montante de 81,06 € (oitenta e um euros e seis cêntimos).

2.6.1.2. - Manuel dos Santos Lopes

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 811/15(03.00), em nome de Manuel dos Santos Lopes, para legalização e conclusão de obras de alteração e ampliação de um edifício destinado a habitação, comércio e serviços, sito na Rua Principal, lugar e freguesia de Carnide.

A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, e aprovar as taxas devidas pela emissão do alvará de licença, no montante de 292,19 € (duzentos e noventa e dois euros e dezanove cêntimos).

2.6.1.3. - Sirolis - Prefabricados de Betão, S.A.

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 811/15(03.00), em nome de Sirolis - Prefabricados de Betão, para legalização de obras referentes à cobertura da zona de fabrico 3, situada no edifício da fábrica 1, incluindo novas obras de ampliação, zona de produção 4, sito no Parque Industrial Manuel da Mota – Lote 17.

A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, e aprovar as taxas devidas pela emissão do alvará de licença, no montante de 4.192,15 € (quatro mil, cento e noventa e dois euros e quinze cêntimos).

2.6.2. Afastamentos

2.6.2.1. - Idalina Marques da Silva

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 504/18(03.00), em nome de Idalina Marques da Silva, para legalização de obras de alteração e ampliação de uma moradia unifamiliar, sita na Rua do Canto – Serradinho, União das Freguesias de Santiago e São



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Simão de Litém e Albergaria dos Doze.

A Câmara, face à informação da Divisão de Obras Particulares constante do processo e nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 62.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável aos afastamentos propostos.

2.6.2.2. - Vânia Gaspar Costa

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 740/18(03.00), em nome de Vânia Gaspar Costa, para construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação confinantes e não confinantes com a via pública, sito na Rua Delfim Crispiniano – Governos, freguesia de Pombal.

A Câmara, face à informação da Divisão de Obras Particulares constante do processo e nos termos do n.º 4 do artigo 64.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável aos afastamentos propostos.

2.6.3. Isenção de Taxas

2.6.3.1. - Carlos Gomes Gameiro - Cabeça de Casal da Herança de

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 1032/18(12.00), em nome de Carlos Gomes Gameiro, Cabeça de Casal da Herança de, em que é solicitado o licenciamento de ocupação de via pública por motivo de obras particulares, sito na Rua dos Loureiros, n.º 8, lugar e freguesia de Pombal.

A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o requerente do pagamento das taxas, no montante de 17,50 € (dezassete euros e cinquenta cêntimos), por se inserir em Área de Reabilitação Urbana, nos termos do parecer jurídico emitido pelo Dr. Teófilo Santos em 04/12/2014, constante do processo 1437/14(12.00), com o n.º de informação 5.

2.6.3.2. - João Marques

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 1088/18(12.00), em nome de João Marques, em que é solicitado o licenciamento de ocupação de via pública por motivo de obras particulares, sito na Rua Comendador Raul Tomé Feteira, lugar e freguesia de Pombal.

A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o requerente do pagamento das taxas, no montante de 131,00 € (cento e trinta e um euros), por se inserir em Área de Reabilitação Urbana, nos termos do parecer jurídico emitido pelo Dr. Teófilo Santos em 04/12/2014, constante do processo 1437/14(12.00), com o n.º de informação 5.

2.6.3.3. - Mota & Esmeralda, Lda.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 1036/18(12.00), em nome de Mota & Esmeralda, Lda., em que é solicitado o licenciamento de ocupação de via pública por motivo de obras particulares, sito na Rua Santa Luzia, n.º 2, lugar e freguesia de Pombal.

A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o requerente do pagamento das taxas, no montante de 570,15 € (quinhentos e setenta euros e quinze cêntimos), por se inserir em Área de Reabilitação Urbana, nos termos do parecer jurídico emitido pelo Dr. Teófilo Santos em 04/12/2014, constante do processo 1437/14(12.00), com o n.º de informação 5.

2.7. Regulamentos, Normas de Controlo, Normas de Funcionamento e Planos de Prevenção

2.7.1. - Programa Like Saúde - Normas de participação no Concurso Literário & Artístico

Foi presente à reunião a informação n.º 130/DEAS/18, da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 09/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: PROGRAMA LIKE SAÚDE

Aprovação das Normas de Participação no Concurso Literário & Artístico, para criação de produto e/ou ideia

Relativamente à continuidade da operacionalização do Programa Like Saúde, cumpre-me informar que:

Tendo presente a virtuosidade dos objetivos preceituados no âmbito da prevenção de comportamentos aditivos e da tomada de consciência de hábitos de vida saudáveis e estando estruturada a necessidade de manter esta resposta em contexto escolar; veiculada por e para toda a comunidade escolar; como tem sido exemplo disso as Mostras Like Saúde (I e II) realizadas e que têm constituído o local de excelência de divulgação das boas práticas promovidas, por todos os parceiros dos quatro concelhos envolvidos, urge agora adotar novas metodologias que se ajustem às disponibilidades de todos os intervenientes privilegiados, bem como, alargar a intervenção a outros níveis de ensino, onde os conceitos e conteúdos da prevenção possam ser também consolidados.

Numa abordagem inovadora e como é prerrogativa deste município, uma das metodologias adotadas e a aplicar pelos parceiros (escolas públicas e privadas do concelho), no próximo ano letivo, será o recurso Pedagógico denominado Kit – Like Saúde + que resultou da sistematização dos conteúdos programáticos já existentes, tendo sido reformulado e adaptado às novas tecnologias e à capacidade crítica demonstrada pelos alunos (do 5º ao 12ºano) e devidamente potenciada pelos docentes, que detém naturalmente as competências para a sua utilização e desenvolvimento.

Ainda no âmbito desta prerrogativa e à semelhança dos recurso - APP Tek4health Alunos e Famílias, criados por este município, parece-nos imperioso apresentar uma proposta no sentido da criação de uma produto e/ou ideia que permita a melhoria de



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

um serviço e, acima de tudo a inclusão, no Programa Like Saúde, de outros níveis de ensino como o pré-escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico, por estarem na base de desenvolvimento de competências pessoais e sociais do público alvo em causa.

Assim, propõe-se, em sede de reunião de câmara, deferimento para:

1-Aprovação das Normas de Participação - Concurso Literário & Artístico, apenas e cujo articulado determina os objetivos, destinatários/concorrentes, categoria dos trabalhos, apresentação, avaliação e seleção dos trabalhos, calendário do concurso, critérios de seleção, júri e divulgação de resultados;

2-Aprovação da aquisição de três (3) aparelhos móveis, correspondentes aos três (3) prémios previsto nas Normas acima referidas e cujo valor, por aparelho, orçará 350,00€, totalizando 1050,00€ (C/IVA incluído);"

Junto à informação encontram-se as normas de participação, que se dão por integralmente reproduzidas e que ficam arquivadas no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto na informação supra transcrita.

2.8. Protocolos, Parcerias, Acordos, Declarações de Compromisso e Cedência de Domínio Público

2.8.1. - Projeto piloto: Intervenção na Educação Pré-Escolar "Ler antes de saber ler..." - Minuta de protocolo

Foi presente à reunião a proposta n.º 227/GAV/18, do Gabinete de Apoio aos Vereadores, datada de 23/07/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Projeto piloto : intervenção na Educação Pré-Escolar "Ler antes de saber ler..."

Sr. Vice- Presidente

No seguimento da análise e avaliação da intervenção do Programa Municipal de Potenciação de Sucesso Escolar, em sede de reunião com o Agrupamento de Escolas de Pombal, foi objeto de reflexão e análise a necessidade de intervenção ao nível da educação Pré-Escolar na área das competências fonológicas.

A este respeito o AE de Pombal apresentou-nos a proposta do programa "A Ler Vamos", implementado e concebido pela CM de Matosinhos e que visa dar resposta a esta mesma necessidade [anexo 1].

Mesmo tendo conhecimento dos resultados já alcançados pelo projeto em causa, implementado em 2009 no concelho de Matosinhos, e considerado uma boa prática pela Fundação Calouste Gulbenkian, entendi que deveríamos ter um maior conhecimento da sua aplicação, operacionalização e condições de acesso, agendando para isso uma reunião em Pombal com a presença da nossa equipa e do AE de Pombal, bem como proporcionar a deslocação das nossas Terapeutas da Fala a Matosinhos.

¶Considerando que o Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da CIMRL [O PICIE] abrange a ação na educação pré-escolar;

¶Considerando que o Município de Pombal foi pioneiro na área de intervenção precoce, dando resposta na Educação Pré-Escolar com rastreio e acompanhamento



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

individualizado;

! Considerando que o projeto em causa vem ao encontro das políticas de leitura implementadas há 20 anos no nosso concelho;

! Considerando que o Agrupamento de Escolas de Pombal tem um recurso humano para realizar o rastreio e para apoiar durante a intervenção, em articulação com as nossas Terapeutas da Fala;

! Considerando que o Município de Matosinhos se disponibiliza a replicar o projeto, dando formação a educadoras de infância, bem como cedendo os materiais educativos para aplicação ao longo do ano. (à semelhança do que ocorre com outros Municípios – anexo2), sem custos para o Município;

Propomos:

1 ! Implementar a fase-piloto, com duração de um ano [2018/2019], do Programa com a designação “Ler antes de saber ler...” baseado no projeto “A ler vamos...” tal como expresso no protocolo a estabelecer entre o Município de Pombal, o Município de Matosinhos e o Agrupamento de Escolas de Pombal, repartindo as responsabilidades acima referidas;

2 ! Obedecer às seguintes fases de operacionalização:

2.1 ! Município de Matosinhos desenvolve formação dirigida às educadoras em setembro e disponibiliza materiais;

2.2 ! Agrupamento de Escolas e Município de Pombal realizam rastreio entre outubro e dezembro;

2.3 – Educadoras de Infância (AEP) aplicam a metodologia ao longo do ano letivo (janeiro a junho);

2.4 ! Agrupamento de Escolas monitoriza ao longo do ano;

2.5 ! Município de Pombal oferece apoio de retaguarda à ação das Educadoras nas interrupções letivas (Carnaval e da Páscoa);

2.6 ! Agrupamento de Escolas e Município de Pombal realizam avaliação entre junho e julho;

2.7 ! Apresentação dos resultados e ponderação no alargamento a todas as escolas no ano letivo 2019/2020;

3 ! Assinatura do protocolo, que se anexa.

Reiterando a importância deste projeto para a convergência com os nossos objetivos de sucesso escolar 100%, através de uma intervenção integrada, precoce e individualizada, coloco à superior consideração de Vossa Ex^a a sua implementação nos termos apresentados.

Respeitosos cumprimentos,"

A minuta de protocolo é do seguinte teor:

"PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATOSINHOS, O MUNICÍPIO DE POMBAL E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE POMBAL

Atendendo à importância primordial que a questão da Promoção do Sucesso Escolar suscita hoje junto das autarquias, o Município de Matosinhos, implementou o projeto “A Ler Vamos...”, nos pressupostos de que a leitura e a escrita são competências essenciais ao sucesso escolar e à vivência na sociedade tecnológica e de informação, e que uma intervenção atempada facilita não só a promoção do sucesso, mas também a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

inibição e prevenção do insucesso escolar:

Considerando que o projeto contempla a educação pré-escolar como contexto privilegiado de intervenção, bem como o posterior acompanhamento dos alunos ao longo do 1.º ciclo do ensino básico;

Considerando que a prevenção e o combate ao insucesso escolar constituem prioridades do Município de Pombal, pioneiro na implementação do PMPSE - Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar “Pombal 2020 – Sucesso Escolar 100%”, encontrando-se também este integrado no PICIE – Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da CIM da Região de Leiria, cujo principal objetivo será o de promover uma intervenção multidisciplinar dirigida e de proximidade junto das crianças do pré-escolar, dos alunos do 1º ciclo e das respetivas famílias;

Considerando que o Agrupamento de Escolas de Pombal tem sido um parceiro essencial na implementação do PMPSE e do PICIE, tendo identificado a necessidade de uma intervenção na área das competências fonológicas, ao nível da Educação Pré-Escolar;

Considerando que a parceria entre o Município de Matosinhos, o Município de Pombal e o Agrupamento de Escolas de Pombal permite a replicação do projeto “A Ler Vamos...” nos estabelecimentos de ensino pré-escolar do concelho de Pombal, bem como a partilha de conhecimentos, práticas, resultados e metodologias, garantindo um carácter rigoroso na avaliação e intervenção com as crianças e subsistemas em que se inserem;

Entre:

O Município de Matosinhos, com sede na Avenida D. Afonso Henriques, Freguesia e Concelho de Matosinhos, representado neste ato pela Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Luísa Salgueiro,

O Município de Pombal, com sede no Largo do Cardal, Freguesia e Concelho de Pombal, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus,

E:

O Agrupamento de Escolas de Pombal, com sede na Rua António Fortunato da Rocha Quaresma,

Freguesia e Concelho de Pombal, representado neste ato pelo Diretor, Fernando Augusto Quaresma Mota,

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Compete ao Município de Matosinhos:

- a) Partilhar a metodologia definida e os recursos criados;*
- b) Proporcionar apoio técnico e formação às educadoras de infância do Agrupamento de Escolas de Pombal que integrarão o projeto, no início do ano letivo 2018/19;*
- c) Ceder às educadoras e às terapeutas afetas ao Município de Pombal os materiais educativos a utilizar ao longo do ano letivo;*
- d) Articular mensalmente com o Município de Pombal no sentido de monitorizar e reformular as estratégias a implementar no projeto;*
- e) Partilhar os resultados do projeto com o Município de Pombal e o Agrupamento de*



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Escolas de Pombal:

f) Publicar e divulgar os resultados e os procedimentos adotados nos projetos implementados nas autarquias em eventos científicos, políticos e culturais.

Cláusula 2.^a

Compete ao Município de Pombal:

a) Integrar o projeto sobre o qual versa o presente protocolo, no âmbito do PMPSE e do PICIE, direcionado às crianças com 5 anos de idade, a frequentar a Educação Pré-Escolar no Agrupamento de Escolas de Pombal;

b) Disponibilizar meios e recursos no sentido de assegurar as deslocações dos técnicos, necessárias à viabilização da intervenção;

c) Articular regularmente com o Município de Matosinhos e com o Agrupamento de Escolas de Pombal sobre a evolução dos projetos;

d) Partilhar a metodologia definida e os recursos criados;

e) Contribuir para a divulgação e articulação dos serviços;

f) Colaborar na disseminação dos resultados e procedimentos implementados ao abrigo do projeto em eventos científicos, políticos e culturais.

Cláusula 3.^a

Compete ao Agrupamento de Escolas de Pombal:

a) Disponibilizar um recurso humano para colaborar no rastreio e para colaborar na implementação do projeto ao longo do ano letivo 2018/19;

b) Acolher a formação prevista na alínea b) da Cláusula 1.^a;

c) Articular regularmente com os Municípios de Matosinhos e de Pombal sobre a evolução dos projetos;

d) Contribuir para a divulgação e articulação dos serviços;

e) Colaborar na disseminação dos resultados e procedimentos implementados ao abrigo do projeto em eventos científicos, políticos e culturais.

Cláusula 4.^a

Quaisquer dúvidas, esclarecimentos, pormenorizações ou alterações que resultem da intervenção ou se imponham durante a vigência do presente protocolo, serão resolvidas diretamente entre todas as partes intervenientes, mantendo-se a colaboração entre as mesmas até que uma das partes a denuncie.

Matosinhos e Pombal, a xx de xx de 2018

A Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos

Luísa Salgueiro

O Presidente da Câmara Municipal de Pombal

Luís Diogo de Paiva Morão de Alves Mateus

O Diretor do Agrupamento de Escolas de Pombal

Fernando Augusto Quaresma Mota"



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Presidente da Câmara:

“Muito bem Srs. Vereadores, aqui também percebem que temos um trabalho desenvolvido pela Câmara de Matosinhos, os termos em que se apresenta a proposta e regulação das competências de cada uma das partes parecem ser suficientemente expressivos para se perceber; exatamente, aquilo que vamos fazer e o envolvimento também do agrupamento de escolas para iniciarmos esta nova abordagem.

Como sabem esta questão das terapêuticas da fala é um problema grave, nós temos mais do dobro dos recursos que o Estado disponibiliza em Pombal, são nossos, mais do dobro, e, no entanto, só temos duas. Dito assim parece muita gente, mas dá para perceber que, de facto, as carências são imensas e que as famílias, que não tenham meios privados para se poder socorrer, se vêm com muita dificuldade. Quem tem crianças, e lida com elas, sabe que, se as crianças tiverem uma má dicção, o problema da aprendizagem literária fica comprometido, e as coisas têm tempo para poder acontecer. Portanto, cá está outra intervenção que também vale a pena aqui dizer, resultou de uma oportuníssima observação, já talvez há 2 anos, feita no Conselho Municipal de Educação, pela representante do pré-escolar, a professora Rosário Falcão, chamando a atenção para esta circunstância. Portanto, numa lógica avaliativa do número de crianças que apareciam com mais ou menos debilidade, lá deve ter tocado algum sino, dizendo que houve aqui uma altura, de facto, em que havia muita preocupação. Se calhar, o facto de haver nalgumas alturas menos alunos, permite poder dar mais atenção aos pormenores e identificar problemas que noutras alturas eram mais difíceis e que agora aparecem com outra dimensão. E isso, ainda bem que aconteceu, portanto, fomos procurar mais uma vez com aqueles que já têm um trabalho bem-sucedido e como é que se pode fazer, e reparam, é gracioso, é uma prática de boas práticas, e portanto é muito oportuno esta intervenção.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, implementar o projeto e aprovar a minuta de protocolo de colaboração, dando poderes ao Senhor Presidente, ou a quem legalmente o substituir, para o outorgar e assinar.

2.9. Ação Social

2.9.1. - Cesaltina Rodrigues Lopes - Pedido de serviço de teleassistência domiciliária

Foi presente à reunião a informação n.º 134/DEAS/18, da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 21/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Cesaltina Rodrigues Lopes

Rua da Escola n.º 99 – Calvarias – Santiago de Litém

E-019335/SAG/18 – Pedido do serviço de teleassistência domiciliária

Relativamente ao assunto supramencionado cumpre-me informar V.ª Ex.ª do seguinte:

1 – A Associação de Bem Estar para a Terceira Idade de Santiago de Litém solicitou a atribuição do serviço de teleassistência domiciliária para o casal Cesaltina Rodrigues Lopes e Daniel da Silva, em virtude de se encontrarem em situação de isolamento social;



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

2 – Tendo sido analisada a sua situação socio-económica, conforme consta da informação social, em anexo, concluiu-se que o pedido reúne os requisitos estabelecidos nas alíneas a) e c) do n.º 1, do artigo n.º 6, do Regulamento Geral de Atribuição de Apoios Diversos no âmbito das Áreas da Ação Social, para lhe ser atribuído o apoio solicitado, uma vez que, se trata de um casal de idosos, cujo rendimento mensal per capita apurado é inferior a 60% da Retribuição Mínima Mensal Garantida, em vigor. Assim, propõe que, ao abrigo do n.º 6, do artigo 20.º do Regulamento Geral de Atribuição de Apoios Diversos no âmbito das Áreas de Ação Social, a Câmara delibere deferir o pedido.

Mais se propõe que lhe seja atribuído o serviço de teleassistência domiciliária sénior simples fixo (cuja mensalidade é de 11,95€+IVA, à taxa de 6%).

À Consideração de V.ª Ex.ª."

Junto à informação encontra-se a informação social, que se dá por integralmente reproduzida e que fica arquivada no respetivo serviço.

Presidente da Câmara:

"Esta mensalidade é suportada pelo Município, portanto, este é um serviço que é para todos os nossos utentes e, Srs. Vereadores, na medida das vossas hipóteses de identificação de casos onde vos pareça justificar-se, sejam também divulgadores deste programa. Às vezes, há muita gente que precisa de ter esta tranquilidade, mesmo que seja durante um período de tempo, e que quem presta apoio está fora de casa, sai de férias, tem uma viagem ao estrangeiro e que precisa deste apoio para quem fica, o sistema está aberto, tem esta agilidade e a Câmara tem todo o interesse em que haja para a comunidade esta funcionalidade por corresponder a níveis de proteção, de segurança e conforto aos nossos idosos."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto na informação supra transcrita.

2.9.2. - Carlos Manuel Rodrigues Branco - Pedido de isenção do pagamento de faturas de água até 10m³ por mês

Foi presente à reunião a informação n.º 135/DEAS/18, da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 24/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Carlos Manuel Rodrigues Branco

Rua do Pinhal n.º 1 – Jagardo - Redinha

E-004525/FM/18 – Pedido de Isenção do Pagamento das Faturas de Água até 10m³ por mês

Relativamente ao assunto supramencionado cumre-me informar V.ª Ex.ª do seguinte:

1. O requerente solicitou isenção do pagamento das faturas de água, até 10m³/ mês, por motivo de insuficiência económica;
2. Tendo em conta a pretensão apresentada, que tem por base a situação de carência económica, em que se encontra, conforme descrito na Informação Social, anexa, e, considerando que:
 - a) O munícipe vive sozinho, é beneficiário do Rendimento Social de Inserção e se



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

encontra em situação de grande vulnerabilidade social;

b) Reúne os critérios estabelecidos na alínea a) e d) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Geral de Atribuição de Apoios Diversos no Âmbito das Áreas da Ação Social para lhe ser atribuído o apoio solicitado, em virtude de dispor de um rendimento mensal per capita inferior a a 60% da Retribuição Mínima Mensal Garantida e se encontrar desempregado há 3 anos.

Face ao exposto, propõe-se que, a presente informação seja despachada a reunião de Câmara, no sentido de deferir o pedido de isenção do pagamento das tarifas fixas e variáveis de água, resíduos e saneamento até 10m³, por mês, bem como, das tarifas de recursos hídricos (TRHA e TRHAR), conforme previsto no n.º 11, do artigo 10.º do Regulamento e Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Pombal, com efeitos a partir da presente data e pelo prazo de 12 meses.

À Consideração de V.ª Ex.ª."

Junto à informação encontra-se a informação social, que se dá por integralmente reproduzida e que fica arquivada no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto na informação supra transcrita.

2.9.3. - Maria dos Prazeres Pedrosa Marques - Pedido de isenção do pagamento de faturas de água até 10m³ por mês

Foi presente à reunião a informação n.º 125/DEAS/18, da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 26/07/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Maria dos Prazeres Pedrosa Marques

Rua Principal n.º 52 – Outeiro Martinho - Guia

E-002761/FM/18 – Pedido de Isenção do Pagamento das Faturas de Água até 10m³ por mês – Consumidor n.º 31042

Relativamente ao assunto supramencionado cumpre-me informar V.ª Ex.ª do seguinte:

1. A requerente, na qualidade de esposa do Sr. Carlos Fernandes Gomes (consumidor n.º 31042) solicitou isenção do pagamento das faturas de água, até 10m³, por motivo de insuficiência económica;

2. Tem em dívida as faturas n.ºs 30132629 e 30161058, no valor total de 44,74€, conforme consta do mapa anexo, tendo sido acordado com a mesma, a obrigatoriedade de proceder à sua liquidação, com a maior brevidade possível;

3. Tendo em conta a pretensão apresentada, que tem por base a situação de carência económica, em que se encontra, conforme descrito na Informação Social, anexa, e, considerando que:

a) O rendimento mensal per capita, é inferior a 348,00€, correspondente a 60% da Retribuição Mínima Mensal Garantida, em vigor, conforme determinado no artigo 4.º e na alínea a) do artigo 6.º do Regulamento Geral de Atribuição de Apoios Diversos no Âmbito das Áreas da Ação Social;

b) O agregado familiar tem um consumo médio mensal estimado de 9m³.

Propõe-se que, a presente informação seja despachada a reunião de Câmara, no



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

sentido de:

- Deferir o pedido de isenção do pagamento das tarifas fixas e variáveis de água, resíduos e saneamento até 10m³, por mês, bem como, das tarifas de recursos hídricos (TRHA e TRHAR), conforme previsto no n.º 11, do artigo 10.º do Regulamento e Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Pombal, com efeitos a partir desta data, e pelo prazo de 12 meses.

À Consideração de V.ª Ex.ª "

Junto à informação encontram-se o mapa de dívida e a informação social, que se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto na informação supra transcrita.

2.9.4. - Maria Leonor Dias Gameiro - Perdão de dívida de faturas de água e isenção do pagamento de faturas de água até 10m³/por mês

Foi presente à reunião a informação n.º 123/DEAS/18, da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 18/07/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Maria Leonor Dias Gameiro

Rua da Paz, n.º 5 – Bica – São Simão de Litém

E-001429/FM/18 – Perdão da dívida das faturas de água da consumidora n.º 40697, no montante de 146,74€ e isenção do pagamento das faturas de água até 10m³/por mês

Relativamente ao assunto supramencionado cumpre-me informar V.ª Ex.ª do seguinte:

1. A requerente solicitou isenção do pagamento das faturas de água, até 10m³/mês, bem como, o perdão da dívida das faturas de água, vencidas e a vencer, por motivo de insuficiência económica;

2. Tendo em conta a pretensão apresentada, que tem por base a situação de carência económica, em que se encontra, conforme descrito na Informação Social, anexa, e, considerando que:

a) O rendimento mensal per capita, é inferior a 348,00€, correspondente a 60% da Retribuição Mínima Mensal Garantida, em vigor, conforme determinado no artigo 4.º e na alínea a) do artigo 6.º do Regulamento Geral de Atribuição de Apoios Diversos no Âmbito das Áreas da Ação Social;

b) Se trata de uma munícipe em situação de extrema vulnerabilidade socio-económica, Propõe-se que, a presente informação seja despachada a reunião de Câmara, no sentido de deferir:

- O perdão da dívida das faturas de água, emitidas no período compreendido entre 30 de setembro de 2017 a 30 de junho de 2018 (inclusive), no montante de 146,74€;*
- A isenção do pagamento das tarifas fixas e variáveis de água, resíduos e saneamento até 10m³, por mês, bem como, das tarifas de recursos hídricos (TRHA e TRHAR), conforme previsto no n.º 11, do artigo 10.º do Regulamento e Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Pombal, com efeitos a partir da presente data e pelo prazo de 12 meses.*



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

À Consideração de V.^a Ex.^a."

Junto à informação encontram-se o mapa de dívida e a informação social, que se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados no respetivo serviço.

Michael António (Vereador):

"Muito rapidamente dizer-vos, já tivemos aqui uma situação semelhante, há uns meses, em que a pessoa já tinha uma dívida e pedia a isenção dali para a frente. Desta vez, isto vem devidamente instruído e queria reforçar mais uma vez para as pessoas lá em casa, para os nossos municípios não deixarem chegar a estes pontos, porque é muito mais pejorativo e tem uma carga muito pior, vir aqui dizer que já deve água há quase um ano. As pessoas que sentirem dificuldades, porque estas isenções são para fazer face a estas situações de pessoas que, infelizmente, não têm dinheiro para pagar a fatura de água e, quando assim for, venham o quanto antes, peçam a isenção assim que sentirem as dificuldades, é melhor do que depois estar aqui a fazer um perdão de dívida, agora os serviços de contabilidade, em termos de faturação, tratar documentalmente. Portanto, estes instrumentos que estão aqui é para as pessoas se socorrerem deles, tomáramos nós que toda a gente tivesse dinheiro para pagar a água e isso seria um excelente sinal no nosso concelho.

Muito obrigado."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto na informação supra transcrita.

2.10. Propostas Diversas

2.10.1. - *Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Cidade de Pombal - Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática - Apreciação, votação e remessa à Assembleia Municipal*

Foi presente à reunião a informação n.º 253/DUP/18, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 28/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Cidade de Pombal - Projeto de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática - Aprovação

Ex.mo Sr. Presidente,

No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara realizada em 09 de maio de 2018, sobre o assunto em epígrafe, foi aberto um período de discussão pública, mediante publicação, no D.R., do Aviso n.º 7477/2018, de 04 de junho, publicação num jornal nacional (Correio da Manhã, de 14 de junho), num jornal regional/local (Região de Leiria, de 21 de junho) e afixação do Aviso nos lugares de estilo.

A discussão pública decorreu entre 12 de junho e 09 de julho, não tendo havido, nesse período, qualquer participação.

Simultaneamente, o projeto de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) foi submetido a parecer do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que se pronunciou favoravelmente, conforme ofício ref.ª 747976, de 27 de junho, em anexo.

Deste modo, encontrando-se cumpridos todos os preceitos legais, propõe-se a V. Ex.a que remeta à Câmara Municipal, o projeto de Operação de Reabilitação Urbana



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

sistemática para a Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Cidade de Pombal, para efeitos de apreciação e submissão à Assembleia Municipal para aprovação, conforme previsto no n.º 1 do artigo 17.º do DL n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua redação atual, que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana."

Junto à informação encontram-se o ofício remetido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e o Projeto de Operação de Reabilitação Urbana da Zona Central da Cidade de Pombal, que se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados no respetivo serviço.

Presidente da Câmara:

"Sr. Vereador, faça favor."

Michael António (Vereador):

"Sr. Presidente, muito rapidamente, esta informação veio à reunião de Câmara em 9 de maio e, na altura, o nosso sentido de votação foi a abstenção.

Na altura fundamentei, pessoalmente, o porquê, e volto a reiterar; evidentemente não vamos votar contra, porque isto é o projeto de ARU e de ORU da maioria e, portanto, nós também não vamos castrar e votar contra, isto são os termos e condições e a forma como os Senhores da maioria pensaram. Eu na altura disse o porquê, não concordo, nomeadamente, com o perímetro da área, portanto, eu teria feito de forma diferente e teria outras prioridades, não vou estar aqui a repetir tudo o que falei na altura, porque já o disse publicamente. Mas queria aproveitar para dizer o seguinte: infelizmente, não há uma única pronúncia em sede de discussão pública, isto é que me custa, à semelhança das parcerias para a regeneração urbana e de outros programas, mas esses nunca foram implementados, infelizmente, porque não os conseguimos fazer aprovar; mas as obras que toda a gente conhece aqui em frente do Cardal, na zona histórica, no Castelo, ali na Ponte Dona Maria, tudo isso foi feito e esta recomendação, e este pedido que quero deixar, ao Sr. Presidente da Câmara e ao executivo da maioria, é que se faça algo idêntico que se fez na altura, que foi uma ampla divulgação, foi chamar os cidadãos, os moradores, os municípios, os comerciantes, os prestadores de serviços, todos, da área que ia ser intervencionada mas não só, para lhes fazer conhecer o projeto, as intenções; fizeram-se, inclusive maquetes na altura, porque os olhos também comem e é logo outra perceção com que se fica das coisas.

Mas isto para dizer que, infelizmente, não há um único contributo, não há uma única crítica, desconfio sequer se as pessoas foram analisar a área da Reabilitação Urbana e aquilo que a Câmara vai propor. Porque é preciso que as pessoas se consciencializem de uma coisa: estas intervenções e estes projetos mudam radicalmente aquilo que é a nossa cidade e isto é o que está a ser proposto uma vez mais. Evidentemente que ainda não tem projeto de execução, mas é nesta fase que as pessoas se devem inteirar e preocupar e interessar; para depois não virem, quando as coisas estão a ser construídas e executadas, como o Sr. Presidente disse há pouco, no projeto dos Governos/Vinagres que fui eu que na altura mandei elaborar; um dia havemos de ter oportunidade de falar nesse projeto. Mas também para dizer o seguinte: a culpa não é das pessoas nem dos municípios, porque eu tenho 44 anos de idade e esta história da discussão pública é sempre da mesma forma, mas hoje em dia quem é que lê Diário da República? Eu leio pela profissão que tenho e que exerço e a Dra. Odete Alves também e os funcionários



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

dos serviços da Câmara que leem todos os dias religiosamente o Diário da República, mas qual é o cidadão ou o munícipe que vai adivinhar, que sabe que está publicado no Diário da República um período de discussão pública para se discutir o projeto de reabilitação urbana para a cidade de Pombal? Não há ninguém. Isso era antigamente, onde as pessoas iam à missa e não existia Internet, e não havia todos os sistemas de comunicação e divulgação que nós conhecemos hoje em dia, e à porta da capela e da Igreja estavam lá aquelas divulgações do costume. Hoje, quem quiser inteirar-se sobre o que é que se passa, tem que consultar o Diário da República. Isto já não devia ser desta forma, no século XXI, acho que, sobretudo com as ferramentas digitais, o próprio Estado, não é o Governo, o Estado Português tem que repensar seriamente estas coisas, porque as pessoas, como a colega Odete Alves disse há pouco, mesmo olhando para um projeto e para um perfil transversal e cotas, quer dizer, não percebem nada daquilo. E eu lembro-me, quando o Sr. Presidente da Câmara, na altura, me deu o border da regeneração urbana, a primeira coisa que eu fiz, fui fazer 2 pós-graduações a Coimbra, naquela área específica, queria ter a certeza daquilo que andava a fazer e, portanto, o que se recomenda é que, a nível estatal, seja alterado o procedimento como se chega às pessoas - Olhe na sua cidade vão revolucionar a parte urbanística e, portanto, o projeto é este, se quiser e se tiver interesse pronuncie-se porque as suas pronúncias depois chegam aqui à Câmara.

Felizmente quando foi a revisão do PDM, isso funcionou, mas porquê? Porque, também, insistimos até à náusea, até à exaustão para as pessoas virem consultar o PDM exatamente para, depois, não sermos confrontados com: - “Eu não vi, eu não li, na altura eu não conhecia a proposta e agora não gosto da solução final.”

Para dizer o quê? O Sr. Presidente, com certeza, já terá pensado no assunto e eu penso que se deve fazer uma ampla divulgação, e tentar que isto chegue junto dos nossos cidadãos da melhor forma possível. Eu lembro-me que, na altura, fazíamos publicações a cores nas páginas centrais, foram feitas inúmeras reuniões, aqui, no Salão Nobre, onde se chamaram e convocaram, pessoalmente e por carta, cada uma das pessoas que viviam aqui na zona de intervenção e, por exemplo, na altura fizeram-se panfletos, usou-se a Intranet e Internet da Câmara Municipal. Eu sei que os Senhores sabem que temos imensos meios privilegiadíssimos para fazer com que isto chegue às pessoas e porque é isso que deseja, é que os pombalenses saibam que vem aí uma nova fase, mais uma vez, de obras de regeneração urbana para a cidade de Pombal, portanto, saibam as zonas que vão ser intervencionadas, o que é que a Câmara propõe, em termos daquilo que é a memória descritiva que já está aqui bastante detalhada, e depois que se comecem a traçar pelos projetos de Arquitetura que hão de ser feitos para executar as obras.

Hoje em dia, como nós sabemos, e cada vez mais, estas decisões têm que ser participadas, e quanto mais foram participadas pelo munícipe e pelo cidadão, pela pessoa que vai usufruir e pelas pessoas que são a razão de ser destes investimentos melhor, porque isto, como eu disse, são obras pensadas de requalificação urbana para melhorar a vida quotidiana das pessoas. Para fazer, como o Sr. Presidente disse há pouco, aquilo que se fez aqui, no Cardal, que eu peço para as pessoas se lembrarem.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Antigamente, como o Jardim do Cardal estava definido, e bem, para a época em que foi pensado, hoje em dia já não se coadunava. Vejam, alguma vez se faziam ali eventos? Alguma vez as pessoas usufruíam de um espaço com um pano único? Não tem um único obstáculo, não há uma alteração de quota nas obras todas da regeneração urbana, quem andar numa cadeira de rodas, ou a empurrar um carrinho de bebé, anda em toda a área da regeneração urbana sem ter um obstáculo de um centímetro que seja, além da funcionalidade dos equipamentos que foram instalados, das imensas esplanadas que se rasgam aqui, por exemplo, no Jardim do Cardal, e bem, para que as pessoas entendam que este espaço é para ser usufruído e é para ser funcional e as pessoas devem gostar do projeto. Por acaso, aqui em frente, as pessoas, o pombalense, e nomeadamente, quem vive na cidade, acho que gostou muito do projeto, mas podiam não ter gostado, portanto, isto era uma lotaria, que eu lembro-me bem que eu nem dormia de noite porque, mesmo com maquetes feitas, as pessoas, durante a obra, questionavam-se muito e já punham em causa e criticavam.

Também quero dizer isto aos cidadãos e aos munícipes dos Governos: peçam para consultar o processo, porque nas obras de regeneração urbana dos Governos/Vinagres, como o Sr. Presidente disse há pouco, a realidade existente é o que nós temos e não temos outra. Portanto, aquilo era uma zona da cidade muito degradada, e que há mais de 40 anos que não via um cêntimo de investimento público. Se calhar, ali a solução foi sentidos únicos nas ruas em que não permite o atravessamento e os dois eixos dos dois sentidos viários e conseguiu implementar também as infraestruturas básicas, o que se deseja, os passeios e que não haja ali obstáculos, que as infraestruturas sejam todas subterrâneas. Isto para dizer que infelizmente, o espaço ali não alarga, as casas têm a implantação que têm, não dava para fazer os passeios a cumprir com a lei, a largura que eles desejavelmente deveriam ter e, mesmo assim, com sentido único e passeio só de um lado, tem as reservas e as condicionantes que têm.

Mas, isto para terminar, iria pedir, sobretudo às pessoas e aos cidadãos, que participem o mais possível e que consultem o mais possível também os meios de comunicação da Câmara como hoje quem quiser assistir à reunião de Câmara está a assistir em casa ou noutra sítio qualquer ou de férias, e este é um projeto que vai mudar a cidade durante os próximos anos de obra e que vai condicionar e alterar a cidade para os próximos 40 anos como estas obras de regeneração urbana, porque não se regenera a cidade de 5 em 5 ou 10 em 10 anos.”

Narciso Mota (Vereador):

“Também deves dizer, e como acompanhaste o PDM, que nas obras de regeneração urbana, não viste a conclusão da obra de acordo com o caderno de encargos e de acordo com o concurso que foi violado.”

Michael António (Vereador):

“Para terminar, este é um dos pontos que vem à Reunião de Câmara e que há de ir à Assembleia Municipal, e para o qual se solicita a maior atenção das pessoas, dos cidadãos, dos intervenientes políticos, das coletividades, porque é isso que se deseja. O meu voto de abstenção eu já o disse porquê, porque eu faria de forma diferente e incluiria outras áreas e teria outras prioridades, estas são a do executivo da maioria, portanto, nós temos que respeitar exatamente como sendo um projeto deles. Esta é a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

minha intervenção.

Muito obrigado e peço desculpa pelo tempo que demorei, mas acho que o assunto merece que nos debrucemos e que acompanhemos este assunto e demoremos o tempo que for necessário.”

Odete Alves (Vereadora):

“Eu queria começar exatamente por aí, pela questão da publicidade da abertura da discussão pública, porque eu entendo que numa publicação num jornal, optar-se com a publicação no jornal regional e não local, se calhar, não foi uma boa opção.

E eu digo isto pela importância, exatamente, que este projeto tem no desenho da cidade, e isto, obviamente, que diz respeito a toda a gente, a todas as pessoas que utilizam a cidade. Todos os comerciantes e toda a gente que aqui tem as suas atividades, e seria interessante que tivesse havido uma maior divulgação, porque, se calhar, teria havido alguma participação, ou talvez não, mas, de qualquer modo, eu entendo que uma maior publicidade desta abertura teria sido mais adequada, tendo em conta a importância do projeto. Mas eu analisei o documento e gostaria de começar por destacar um ponto fraco, que é mencionado na análise swot, e depois perceber, também, se o projeto apresenta soluções para mitigar este problema que é referido e, neste caso concreto, eu refiro-me à barreira, à existência de relevantes barreiras físicas que têm a ver com a linha de ferro junto ao IC 2 e ao Rio Arunca. Este constrangimento é, ao longo do documento, citado por diversas vezes, a questão da existência destas barreiras e é possível perceber, também, que estas barreiras físicas condicionaram, ao longo dos anos, o desenho urbano da cidade e conduziu, de certo modo, a um crescimento do território muito difuso, há o abandono no centro urbano e o crescimento de periferias pouco qualificadas, alguma perda de identidade do núcleo urbano e isto limitou, de certo modo, a competitividade económica do território.

Porém, e lendo o documento de uma ponta à outra, não consegui descortinar a definição de medidas tendentes a mitigar estas barreiras físicas, ou seja, as soluções que são apresentadas continuam a privilegiar o centro da cidade e não apontam um caminho para a criação, por exemplo, de novos elementos de centralidade na cidade de Pombal. Não se pensa na expansão da rede urbana na cidade para as periferias, inserindo outras áreas das periferias que se encontram altamente desqualificadas e aumentando assim a zona urbana da cidade. Eu penso que este é um modelo que normalmente é seguido para o desenvolvimento das cidades, é estender as cidades e criar novos elementos de centralidade.

Por exemplo, referindo-me, concretamente, à zona poente da cidade, e olhando para os mapas que temos aqui neste documento, para o lado da nacional 1, na Rua do Seixo, e a própria zona da Charneca e até mesmo aquela zona que estava destinada ao Parque Verde da cidade, percebe-se que é o adiar sucessivo do Parque Verde da cidade. Mais uma vez, não se vê que essa seja uma realidade a curto prazo. Sabemos que este projeto tem aqui um prazo de execução de 10 anos, que pode eventualmente ser objeto de prorrogação, mas de qualquer modo, não há esse sinal aqui, esse sinal não consta neste documento e, contrariamente àquilo que consta do documento, não me parece que a zona da Charneca possa ser considerada, nos dias de hoje, uma zona de baixa



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

densidade edificatória, e até porque todos percebemos que, a zona da Charneca, neste momento, tem muita construção, tem muita população, e eu penso até que esta será a zona que o documento se refere e que diz “o pedaço de território construída a partir de loteamentos onde surge uma malha urbana muito estruturada”, e eu penso que será esta zona.

Para além disso, o documento, do meu ponto de vista, aumenta as diferenças de qualificação entre as zonas mais periféricas e o centro da cidade. O Sr. Presidente, certamente, irá dizer isso, que esta área de reabilitação urbana já foi aprovada há vários anos, como sabemos já foi até objeto de revisão, mas estas coisas, nas cidades, têm uma certa dinâmica e eu penso que, olhando a essa dinâmica, e à evolução das coisas, penso que teremos que ajustar, depois, estes instrumentos e seria muito recomendável que houvesse uma alteração desta área de reabilitação urbana, de modo a incluir a Rua do Seixo, a Charneca e estender também para a parte sul, de forma a poder abarcar ali aquela zona do Parque Verde até ao Açude. Inclusivamente, até já existiu na cidade mupis com os mapas desse Parque Verde. Eu recordo que, num Bodo, esses mupis foram espalhados pela cidade e toda a gente ficou a pensar que ia ter um Parque Verde, mas passados vários anos ainda não há nada, nem sequer previsão de isso acontecer. Eu julgo que esta ampliação iria permitir essa continuidade territorial de que falava, iria estimular também a regeneração urbana daquelas zonas periféricas, iria resolver também, de certo modo, o problema da segurança do atravessamento da Rua de Leiria para a Rua do Seixo e mitigar essa tal barreira que existe entre o IC 2 e o centro da cidade.

Este aumento da área, obviamente que iria também permitir aos proprietários, dos imóveis situados naquelas zonas, poderem concorrer a mecanismos financeiros que existem para a regeneração urbana e, obviamente, obter também os benefícios fiscais que estão previstos e, de certo modo, aumentar a dinâmica económica em determinadas zonas. Eu percebi, também, que as opções estratégicas que estão definidas têm a ver essencialmente com a mobilidade e a acessibilidade urbana e a regeneração e a revitalização urbana, opções com as quais eu concordo. Analisei, também, os objetivos e as ações estruturantes que estão previstas e eu queria sublinhar a valorização do espaço público e mobilidade, a promoção do centro histórico e a revitalização do tecido económico.

A Câmara propõe-se, neste momento, valorizar o espaço público e a mobilidade, através do fomento do andar a pé, da bicicleta, da utilização do transporte público urbano e também da eliminação das barreiras físicas, propõe-se promover o centro histórico através da animação do centro histórico e revitalização do tecido económico através do Programa Porta Aberta e é sobre estes objetivos que eu também quero debruçar-me um pouco e refletir. No que respeita à mobilidade e acessibilidades, se me permite, não me parece que estas soluções que estão preconizadas no documento acompanhem exatamente estas intenções que estão manifestadas e refiro-me, no caso concreto, à promoção da circulação das pessoas na cidade com bicicletas. Eu sei que está previsto, no interface rodoviário, um parque de estacionamento de bicicletas urbanas que as pessoas possam utilizar, mas depois olhando para o resto das ações que estão previstas, não consigo perceber como é que a cidade vai ficar ciclável em termos



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

de segurança para as pessoas poderem circular sem obstáculos e com segurança. Dizer, também, que o Pombus, neste momento, é visto mais como um complemento ao transporte urbano do que propriamente como uma alternativa ao transporte particular; e para que isso possa acontecer os horários, obviamente, terão que ser adaptados e a rede de Pombus terá que ser também alargada a outras localidades da Freguesia de Pombal.

Dizer também que a promoção do centro histórico e a revitalização do comércio local, as medidas que estão propostas, parecem muito redutoras, porque nós percebemos que essas medidas, todas elas, já estão em execução. Já percebemos com o decurso do tempo que não há uma eficácia dessas medidas, que é preciso reforçar os mecanismos para conseguirmos levar, à zona histórica, a vida que, em tempos, teve e que agora não tem. Dizer que as medidas que estão previstas, no meu ponto de vista, parecem paliativos e não resolvem o problema de fundo que existe ali. Como todos sabemos, eu recordo-me de pequenita que a Cidade de Pombal era vista como uma cidade comercial, com uma identidade comercial fortíssima e por todos reconhecida e, no fundo, as políticas que foram definidas ao longo dos tempos, acabaram com a proliferação das grandes zonas comerciais e acabaram por comprometer, de certo modo, ou aniquilar, o comércio local que, como sabemos, sobrevive com muita dificuldade e muito à custa de economias, até dos próprios comerciantes. Há até muitos que desistem. E sabemos que desistem, porque percebemos que, por vezes, há comércios que estão abandonados, sobretudo no centro histórico da cidade e percebo, também, que, para além do Programa Porta Aberta, não aparece uma alternativa, um plano B para o caso de a Porta Aberta não funcionar.

Eu penso que a Câmara, para além disto, tem que perceber também que, para resolver o problema do Centro Histórico e do comércio local, se calhar, terá que interagir de uma forma mais íntima com a Associação Comercial, terá que ouvir os seus associados porque, no fundo, são os comerciantes os principais interessados na revitalização do comércio local. E percebemos agora, no exemplo recente das Festas do Bodo, que essa falta de articulação, do meu ponto de vista, foi evidente, porque se percebeu que os comerciantes que estavam abrangidos pelas zonas mais movimentadas das festas, trabalharam bem e os outros, que estavam fora, trabalharam mal. E é preciso fazer esta articulação e a Câmara pode fazê-lo perfeitamente com a Associação Comercial, que é aqui uma parceira privilegiada para fazer o contacto, também, com os comerciantes.

Voltando ainda à Praça Marquês de Pombal. Esta praça teve, em tempos, um carácter muito comercial e é preciso restituir-lhe essa vida. Como é que isto se consegue? Em 1º lugar, eu queria dizer que o projeto que previa a manutenção da casa mortuária no Convento do Carmo, eu creio que será de ponderar a localização da casa mortuária na proximidade da Praça Marquês de Pombal, porque, desde que a casa mortuária foi para ali, comprometeu, de certa forma, a possibilidade de dar ali uma vida à praça, porque, obviamente, que a celebração de festas ou de feiras ou dar-lhe ali uma utilização com mais vivacidade pode facilmente comprometer ou ser mesmo incompatível com o funcionamento da casa mortuária. Se calhar, também, dizer que



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

aquela esplanada que lá está, que é uma esplanada improvisada que existe só no Verão, é algo temporário e este ano até percebemos a dificuldade que a Câmara teve em arrendar o espaço. Este equipamento, se calhar, podia ser transformado numa estrutura mais definitiva, num ponto de atração da praça que pudesse permitir que as pessoas, que visitassem aquele local, tivessem outra possibilidade de utilizar aquele espaço.

Podia, por exemplo, organizar-se feiras de produtos locais com alguma frequência, até haver um dia fixo para que isso acontecesse. Eu recorro que aquilo funcionou, em tempos, como uma praça dos cereais, toda a gente sabia que aquilo era a praça dos cereais. Portanto, ali, quanto à Zona Histórica, é isto que tinha para dizer.

Queria também dizer, só para terminar, que verifico, também do documento, que a requalificação da Escola Conde Castelo Melhor, não é também uma prioridade, porque as obras que estão em estudo estão atiradas para 2024, portanto, quase no final do período de execução do ORU, o que significa que, eu penso que o Sr. Presidente não pensa em fazer esta obra, pelo menos neste mandato, isto já será feito, certamente, por outro Presidente, e este é um problema que, do meu ponto de vista, é um problema considerável, atendendo até às obras que foram feitas no Centro Escolar de Pombal e que, no fundo criaram aqui um fosso enorme entre as condições que são oferecidas aos alunos do Centro Escolar e aos alunos da Conde Castelo Melhor.

Mas eu também queria finalizar, agora sim, para dizer que nem tudo é mau neste plano. Existem obras de enorme relevância para a cidade e eu quero sublinhar uma delas e salientar a sua importância, que é a requalificação da zona de interface de transportes. Eu, olhando para este documento, que é um documento denso, penso que esta é provavelmente uma das obras que trarão maior impacto na cidade, irão valorizar ainda mais o centro urbano e será um contributo extremamente importante para a mobilidade das pessoas. Por tudo isto, eu gostaria de dizer que não votaremos, obviamente, contra porque há aqui obras efetivamente importantes, irei abster-me no sentido em que, obviamente, as prioridades que estão definidas não vão ao encontro daquilo que são as prioridades do Partido Socialista para a Regeneração Urbana.

Obrigado.”

Presidente da Câmara:

“Mais alguém quer usar a palavra?

Muito bem, talvez devamos começar pelo princípio, porque eu não creio que alguma vez tenha feito tanto a divulgação das obras que a Câmara Municipal de Pombal procurava fazer como nos últimos 5 anos se fizera. Nunca se fizeram tantas sessões públicas de apresentação de projeto, precisamente para antecipar aquilo que era a leitura que tínhamos para as intervenções e para os locais e discutir com as pessoas as soluções. Na Rotunda do Alto Cabaço foi discutida com todos, a requalificação da Estrada Nacional 237 foi discutida com toda a gente, o Centro de Saúde de Pombal foi discutida com toda a gente, o Centro Escolar de Pombal a mesma coisa, estou só a falar aqui da cidade entre outros projetos que tinham esta relevância.

Uma coisa é ver os projetos, outra coisa é discutir esta operação, que não é uma operação que está a ser desenhada em cima de zero, porque há aqui áreas que estão aqui mencionadas que foram já sujeitas a reabilitação e não estão excluídas, portanto,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

têm uma continuidade. Por isso aparece aqui as questões de animação do Centro Histórico, de alguns edifícios que estavam precisamente nesse Centro Histórico e que foram puxados para a intervenção e o próprio plano estratégico urbano que está aprovado e que estabelece, precisamente, construções cujos perímetros são suscetíveis de integrar, e foi isso aqui que teve a presidir a estas intervenções. E, depois, tem aqui outra coisa importante também, são as disponibilidades financeiras, portanto, quem a ouvir falar, sobre a requalificação da Charneca, até se pode esquecer que nunca se tinha feito na requalificação integral da Charneca como aquela que se fez há 2 anos atrás, quando se pavimentaram todas as vias e isso resolveu o problema de circulação e de qualidade de circulação que aquele espaço tinha, nem nunca foi tão próximo da cidade ao Casal Fernão João quando a rede do Pombus lá chegou, porque não chegava lá.

Estes são caminhos que se têm trilhado e que não precisam estar objetivamente neste projeto, quando também aqui não está, mas está no caderno de encargos e que já foi aqui divulgado e que nós, ainda, não o aprovámos porque foi assumida a necessidade de ter uma passagem inferior a ligar a Rua do Seixo à Rua de Leiria.

Portanto, há aqui um conjunto de propostas que são conhecidas e que também não me parece que, neste documento, tenha que estar aqui o detalhe minucioso de todas as obras que aqui se farão, porque não é essa a intenção. A intenção deste documento, que aqui está, é de sustentar, sob o ponto de vista da estratégia de desenvolvimento, aquilo que o PEDU tinha que ter, PEDU que está aprovado, que tem quatro ou cinco das suas obras já concluídas, que tem outras que estão a ser preparadas e, portanto, é uma coerência com aquilo que foi feito. As questões de mobilidade e de libertação das barreiras arquitetónicas perderam validade? Não. Não é porque se faz esse trabalho há 10 ou 15 anos que tem de se continuar a fazer isto, tem que haver essa linguagem.

A identificação dos espaços que estão desqualificados, e a importância de serem requalificados tem financiamento garantido e que têm que ser discutidos os projetos, e esses projetos, sim, vão interessar aos cidadãos, não interessará aos cidadãos virem discutir o projeto de requalificação do Jardim do Cardal ou da Várzea ou do interface rodo ferroviário, que já lá vamos, esses eu não tenho dúvida nenhuma. Seja como for, as obrigações legais foram estabelecidas.

Eu não concordo com o Dra. Odete - quando faz referência à inexistência de soluções para ultrapassar as ditas barreiras físicas - que aqui atribuiu o rio, a Nacional 1 e o caminho de ferro como fatores de empobrecimento da cidade. Eu acho que tem a leitura perfeitamente ao contrário do que é a realidade. Esta cidade nunca seria aquilo que hoje é se não tivesse a Nacional 1 cá dentro e agora, ao lado, o caminho de ferro, não tenha dúvida nenhuma. Aliás, há 11 cidades em Portugal que têm estação de caminho de ferro do intercity, só há 11 dos 308 municípios, isso é um capital brutal que esta cidade tem, portanto, não podemos pensar que a circunstância da passagem da linha é por si só um fator de empobrecimento porque não é, ela pode dividir mas repare o seguinte: já reparou que quem pensou - e os diversos projetos que foram desenvolvidos ao longo do rio - sempre olhou para os canais no sentido Norte-Sul e nunca olhou para os canais no sentido Nascente-Poente? Esse é um problema de conceito que tem



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

décadas, tem décadas. E os técnicos olharam sempre para ele no sentido Norte-Sul, a Urbanização das Cegonhas Norte-Sul, a localização da Biblioteca Norte-Sul. Nunca ninguém pensou que se calhar valia a pena ter uma Avenida entre o rio e entre a linha de caminho de ferro para que, de facto, a ligação pudesse ser entre esta zona da linha de caminho de ferro e do lado de lá, essa é que fazia a aproximação, fez o Eng.º Guilherme quando fez essa passagem inferior e a partir daqui tudo se entendeu, tudo o que estava a Norte era uma zona periférica, erro que hoje temos que pagar. E quando aparece aqui o conceito central do Centro Rodoferroviário e o interface tem precisamente a ver com isto, porque esse património nunca foi bem explorado.

Hoje introduz uma parte importante da nossa cidade, nomeadamente a zona da Várzea, que repare, até chegou a ter o primeiro plano de pormenor aprovado neste conceito, que o Plano Pormenor da Várzea, foi o decreto de morte da zona da Várzea, que foi feito com a melhor das intenções. Admito, sob o ponto de vista técnico e sob o ponto de vista político, não tem documento que desejamos ao longo do tempo mais penalizador do que aquele, não houve comércio, não se revitalizou a habitação, não se fizeram novos investimentos nem houve ocupação do espaço público. E por isso, a primeira coisa que eu achei que deveria fazer era acabar com um, porque ele tinha dado já cabo de tudo, e agora temos que edificar em cima disto, e hoje a Várzea é um sítio que, essencialmente, serve para estacionar os carros para ir para a estação de caminho de ferro e para as pessoas que trabalham na cidade e que ali estacionam e não pagam. É pouco, é pouco. E eu nunca vi ninguém a falar disto, nunca vi ninguém apresentar propostas sobre isto, ninguém vem dizer: “a nossa proposta para este território é esta”, por isso acho graça que se diga, “esta não é a minha visão”, mas ninguém sabe qual é a visão, ninguém, é tão boa, tão escondida, tão delicada, tão bem estudada, está fechadinha a sete chaves. Talvez para um dia alguém as poder conhecer, e isso nós não precisamos, os que fazemos política, de ter discussões públicas abertas em Diário da República, ou fora dele, para o fazer, dizemo-lo porque temos ideias, porque pensamos e porque queremos contribuir para o nosso território.

Esse é o significado, não é essa posição de crítica ao documento, “eu fazia assim, eu fazia assado”, com os palpites que vêm em função das propostas que aqui estão e não encontrando estas soluções que, de facto, rasgam essa leitura, que nalguns casos, nós podemos concluir que aniquilou. Não vamos discutir, nem a bondade nem falta dela, das circunstâncias, são as evidências com que vivemos. O que temos de discutir é se, de facto, esse caminho não foi bom e o que é que tem invertido esse caminho.

Quantas lojas que estão à disposição dos cidadãos, e têm condições para ser ocupadas, é que estão desocupadas no Centro Histórico? A última referência que tinha, era uma, uma. As outras não estão disponíveis. Por opção do próprio, por impossibilidade funcional, por inadequação legal, não estão disponíveis, os proprietários não querem e, portanto, nós não podemos dizer, “o Senhor tem que ter o espaço disponível para pudermos fazer isto”. Não, temos que viver com essas circunstâncias. A transferência e a criação da Loja do Cidadão já estava, aliás, pensada na primeira intervenção da área de regeneração urbana para aquele espaço, não faz todo o sentido? Não é um fator de animação do Centro Histórico? Não vai trazer ali uma continuidade de cidadãos que não iriam àquele espaço? Eu não tenho dúvida nenhuma que sim.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

suscitador, ele próprio, de fixação de novos projetos? Eu acredito que sim. Muitas pessoas acreditam que sim.

Portanto, estas coisas demoram o seu tempo, e nós não podemos esquecer que, até há dois anos e meio, tivemos uma intervenção internacional em Portugal, que a vida maravilhosa que nos querem vender está muito longe de ser a realidade que os portugueses, de facto, vivem em suas casas, e que as expectativas empresariais que existem, olhando para o quadro político do Governo, são tudo menos convidativas. Porque não é a estabilidade governativa da esquerda que dá a qualquer investidor qualquer tipo de perspectiva. Mas pelos vistos isso não incomoda que estejam connosco as pessoas, que pensam e agem assim e dizem coisas diferentes, porque esses são os que têm sustentado uma política que Portugal tem tido. E isso é importante para aqui, porque nós não estamos a apresentar uma proposta que não tenha limitações. Da mesma maneira que, na área de regeneração urbana, havia limitações que resultavam porque essa candidatura, fui eu que a fiz, e essa tinha regras e tinham que ser cumpridas e tivemos que ir sucessivamente adequando, porque, no passado, se tinham feito várias que nunca tinham sido bem-sucedidas e esta é a primeira diferença, que é conceder soluções que são aceites e que são financiadas ou consumir soluções que são muito bonitas, muito experientes, mas depois não são financiadas e a nossa cidade teve esse castigo, várias décadas.

Pela primeira vez, consegue sucessivamente ter as duas operações aprovadas. E mais, consegue de tal maneira tê-las feito que, antes de uma delas acabar, já tinha um prémio para poder ter mais dinheiro para poder fazer outras intervenções. E antes disso estar resolvido, já tinha afetação desses recursos para fazer uma obra que está, qualquer dia, acabada e que é, precisamente, a requalificação que estava prevista para a Casa Agorreta, para funcionar como Finanças, projeto que já estava previsto na área de reabilitação urbana. Portanto, há uma continuidade funcional? Verdade. Há uma continuidade política? Verdade. Há uma continuidade na mobilidade? Verdade. Há uma continuidade territorial? Também é verdade. Isto dá unidade.

Fazia algum sentido, de repente, a unidade agora passa para a ponta Norte da Formiga, passa agora para a Rua do Seixo, quando no meio estão zonas mais antigas que estão desqualificadas e estão dentro do perímetro urbano? Sejamos razoáveis, não é assim, nem significa que não se faça essa requalificação, por isso é que o Pombus lá vai, nem significa que se criem ilhas dentro do território, porque dava mais jeito para aqui ou para ali ou vamos dispersar, não os 54 hectares que aqui estão, mas agora vamos fazer 120 inexecutáveis sem financiamento, sem possibilidade de fazermos os projetos. Portanto, filme de ficção científica, não é isso que se quer. Portanto, acho que, desde esta questão da divulgação, até às avaliações, a posição que os Senhores genericamente apresentam, não é a posição que é melhor para o território, melhor para a comunidade, melhor para quem tem opiniões políticas, porque é confortável, eu não digo que não, mas também não digo que sim. Isto devia ter tido mais discussão? Teve alguma. Mas o que é que eu penso sobre o assunto? Qual é a minha proposta? Quais são os focos em que efetivamente eu diria “isto seria completamente diferente”? Não, eu fico-me por “eu faria diferente”, e pronto e nós fazemos política, dizendo “eu



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

faria diferente”, não ia dizer, eu acho que eu devo pôr aqui o Parque Verde dentro desta iniciativa.

Mas sabe se o Parque Verde é financiado? Consegue garantir isso? Eu digo-lhe já que não, mas, por isso é que nós temos que perceber qual é a finalidade deste instrumento, este instrumento não é um instrumento de adorno jurídico-político da atuação da Câmara, este é um instrumento para nós podermos, de forma integrada, utilizar os recursos financeiros que nos permitem concluir estes projetos, essa é a posição. Aliás, deixe-me fazer a pergunta ao contrário: porque é que nunca se fez? Porque é que nunca se fez?

Porque é que nós já o fizemos em Pombal, já o aprovámos para o Louriçal, já o aprovámos para a Redinha, já o aprovámos para Abiul, já lançámos a discussão pública para a zona de Albergaria dos Doze, para a zona da Guia, para zonas que têm Centros Históricos e zonas urbanas mais concentradas, porque é um instrumento essencial para podermos fazer políticas, para termos os financiamentos, para dar condições particulares aos privados, aos proprietários para fazerem outras coisas, esse é que é o intuitivo do que aqui está, além de, evidentemente, auxiliar o Município na execução destas prioridades. Então faz algum sentido, que eu passe por cima da Várzea e agora vá tratar do lado de lá das Cegonhas antes de resolver outros problemas?

A filosofia que aqui esteve, e por isso é que há aqui uma continuidade política, é: então porque é que se foi ao Centro Histórico primeiro? Porque era o mais antigo. Porque é que se foi ao Castelo? Porque estava dentro dessa zona. Porque se esticou esse perímetro? Por duas vezes tivemos que fazer a correção para caber dentro dos critérios de financiamento. Porque é que entrou o dito centro de negócios? E sabe porque é que entrou o centro de negócios para a área de regeneração urbana? Porque era preciso haver parceiros privados a fazerem investimento na zona histórica para que a candidatura tivesse mais pontos e com isso pudesse ter financiamento, portanto não valia a pena estarmos a fazer um exercício muito bonito, que depois, sob o ponto de vista da concretização e da classificação final, não nos desse garantias que havia financiamento, objetividade, capacidade de arranjar os meios para fazer as coisas. Não é projetos bonitos muito criativos e que depois, “olhe, isto é muito bonito, mas não é realizável, não têm financiamento nenhum”, não foi isso que se fez nem isto que se está a fazer.

Há objetividade focada naquilo que são as capacidades de receber as receitas, mas também a capacidade de ser coerente com a filosofia dos programas, isso é essencial, porque é isso que é avaliado e, evidentemente, ligado àquilo que parece ser o mais importante. Atividades de animação já não estavam na ARU primeiro? Claro que estavam. Mobilidade não estava? Claro que estava, A requalificação do espaço público? Claro que estava. A criação de um benefício aos proprietários que fizessem intervenção? Claro que estava. A filosofia política é exatamente a mesma, não mudou nada. Foi um mau resultado? Toda a gente acaba por aplaudir, mas depois dizemos assim “não, agora mantém-se a mesma filosofia, mas eu agora já acho que isto não está bem”.

É uma forma de ver as coisas, mas o tempo tem mudado tantas pessoas, ao longo da sua passagem, que já nada me espanta. Aquilo que, antigamente, estava bem agora já



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

não está bem, às vezes, por que é feito por outras pessoas, e só essa circunstância traz, a alguns, alguma destabilização e algum incómodo, mas é a vida, e há uma coisa que isto não mostra, nem coerência nem compreensão, mas eu, essa parte, não fico muito preocupado com isso, porque eu tenho um programa para cumprir e é isso que vamos fazer.

Sobre aquilo que disse, quando alegou que não existia nenhuma referência às alterações das ditas barreiras que aqui a Dra. Odete nos recordou. Vamos ler o que é que está escrito, relativamente ao interface. Vamos lá ver o que aqui está, para nós percebermos o que é que, sinteticamente, os técnicos aqui quiseram dizer-nos, depois desta proposta que se percebeu que, de facto, é um constrangimento para a nossa Cidade. Ora ponto 2: “A zona onde se situa a estação de caminhos de ferro da Refer e a central de camionagem assume-se como um local privilegiado para assumir um carácter de zona de interface de transportes, promovendo a utilização do transporte coletivo quer ferroviário quer rodoviário integrando modos suaves de transporte”.

Primeira questão: alguém vê que as passagens pedonais, que foram feitas, quer pelo lado final da Rua da Fábrica Velha, quer a passagem inferior a norte da estação de caminho de ferro sejam, de facto, uma solução que dá vida à cidade, nos moldes atuais, e desde que está a funcionar, há não sei quantos anos? Não é. É verdade que a maior parte dos utilizadores da nossa estação de caminhos de ferro usa mais o Largo Salgueiro Maia para estacionar ou usa mais o Largo da Biblioteca? Usa mais o Largo da Biblioteca. É verdade que grande parte da atratividade, que esta estação tem, ultrapassa os limites do nosso concelho? É verdade, em equipamento regional.

Se calhar temos que pensar como é que ultrapassamos, no final do Jardim, a barreira que constitui a linha de caminho de ferro. Eu quero que os Senhores conheçam, da parte dos projetistas, a quem nós entregámos o Masterplan para o interface, ouvir a opinião que eles nos dão, antes de ouvirem a minha opinião, porque eles fazem essa leitura, precisamente. Faz algum sentido que tenha que ser a cidade de Pombal a suportar os lugares de estacionamento dos utilizadores da linha de caminho de ferro que pagam à CP para a utilizar?

Pode o domínio público ferroviário ser utilizado para ser uma porta de estacionamento para os veículos que vêm à cidade e que querem apanhar o autocarro para ir para Norte ou para Sul? Pode e deve, é possível, eu a última vez que falei com o Presidente das infra-estruturas de Portugal, António Laranjo, sobre este assunto, é desejável que nós o façamos.

É demorado? Vai custar as negociações? Não tenho dúvida nenhuma que é uma solução importante, porque vai utilizar muita área que hoje é perfeitamente desocupada, inútil, pública que pode servir para estes clientes, para depois não estarmos a carregar aquilo que é as capacidades que existem de estacionamento no Jardim da Várzea. Então a Várzea pode, com isso, ter outro tipo de utilizadores? É verdade. É verdade se nós alterarmos - que também não está aqui - o perímetro de cheia que foi aprovado em 2009 e que tira a possibilidade de estacionamentos em subterrâneo desde a Rua Mota Pinto até ao Rio Arunca e também vai ao Bairro Agorreta. Isso é um problema e não está aqui, nem tem que estar e já está entregue esse projeto, precisamente, para nós o



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

podermos discutir, porque, entretanto, se fizeram outras modificações na largura do rio, na limpeza, no escoamento, há de avançar agora a bacia de contenção, na deslocação de redes pluviais para outros lados, para que as cargas hidráulicas não sejam tão altas, e tudo isto, não se faz assim, não se faz assim.

Portanto, isto existe e o que é que vai acontecer? Pode ter o melhor projeto do mundo, mas se não conseguir estacionar subterraneamente na Várzea, não mete lá um carro, não mete lá uma casa, não mete lá um investimento. Pode ter a melhor requalificação de espaço público, porque passa a ser desinteressante, portanto temos que ultrapassar estes problemas, demora é tempo. Reparem, de repente, aquilo que nós já descobrimos dum espaço que estava tão pacato, tão histórico, tão romântico com o seu Plano de Pormenor e que, nós percebemos, que nada feito, estragou-se tudo. E nem o esforço que se fez gigantesco, para abrir a Avenida Marechal Spínola, resolveu este problema.

Portanto estas matérias, quando temos estes problemas aqui à porta de casa, com todo o respeito pelos cidadãos da Rua do Seixo, e pela necessidade que têm de ter uma passagem subterrânea, que eu antes de ser político, já ouvia esta discussão, desde 1987 que a ouço, e nunca se conseguiu fazer, que fique resolvida. Mas isto é um problema grave, o problema de não construir subterraneamente no Bairro Agorreta é um problema gravíssimo para os estacionamento.

O tempo que estamos a demorar para resolver o problema, no tribunal, para a expropriação junto às oficinas da Câmara, é outro problema gravíssimo. Portanto, é importante fazermos a discussão sobre como é que vamos ligar as ciclovias.

Mas reparem, eu nem percebo a grande preocupação, uma circunstância que unilateralmente o Governo decretou que as zonas urbanas, são zonas de 20 e zonas de 30, já não é decisão municipal. Foram decretadas, com esta imposição, o que significa que há uma política que vai no sentido de reduzir esses riscos, de apelar a outras formas dizendo que “por aqui não se safa”, aliás, quem pensar um bocadinho vai dizer assim: “Talvez tenha sido por isso que se quis requalificar a 237, fazer um pequeno periférica à cidade, ligar o Bairro dos Governos e dos Vinagres a uma via principal para evitar que os cidadãos que queiram ir para os Vinagres, tenham que vir ao centro da cidade para ir para sua casa?” Olhe se calhar, é verdade. Se calhar, na altura que isto foi pensado, foi com esse objetivo.

Então e a ligação depois da Travessa do Barco à Rotunda do Continente também tem esse objetivo? E as negociações que se fizeram com o proprietário do Loteamento do Custódio para ligar à rotunda também foi feito neste propósito? Foi, foi feito neste propósito. Não sei, depois, como é que vamos resolver as opções planeadas nesta casa, em que se põe ruas com avenidas com dois sentidos a debitar para uma rua principal que só tem um sentido para cada lado. Isso eu não sei, é que foram autorizadas, para o Continente ir para este loteamento, mas isso é outro problema, se calhar vamos fazer outra rotundazinha na Rua de Ansião a 30 metros da Rotunda do Bombeiro. Mas alguém pensou nisto, alguém planeou e alguém pensou e disse que era uma boa solução para o funcionamento da nossa cidade, acha que é boa? Miserável, miserável.

Ficámos com uma opção de um promotor que vai castigar a cidade na funcionalidade, na fluidez, na segurança, em tudo, quem fica com o prejuízo? Fica o Município, o Município que resolva. Resolva esse acesso, resolva à saída do loteamento, resolva a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

passagem inferior das Cegonhas, resolva o acesso à Urbanização das Oliveiras, resolva o acesso à Urbanização São Cristóvão e o Município paga a conta toda. Mal, está mal. Quer fazer tudo bem, isto é preciso resolver, mas dá muito trabalho. Se pode faz, se não pode não faz.

E portanto, chegou uma altura em que a posição do Município já não é apenas de ser reação a quem quer construir a cidade. O Município está agora a fazer a Cidade, porque, durante muito tempo a pressão urbanística o que é que reclamava? Pedidos e respostas, quer fazer isto, quer fazer aquilo, faço aquela rua, faço aquela travessa, faço aquela urbanização, meto aqui o esgoto, meto aqui o jardim, dou aquele terreno, faço assim e faço assado, andou-se nisto, chegou-se a uma altura deixou de fazer isto, porque não havia dinheiro para pagar estas coisas todas e o mercado imobiliário entrou em recessão. E agora?

E agora estes trabalhos já não são feitos por privados e têm que ser feitos pela parte pública, e há muita coisa para recuperar, coisas que têm 70 anos, coisas que têm 50 anos e coisas que têm 20 anos. Mudaram as coisas, a leitura era uma, os tempos são outros e as exigências mudaram. As cidades têm coisas diferentes, é o dever normalíssimo destas coisas todas, mas o que é certo é que isso aqui está. Mas têm alguma coisa contra a regeneração urbana da zona da Várzea? Há alguma coisa contra a requalificação da zona do interface dos transportes? Há alguma coisa contra a requalificação do Jardim do Cardal? Há alguma coisa contra a requalificação do Jardim das Laranjeiras? Há alguma coisa contra a Rua Maria Justina Varela Pinto que, aliás, estava projetada, só não se fez porque estava fora da área intervencionada na ARU, porquê? Porque a ARU não podia ter os números de quilómetros quadrados e de hectares que se queria, tinha regras e esta também tem. Há alguma coisa contra a requalificação do corredor ribeirinho da margem esquerda do Arunca? Estava no projeto, o projeto que aqui está a servir de base é aquele que serviu de base à expropriação, é que nem se pode mexer, é exatamente o mesmo, velhinho, tem 10 anos ou 12 anos, está lá, é aquele que tem de ser feito, perfeitamente sintonizado, não há outro, é este que lá está.

A requalificação da Rua de Leiria e espaço envolvente, até já está feita, já está feita e aprovada e nem foi inaugurada. Rua do Mancha Pé, igual, está feita, já foi financiada. Rua Carlos Alberto Mota Pinto, um problema, como é que fazemos os estacionamento? Como é que fazemos as caves na Mota Pinto? Temos que resolver este problema com outra situação que aparece, entretanto. Se a Senhora não fosse Jurista e Advogada eu ainda percebia que desse aqui uma taxatividade ao advérbio. Como é de Direito, vou fazer de conta que se distraiu. Agora esta aquisição, hoje, nós todos já percebemos que esta não é a localização, não lhe vou dizer onde vamos fazer porque o processo negocial não está terminada e depois podemos sofrer com a especulação.

Requalificação na Avenida Heróis do Ultramar, sabe o que é que está aqui? Está aqui, porque, e veja o perímetro, está aqui até ao limite que no PEDU nos permitiram fazer, porque havia área confinada que tinha que respeitar as regras que nós apresentámos. Ora, se nós temos uma área onde, por exemplo, os imóveis privados não podem ter menos do que 30 ou 40 anos, os espaços que são privilegiados estão identificados pela



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

sua vetustez, é evidente, não é, com certeza, o cimo da Avenida que vai competir com a antiguidade dos edifícios da Várzea ou daqueles que já estão entre a Várzea e o PombalShopping, que são edifícios na parte seguinte da cidade.

A cidade foi assim que se desenvolveu, começou na base do Castelo, encostado ao rio, começou no sentido dos ponteiros do relógio a rodar para Norte, entretanto evoluiu para nascente e fecha no sopé do Casarelo que é o que vai acontecer daqui a 10 ou 12 anos, e a cidade fica a envolver o Castelo, no princípio não envolvia, era só um bocadinho cá em baixo. Isto aconteceu, olhe, em 900 anos que é o tempo que o Castelo tem.

Reabilitação da Casa Varela está em obra. Reabilitação da Casa Mota Pinto estava prevista, a mesma coisa. Reabilitação do Jardim de Infância Polo Escolar de Pombal, está feito.

Reabilitação da Escola Básica Conde Castelo Melhor. Repare, eu acho que a argumentação que tem sido utilizada, e tem sido às vezes utilizada por várias pessoas, de que é muito assinalável a diferença entre as diversas escolas, aquelas que são Centros Escolares e aquelas que não são, e principalmente quando essa discussão começou a ser feita, quando se acabou o Centro Escolar de Pombal, mostra uma coisa que, para mim é muito feio, é que, nos 12 anos anteriores, quando se começou a fazer reabilitação do Centro Escolar nunca ninguém achou que isso criava divisão entre as freguesias, foi preciso chegar à cidade de Pombal, para ver meia dúzia de iluminados que acharam que na cidade é que há diferença. Isso é tão feio, tão feio, então e os anos todos em que se anda a fazer isto pelo concelho inteiro não havia essas diferenças? Eu nunca ouvi ninguém dizer isto. E nas escolas públicas quando se fez a requalificação da Escola Secundária de Pombal, alguém veio dizer o que é que acontece à Gualdim? Ou o que é que acontece à desgraçada da Escola da Guia, que está num estado miserável, tudo o que há lá, não havia diferenças? Abissais, abissais, e essa foi a orientação política, alguém disse alguma coisa? Nada, é que nem planos havia para recuperar, é que aqui ainda havia planos e execução todos os anos, agora ali zero. Foi preciso o Município dizer “nós vamos, nós pomos a contrapartida comunitária, dê-nos o apoio para fazermos uma obra que é vossa” e ainda hoje não temos o processo resolvido, relativamente ao compromisso político, que era 50% do Estado e 50% do Município da contrapartida que não fosse financiada por fundos comunitários, ainda hoje. Qualquer dia a obra está acabada e o processo não está resolvido.

Repare, isto é, objetividade, e passado este tempo todo, depois da Câmara ter comprado o edifício, comprou o edifício deliberadamente para esta função, achou que era mais importante ter duas escolas mais pequenas do que uma grande escola de pré-escolar e de 1º ciclo, deliberadamente. Quando se fala com os pedagogos eles dizem “é melhor assim”, e nós sabemos que é melhor assim, e os miúdos sabem que é melhor assim e os pais, se puderem escolher, escolhem uma solução que seja destas, porque nós não podemos dizer à segunda-feira, é um mega agrupamento e depois de repente e agora tem uma mega escola primária, mas, afinal, o que é que está mal, qual é a coerência argumentativa que nós aqui temos? Zero, isso é que dá descredibilidade, pois dá, com certeza que dá, e por isso é que as opções foram tomadas, portanto, este processo, e repare, eu não fico triste e quero fazer aquilo tudo que me comprometi com



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

a população, mas se não conseguir fazer, apesar de me esforçar, não pense que me sinto muito mal por isso, porque há coisas que não dependem só da minha boa vontade, como era sabido, agora que estas prioridades aqui estão, estão aqui.

Recordo a Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho, fazia algum sentido que, existindo políticas de promoção de eficiência energética, nós abdicássemos deste edifício complementar, porque é dos mais gastadores de energia, e identificar os outros todos, dentro de um projeto destes? Com certeza que não, com certeza que não, nós gastamos 1 milhão de euros em energia para os edifícios municipais, 1 milhão e gastamos 1 milhão e 800 mil em iluminação pública.

Temos que fazer estas intervenções para ser mais eficientes, repare, nós acabámos de aprovar 800 mil euros de combustíveis para 3 anos mais o tal milhão só para a luz e, há pouco, 510.000,00 € só para mandar correio, veja bem, podíamos ter aqui carteiros nossos, a trabalhar só para nós, para distribuir as cartas da Câmara.

Animação do Centro Histórico fazia parte do PEDU, do Porta Aberta acabou, sabe porquê? Os projetos foram transferidos, os projetos foram fixados por opção própria, outros entenderam que não dava resultado, as lojas estão todas ocupadas. Não me lembro de, alguma vez, algum projeto ter conseguido, em tão pouco tempo e tão barato, fazer tanto, criou empregos, nas suas iniciativas, as pessoas mudaram de sítio, tomaram as suas decisões, e os projetos avançaram e aquilo que era o objetivo ficou resolvido.

Reabilitação das Piscinas Municipais, é um projeto político que tem uma série de tempo, tem também a eficiência energética que aqui está. E a Casa Agorreta e a Loja de Cidadão, que estão em obra. Estes são os projetos que aqui estão, e eu digo assim, mas o que aqui está é pouco? Pois é pouco. Em função dos orçamentos pode ser pouco, o território é curto, o território é coerente, porque ele tem que apresentar uma coerência, que é disso que nós estamos a falar, nós aqui não estamos a discutir o detalhe do projeto, aquilo que estamos a discutir é a coerência da operação. A frente ribeirinha no esforço que tem sido feito ao longo dos anos desde a Zona Desportiva até cá baixo, qual é a zona mais desqualificada? É a zona da margem esquerda, ao pé das oficinas da Câmara, alguém tem dúvidas sobre a Reabilitação Urbana? Não temos dúvidas. A zona do corredor do Açude ficou bonita, a seguir à Zona Desportiva, está consolidada, aqui à frente da Câmara a mesma coisa, à frente da Biblioteca está como deve ser, tem a parte toda das Cegonhas como deve ser, a parte pior é a última, era a que faltava. Devia estar fora disto? Não, devíamos ter um recorte diferente para a deixar de fora disto? Não, também não, coerência, fez-se do princípio até ao fim e está feito. Sabem quantas pontes temos para fazer esta ligação nesta zona urbana? Dez pontes.

Nós nunca sentimos que o corredor fosse um obstáculo, porque a Câmara fartou-se de fazer pontes, a ponte pedonal foi feita na Câmara, esta ponte aqui está feita, a ponte da Central de Camionagem foi feita, a Ponte das Cegonhas foi feita, a ponte lá em cima na Formiga foi feita, a ponte de acesso à Zona Desportiva foi feita, a ponte nova que substitui as Barrocas foi feita, dez pontes. Alguém sente falta dessa passagem das pontes? A 50 metros de qualquer sítio existe uma ponte para passar o Rio, não existem constrangimentos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Portanto, esta é a filosofia do projeto chegar a estas coisas. Não pensar que o que aqui está é só isto e mais nada, então e a requalificação da Estrada Nacional 1, está ou não está aqui? Então o projeto chega aqui ao início da cidade, não é por estar aqui que ele não vai ser feito. E a passagem para a Rua do Seixo, como disse, está aqui. Então e a ampliação da rede do Pombus está no PEDU mas não está aqui mencionada. Portanto não podemos olhar; repare, não sei se olharam para isto como sendo o documento estratégico que reúne todas essas orientações, não é isto que aqui está, faz referência a algumas delas, até pode haver aqui algumas que, entretanto, se desatualizem.

Não acho que se justifique, minimamente, até porque nós temos aqui investimentos que estão qualificados nas áreas que estão identificadas, valorização do espaço público, dinamização de serviços e potenciação de equipamentos, promoção do Centro Histórico a favor do património e a revitalização do tecido económico, temos aqui 10 milhões de euros, muitos deles quase metade de financiamento municipal e, - outra coisa que tem corrido muito bem, e que agora espero que continue -, que é a compreensão e adesão dos proprietários que percebem que vale a pena fazer a requalificação dos seus imóveis. Se não faz-se a pergunta ao contrário, então mas os proprietários não perceberam o esforço que se fez nas parcerias de regeneração urbana? Claro que perceberam, por isso é que, no Largo do Cardal, tirando o edifício, que já tem o projeto aprovado, que já o aprovámos, aqui à frente da Câmara onde está o banco, todos os outros foram requalificados.

Então as pessoas sentiram que era preciso, pois, de várias maneiras, e a Câmara fez um esforço para arranjar mecanismos financeiros para poder fazer. Não só fizemos, arranjámos, não só como os reforçámos, não só como já fizemos discussões públicas, não só como já definimos outras áreas noutras territórios nossos que não têm nada a ver com isto, mas que precisam das mesmas situações, não só como já existem novas áreas para ser determinadas para continuar a beneficiar deste apoio. Esta é a leitura, não é fazer a duas velocidades, é ter territórios que começaram agora a ter esta revitalização, ainda agora falámos de Albergaria, a ter estas oportunidades, isto é um modelo.

E porque é que só havia de ser em Pombal? E porque é que se fez isso em Abiul? Abiul não podia ter, para revitalizar os meios que lá estão e, portanto, nós não podemos olhar para isto assim desgarrado de uma realidade de um conjunto de outras operações que têm que se ligar com tudo isto, dentro dos princípios, e isto é uma opção política dentro dos princípios que aqui estão, eu não vejo nada daquilo que presidiu enquanto princípio à revitalização urbana da nossa cidade, começada em 2004, com as parcerias, comprometida, não identifico uma que esteja.

O território, é o território que nós podemos fazer, mas nós vamos fazer a requalificação de loteamentos com 30 anos, a coberto de um espaço de requalificação urbana que tem outros predicados e exigências? Não posso, não posso fazer, o proprietário de uma casa com 20 anos, não é beneficiado do instrumento de financiamento de regeneração urbana, porque está excluído, porque tem regras.

Eu posso fazer intervenções em espaço privado? Não posso, tenho que fazer em espaço público. Portanto, isto não pode ser olhado como “o Senhor pode fazer o que quiser, não tem restrições de meios, não tem restrições territoriais”, não é este exercício que,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

por mais que nós queiramos que ela pudesse ser assim, não é assim, tem regras, tem limites territoriais, tem espaço de execução, tem limites financeiros e, portanto, em função disto, eu acho que o processo é bastante coerente e introduz, de facto, uma leitura completamente disruptiva para o que se tem visto nos últimos anos, em que é precisamente dizer assim “se calhar era muito fácil as pessoas, aqui do Jardim do Cardal, passarem para a zona da Biblioteca”, que repare, deixe-me dizer agora isto, dizer isto enquanto cidadão, nem o loteador pensa nisto, porque a partir do momento que isto exista até o loteamento é mais próximo do centro, porque há pouca coisa tão longe do centro, como as Cegonhas, em tempo, não é em físico, e as pessoas hoje regem-se pelo tempo. Se calhar era mais fácil a pessoa sentir-se na cidade ou no Casarelo do que estando ali, e é mais perto, como é possível? Pois é.

Então e vamos tirar estacionamentos à zona da Biblioteca? Acho que não, não podemos, precisamos daquele estacionamento. Agora se calhar até pudemos fazer estacionamento subterrâneo, mas tem que se resolver o problema das cheias, sem resolver não pode fazer o edifício. Repare, nestas coisas há uma série de condicionantes que aqui estão, portanto, elas não ficam nem proibidas nem limitadas, nem esquecidas, estão lá todas, estas que têm prioridades. A maior parte do que aqui está são obras que tem financiamento, a maior parte destas candidaturas estão a ser terminadas, têm que ser submetidas até 31 dezembro de 2018, porque é o prazo de apresentação das candidaturas do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que foi aprovado e que tem um prazo para todas as candidaturas e instrumentos estarem prontos nessa altura, a coberto de uma operação, esta é a regra.

Ainda ontem andei nas Laranjeiras a ver o projeto para, depois, nós discutirmos aqui. Então mas as Laranjeiras deve ser um triângulo? Faz sentido? E as escadas que estão a Norte será que precisam de ter uma rua à frente? Devia de haver mais estacionamento nas Laranjeiras? Pois devia, e o espaço não devia ser mais convidativo às pessoas? Pois devia, mas se a praça ficasse encostada, como ficou aqui, deixou de haver circulação à volta do Cardal, como ao pé da Paiva, ficou tudo encostado, mas ficou mais convidativo, e lá em cima não será? Acho que sim, que será, teremos que falar com o projetista para depois discutir.

Então significa que a zona da escola fica numa zona de acesso mais residencial? E não tem que haver ali aqueles cruzamentos todos mais complexos? É verdade, mas tem que haver saídas da Cidade a Norte, porque essa rua é fundamental para não estarmos sempre a sobrecarregar a Santa Luzia e o Largo do Cardal.

Mas o ótimo era nós pensarmos se não conseguimos enfiar uma zona de saída, na Avenida Heróis do Ultramar, para sair para a Rotunda do Alto do Cabaço. Está lá um sítio para fazer isso, repare bem, subir a avenida e dizer assim, “eu saio aqui da Avenida, corto aqui à esquerda e saio”, e passamos a ter outra mobilidade, isto são múltiplos fatores que entram nas questões da mobilidade das pessoas, da segurança, nas questões dos modos suaves, nas questões de território, nas limitações físicas, financeiras e de filosofia que nós temos que ter. Então, mas repare, nós temos é que requalificar o bairro à volta da Escola Secundária e depois passamos por cima da zona toda da Várzea, por ali é mais importante, vive ali mais gente. A filosofia não é essa, se



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

calhar daqui a 10 anos é isso que temos que fazer; mesmo assim, repare, não está esquecido, o trânsito todo, como aquilo era um caos, porque um dos estacionamento que ficou previsto naquele loteamento, para as pessoas era insuficiente. Ficou só sentidos únicos, mais segurança, mais pacatez, mais lugares de estacionamento.

Ao pé das escolas aumentaram o estacionamento, a filosofia da cidade tem nestes detalhes muita modificação objetiva que tem sido feito nos últimos anos, precisamente igual à filosofia que se fez em anos anteriores, claro os espaços são mais amplos, conseguem fazer coisas diferentes, mas este tem sido o propósito. Repare, então não tinha sido boa ideia na Rua António Fortunato da Rocha Quaresma fazer estacionamento em espinha como se fizeram na Rua João de Deus? Para aumentar a capacidade de apoio à Escola Secundária? Ninguém se lembrou. Então o parque lá não podia ser quatro metros mais para dentro e fazer ali estacionamento em espinha que temos ali mais 40 ou 50 lugares de apoio à escola, dava um jeitão, mas ninguém se lembrou.

Mas quando se fizeram as obras lá em cima ao pé da Escola Secundária, na Escola Marquês de Pombal, acabámos o estacionamento lá à frente e então dissemos “vamos fazer isto ao contrário”, duas cartas e um telefonema e resolveu-se, a obra está lá feita, fizemos mais estacionamento e a escola hoje está muito mais cá dentro. Eu ainda hoje assinei um contrato para ligar o pavilhão desportivo, para ficar autonomamente funcional, como tivemos cá fora, já não há devassa da escola quando a escola estiver fechada. Veja-se o portão, o outro pavilhão fica autónomo, abre-se o portão e a escola funciona normalmente e o acesso para o exterior fica resolvido, 20.000,00 €, acho que foi adjudicado por 17.000, valia a pena, pois valia, um pormenor que põe mais o património disponível sem precisar de ter um vigilante, sem ter dificuldades nos horários, sem problemas nas férias escolares, sem problemas no fim de semana, tem que estar aqui? Não tem que estar aqui, é uma questão de funcionalidade e que faz sentido e, portanto, repare, isto é um sistemático pensamento e o peço, de facto, que se os Senhores entenderem que isso se justifica, um qualquer projeto ou uma leitura, já nem vou para os projetos, mas uma leitura dizendo assim “esta matéria é a matéria que intrinsecamente deve ser discutida”, eu tenho toda a abertura para a discutir.

Agora, invertemos aqui um bocadinho os papéis, eu bem sei que as propostas vêm da Câmara com o corpo técnico todo que tem para as poder procurar, mas isso não inibe ninguém de fazer propostas, de apresentar soluções, de suscitar discussões e dizer “e já pensou desta forma, já pensou daquela forma?” E aquilo que eu vejo, de facto, e isso a mim preocupa-me enquanto cidadão, enquanto político, porque se a oposição for muito fraquinha não me dá muito trabalho, mas sob o ponto de vista político preocupa-me, porque é daqueles que se querem dedicar a estas funções que eu espero e tenham mais criatividade para arranjar soluções.

Como é que os do 2º ciclo, como no pré-escolar, com as obras de regeneração urbana, com as mobilidades, essa é que é a grande diferença.

E essa não tenho dúvida nenhuma se for bem feita, empenhada e capaz, os cidadãos vão dizer assim: “Não senhor, ali está uma cabeça melhor do que ali”, e é aqui que me devo concentrar ou então melhor ainda e a cidade ganha muito, porque há muito mais gente a pensar nas coisas e a contribuir para que elas possam acontecer, e eu, nestas



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

coisas, tenho aprendido imenso, porque, às vezes, uma pessoa olha de uma maneira e diz assim “tem razão mas como é que ainda ninguém se lembrou que há muito mais gente a entrar na CP do lado da Biblioteca, que tem muito mais estacionamento e é muito mais rápido, do que deste lado”, e nós andámos aqui a vida toda a pensar só deste lado, porque vemos a cidade daqui para lá, erradamente, às vezes virar a cabeça ao contrário para perceber se, de facto, as coisas são assim.

Quanto mais propostas existir, melhor, é isso que eu espero, muito mais, e acho que é muito mais útil para todos do que simples declarações de que “a minha leitura não é esta e logo se vê”, mas os princípios todos que foram utilizados são exatamente os mesmos e agora dá muito mais jeito dizer “mas eu agora já não conto com eles, já não acho que eles sejam válidos”. Pronto, sim Senhor, estamos cá para isso.

Olhe, as barreiras físicas são as mesmas, as regras gerais dos financiamentos são exatamente as mesmas, portanto, o que aqui nós temos que ter é leituras, leituras diferentes e uma capacidade de tentarmos encontrar soluções que sejam mais equilibradas, e evitar, termos que ser nós a fazer as obras que os privados quando fizeram operações tinham obrigação de poder fazer porque, às vezes as coisas dão muito jeito, mas não é à parte pública, e eu também me recuso a ter que ser só a entidade licenciadora, a crítica, que fica com metade de lotes em operações de loteamento que um dia hão de ser completas, porque é o que dá jeito ao promotor, como temos lá em cima no Custódio, para quê? Para que é que eu quero metade de lotes? Para que é que a Câmara os quer receber? Foi uma operação que foi aprovada, é bom para quem? Ruas inacabadas é bom para quem? E o terreno não era meu, mas ouça eu tenho que ter uma entrada e uma saída, não quero aqui um beco, fica a Câmara para resolver o assunto, mas porquê? Porque é que isto é bom? Porque é que alguém achou que isto era uma boa solução? É a história da Rua de Santa Teresinha, altera-se o loteamento passaram seis anos e a obra podia ter sido feita até ao limite da propriedade, não foi feita, pronto, o Senhor fez o pedido porque o lote era muito grande para vender duas moradias geminadas, ficou com a possibilidade de vender, não vendeu e não fez as obras e a Câmara nada disse, eu fui lá e perguntei-lhe onde estava o processo e ele respondeu que estava decidido assim, pronto agora vai uma carta para o Senhor decidir se quer fazer as obras, entretanto já estão as infraestruturas municipais todas lá feitas e vão ter que ser todas desmanchadas.”

Narciso Mota (Vereador):

“Ficou atrasado por morte do Custódio, era um motor, empreendedor daquele loteamento.

Eu queria deixar aqui uma palavra sobre as obras de requalificação e de segurança do IC2 que está em curso, deve prever a passagem inferior da Rua do Seixo para a Rua de Leiria, e isto deve ser participado com a Estradas de Portugal, porque o que é da Estrada Nacional deve ser suportado pelo Estado, porque ela ainda não foi entregue à Câmara e ela existe entre Lisboa-Porto. Porque nós já tivemos muitos problemas nas candidaturas, ganhamos ali uma passagem para peões, e não conseguimos ganhar uma passagem elevada, que era para ligar o Quartel dos Bombeiros à Formiga passando por baixo da linha do Norte, deviam ser eles a fazê-la, por isso é que eu digo que há



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

compadrio político e a estratégia dos investimentos públicos está à deriva há muitos anos; por isso é que temos ainda a linha do Norte sem estar concluída em termos de qualificação; por isso é que vemos em Espinho um túnel, e essa linha atravessa muito menos a cidade de Espinho que esta nossa linha aqui, nós não a tivemos. Portanto, quem planeia o desenvolvimento do país, a nível governativo, seja o partido A, B ou C, devia ter em conta a igualdade de critérios em termos de investimento, todos os portugueses merecem a mesma coisa, mas há muita parcialidade e há muita clientela, e o Presidente sabe muito bem. Depois vem o crédito, no crédito até nos safamos alguma coisa, fizemos um centro escolar, foi o primeiro a ser feito, só para o iniciar e ter vontade de o fazer em Carnide e teve que ser feito com o orçamento da Câmara e eu acho que, a nível de educação, e uma vez que a responsabilidade é do Estado, acho que todos os portugueses deviam ter as mesmas condições de aprendizagem, é por isso que temos que ter muita cautela na delegação de competências para as Câmaras, porque não veem com as contrapartidas financeiras e depois deixamos de fazer aquilo que é essencial.

Também, e o Sr. Presidente sabe, para termos as nossas quatro ETAR aprovadas, através do crédito, e o abastecimento de água em alta, queriam-nos impor e pressionar para irmos para as Águas de Portugal, um Presidente de Câmara, ganha no máximo 3.000,00 € mas o Presidente das Águas de Portugal ganha cinco vezes mais que um Presidente de Câmara.

Quanto à regeneração urbana, começou aqui há muitos anos, Sra. Vereadora, por iniciativa da Câmara, os largos todos das igrejas e das capelas, que é onde as pessoas se concentram, sem haver um tostão de apoio, tudo com o orçamento da Câmara, não podemos esquecer isso. Depois começámos aqui, depois para o Louriçal, nem sei se a obra do Louriçal foi apoiada em termos de regeneração urbana, também gastámos lá mais de 1 milhão de euros naquela obra do José Neves, portanto, há que perspetivar as coisas para o futuro e fazer com que haja um desenvolvimento sustentável, harmonioso e integrado a contar com as pessoas e a não contarem votos nem a contar clientelas partidárias, mas também sabendo que temos de ter dinheiro para fazer as obras. Vamos ver se, de facto, a estrada do IC 2 vai ser requalificada sem nós despendermos o dinheiro."

Odete Alves (Vereadora):

"Sr. Presidente eu queria, em face do que foi a intervenção que fez a propósito daquilo que eu disse sobre o ORU, eu gostaria só de dizer, e introduzir aqui algum rigor naquilo que eu disse, eu não disse que o IC 2, a linha e o rio empobreciam a cidade. Não foi isso que eu disse, o que eu disse é que, de facto, essas barreiras físicas, de certa forma, condicionaram o desenho da cidade, foi isso que eu disse. Se ler a análise swot é um ponto fraco, está identificado pelos técnicos.

Agora estamos todos de acordo que o IC 2, o Rio Arunca e a linha, para a cidade de Pombal, para o concelho de Pombal são vias de comunicação, essencialmente, o IC 2 e a linha do comboio, vias de comunicação importantíssimas até porque, por exemplo, no Pinhal Litoral, penso que somos o único concelho que é servido pela linha do Norte. Pronto, por isso eu digo, e queria introduzir este rigor, porque não disse aquilo que o Sr. Presidente disse, não foi o que eu disse.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Por outro lado, eu também não disse que era contra as obras. O Sr. Presidente faz a leitura que entender agora o que eu não quero é que dê a entender que, para mim, o IC 2 e a linha do comboio, para mim não empobrecem de forma nenhuma, eu não sou contra estas obras que estão aqui previstas no plano, e é também essa a razão pela qual eu não votei contra, simplesmente, eu entendo que a área de delimitação devia ser alargada e que, se calhar, as prioridades deveriam ser outras. Eu não me limitei a dizer que não gostava disto ou que achava que isto podia ser melhor; eu apontei um caminho do crescimento da cidade, da criação de novos polos de desenvolvimento urbano.

Eu já percebi também que a estratégia do Sr. Presidente é falar muito tempo para desviar o assunto, é desqualificar aquilo que as pessoas disseram, é chamar burras às pessoas, dizer que as pessoas não têm ideias, isso também é um estilo. Sr. Presidente, para bom entendedor meia palavra basta. Se me deixar acabar, eu não o interrompi agradecia também que fizesse o mesmo. Eu acho é que o Sr. Presidente é mau entendedor; não está a entender aquilo que eu lhe estou a dizer e queria dizer-lhe outra coisa, ouvindo as suas palavras, quem o ouvisse este tempo todo e, enfim, fazer aqui uma crítica às opções que foram tomadas no passado dá a sensação, isso é que eu acho alguma piada, dá a sensação que o Sr. Presidente não fez parte de nada disto.

Eu no passado, também nunca o ouvi falar sobre as opções de fazer centros escolares nas freguesias, nunca o ouvi falar contra, aliás, se formos ver as atas de reuniões de Câmara, se calhar, votou sempre a favor.

E portanto, o que eu não percebo agora é que o Sr. Presidente tente pôr-se de parte e dizer que não fez parte de nada disso quando o Senhor fazia parte de tudo isso e foi uma das pessoas que teve mais intervenção, se calhar, nessas decisões, porque até era Vereador com funções. O Sr. Presidente apontou aqui uma série de más opções que terão sido tomadas no passado, técnicas, mas que passaram pelo crivo da Câmara, do executivo, que foram aprovadas em reuniões de Câmara.

Sr. Presidente a partir do momento em que essas opções passam na reunião de Câmara e são aprovadas em reunião de Câmara são decisões políticas, definição de fazer centros escolares nas freguesias. O Sr. Presidente quer me convencer que isso foi uma opção técnica. Não foi, foi uma opção política, foi uma opção política.

O Sr. Presidente há pouco disse e eu vou-lhe repetir aquilo que disse há pouco e que eu entendi das suas palavras, que na altura, ninguém falou contra o facto de se fazerem centros escolares em determinadas zonas das freguesias e noutras nem sequer se falava, disse o Sr. Presidente, portanto, faziam centros escolares, mas não se requalificam escolas e que, nessa altura, ninguém falava disso e que agora em Pombal se fala.”

Presidente da Câmara:

“Os Senhores não podem achar que se faz uma escola em Pombal sem financiamento comunitário, quando se começou, e a maior parte das escolas que nós fizemos, não tinham financiamento comunitário, e nessa altura, ninguém disse que haviam alunos que ficavam em situação subalternizada. Quer exemplos de freguesias que não têm os alunos todos no centro escolar; olhe o Carriço, não tem os alunos todos no centro escolar, a Guia ainda não tem os alunos em centro escolar, Pombal a mesma coisa.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Odete Alves (Vereadora):

“Eu nunca ouvi o Sr. Presidente a falar disso no passado.”

Presidente da Câmara:

“Precisamente por isso, o que eu não acho bem é que diga que em Pombal há uns de primeira e de segunda, não pode ver isto só no território da sua freguesia, tem que ver no território inteiro, porque essa regra também se aplica a Vila Cã, também se aplica à Guia, também se aplica à Pelariga onde não há centros escolares.”

Odete Alves (Vereadora):

“Mas eu sou favorável a isso, se há centros escolares numa freguesia, deve haver noutra também, por exemplo em Vila Cã, concordo que haja um centro escolar em Vila Cã”.

Presidente da Câmara:

“Agora não pode é dizer que há disfunção em Pombal e noutros territórios não há, isso é que acho mal e os Senhores só acharam que valia a pena fazer isto quando se acabou o Centro Escolar de Pombal, porque a ideia era diminuir a obra do Centro Escolar de Pombal, essa é que foi a ideia, era questão política, porque nos outros sítios onde não há centros escolares, nunca ninguém vem dizer, “olhe a educação a duas velocidades”.
”

Odete Alves (Vereadora):

“Mas Sr. Presidente, não acha que há uma diferença entre as condições que são oferecidas no centro escolar e as condições que são oferecidas na escola Conde Castelo Melhor? Eu sei que há.”

Presidente da Câmara:

“Por isso é que nós fizemos mais dois centros escolares nos últimos quatro anos, do que a média dos outros anos.”

Odete Alves (Vereadora):

“Por isso é que eu vejo que nestas opções, isto não é uma prioridade.

E outra coisa, não falou no Parque Verde, disse que este está em PEDU, aquele tem uma proposta, mas não falou no Parque Verde, então o que é que se passa com o Parque Verde? Isso não é uma prioridade?”

Presidente da Câmara:

“O Parque Verde tem uma proposta nova para ser negociado antes de irmos para a dita expropriação, sabe porquê? Porque daqui a pouco vai ter aqui outra expropriação, porque eu não estou a vida toda a negociar. Esta vai ser a 4ª expropriação que aqui entrego enquanto Presidente de Câmara, nunca se fizeram tantos pedidos de expropriação como nos últimos tempos porquê? Porque há um tempo para propor; há um tempo para redefinir; há um tempo para discutir; há um tempo para fechar propostas e há um tempo para acionar, e é isso que eu tenho feito. Pronto é assim, e, portanto, aqui é uma proposta para se chegar a essa decisão, portanto, como tem que haver um projeto e a Senhora vê um projeto que tinha que existir, sabe porquê? Porque só se expropria com o projeto aprovado.

Na questão das escolas, que fiz referência, só tinha a ver com isto, nós não podemos achar que, quando toca a nós que há uma discrepância entre a qualidade dos alunos, o projeto que se está a fazer; e o esforço municipal que se tem para que os alunos do



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

concelho de Pombal tenham, na medida do possível, o tratamento de igualdade, tem sido um esforço brutal, porque não tem havido sequer a justificação de que fica à espera de fundos comunitários, tem-se avançado para projetos. O Lourical não teve um tostão comunitário, Vermoil não teve, só uma parte é que teve financiamento comunitário, a Mata Mourisca não teve financiamento comunitário, Pombal teve financiamento comunitário. A compra da Conde Castelo Melhor foi para quê? Então já se podia ter comprado há tantos anos, porque é que não se tinha comprado? Então, fomos nós que comprámos. Como vê, isto é objetivo, “devíamos, se calhar, fazer isto mais depressa”, tem razão, também gostava, tomara eu fazer as coisas que não se fizeram em não sei quantos anos, mas as coisas não são assim tão fáceis como às vezes parece.”

Michael António (Vereador):

“Eu tenho estado a ouvir com bastante atenção, até porque o Sr. Presidente, só à conta disto, acho que falou para aí uma hora, mas, como eu disse há pouco, estes são os assuntos que merecem ser discutidos e a sério, e levem o tempo que levarem, isto vai transformar a cidade. Ouça, eu por mim, punha o período antes da ordem do dia, prolongue-o, eu estou aqui para discutir as coisas.”

Presidente da Câmara:

“Estão agendados, são assuntos importantes, vamos lá.”

Michael António (Vereador):

“Sr. Presidente, eu já disse há pouco, e eu não gosto de estar sempre a falar desta forma, mas vou ter que o voltar a dizer, como o Senhor sabe, como eu lhe disse há pouco até me fui especializar em termos de formação para poder acompanhar aquilo que me foi atribuído de pelouros, no anterior projeto de regeneração urbana, as parcerias para regeneração urbana, e fi-lo, fiz as tais especializações, e pós-graduação e tive a responsabilidade de mandar fazer os projetos, foram todos por concurso público, como sabe, e tive a responsabilidade de acompanhar as obras, que são as que toda a gente conhece hoje em dia, do Centro de Negócios, da Ponte de Dona Maria, das passagens inferiores, que não foram construídas, e eu já lá vou. O projeto do Cardal, aqui em frente, e que se desenvolve pelas ruas todas aqui do miolo histórico e o edifício do Largo de São Sebastião, o do projeto do Castelo e do Largo das Tílias já estava, já tinha sido mandado elaborar, mas eu, pelo menos tive esta responsabilidade de mandar elaborar os projetos, de acompanhar a elaboração, de os receber, fazer as candidaturas depois dos projetos de execução, de acompanhar as obras, como eu disse, são aquelas que toda a gente conhece, tem os pontos fortes e tem os pontos fracos que tem, mas, o que eu lhe quero dizer, Sr. Presidente, isto para dizer com a propriedade que falo e com alguma experiência nesta área, há pouco perguntava, se alguma coisa contra isto ou contra aquilo, mas Sr. Presidente, não há contra, porque eu também já lhe disse que o nosso sentido de voto vai ser a abstenção assim como o Partido Socialista também já o disse. Era o que faltava, estarmos contra um projeto destes que considera aqui mais de 15 milhões para recuperar e renovar e regenerar a cidade.

Agora, e isso não tenha dúvidas, estamos todos de acordo, também era só o que faltava. Quando o Senhor diz “mas vocês não me dizem o que é que fariam diferente”, já na



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

última reunião de Câmara discutimos isto aqui tudo e disse, disse-o ao longo do pouco tempo que o mandato dura, nalgumas ocasiões e disse-o quando se andava ainda em campanha eleitoral, também lhe digo já o que concordo consigo, quando falámos aqui na reunião de Câmara em 9 de maio, quando falámos aqui da ARU pela primeira vez, eu disse logo que era absolutamente a favor e que subscrevo na íntegra aquilo que eu considero que seja o segundo maior e melhor projeto desta ARU, que é o do interface rodoviário e ferroviário, que inclui o Largo da Biblioteca, que inclui a retirada das oficinas da Cercipom, - que eu lembro-me que ainda andava nesta casa na maioria e já eu aflorava o assunto -, porque as oficinas da Cercipom até podem estar junto das instalações da Cercipom, lá em cima no lar ou noutra sítio, não precisam de estar ali e aquilo é um cartão de visita péssimo. Não tem mobilidade, quem passa de comboio, e eu utilizo muito o comboio, e não utilizo mais infelizmente, porque não há mais horários, mas quem utiliza o comboio, para atravessar esta cidade, percebe exatamente aquilo que nós estamos aqui a falar; não tem que ser um ponto de divórcio, até pode ser o contrário mas, para lhe dizer que concordo plenamente consigo nesse aspeto. Assim como concordo que a Avenida Heróis do Ultramar e o Bairro Agorreta, e outros locais, têm que ser intervencionados, aliás, basta pensar assim: o perímetro que foi aprovado para as parcerias da regeneração urbana tem que continuar a alargar e aquilo que se fez no miolo ou na zona histórica da cidade tem que se começar a projetar para as franjas daquilo que é o perímetro atual que já foi aprovado.

Sr. Presidente, agora ouça uma coisa, se num projeto que nós mandamos fazer em termos pessoais, passado uns meses já pensamos de maneira diferente, e se um projeto nunca consegue agradar a duas pessoas de forma igual, agora imagine um projeto para esta área de abrangência e com a quantidade de projetos que aqui vêm ponderados e que aqui vêm propostos. É evidente que o Senhor não consegue gerar uma unanimidade ou um totalitarismo sequer, quer dizer, eu lembro que estas obras aqui até foram pacíficas, mas o Senhor lembra-se perfeitamente, tivemos também vozes contra, e enquanto as pessoas não viram a solução final, houve ali reservas e muito sérias na execução do projeto. Olhe, eu lembro-me perfeitamente que quando mandámos cortar os plátanos, que estavam todos podres, e aquilo era uma vergonha, mas os pseudo defensores, na altura, das árvores fizeram o que fizeram. Felizmente, estávamos documentados e sabíamos aquilo que estávamos a fazer e para onde é que íamos.

Agora o que lhe quero dizer é, eu ouvi-o com atenção e o Senhor falou dos projetos que são amplamente divulgados e que, eventualmente, nunca se terá feita tanta divulgação. Mas eu acho que devemos evitar esse tipo de comparações, porque senão, depois, acontece ali como a Feira Nacional da Floresta. O que eu quero dizer é, sem fazer comparações, considero, - porque eu tinha o pelouro da regeneração urbana, mas era todo o executivo que participava -, o Senhor sabe bem, com as reuniões que se faziam aqui com que o público, com os cidadãos, era o Executivo na íntegra, desde o Presidente da Câmara, a toda a Vereação e o que eu quero dizer é que, isso ainda não aconteceu neste plano e eu desejo que isso aconteça. Com certeza o Senhor vai fazê-lo.

Quero dizer, Sr. Presidente, há muita coisa que concordamos e há outras que eu não concordo consigo. Olhe, vou-lhe dar o exemplo do Largo do Carmo, tocar no assunto que a Vereadora também falou, o Convento do Carmo, mas isto é a minha opinião, e



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

vale o que vale, não se continuavam a fazer os velórios no Convento do Carmo, acho que são duas funções, o resto das funções que ali se desenvolvem e depois os velórios. Toda a gente sabe das dificuldades e das vicissitudes que aquilo traz porque depois o cortejo quer atravessar a praça, etc., e ali não há condições, creio eu, mínimas, para aquilo funcionar ali. E poderia perfeitamente passar por um acordo com a paróquia, e até de estudar um espaço alternativo, olhe lá em cima junto ao cemitério, eu já dei este exemplo, mas haverá muitos outros, quando se chega lá acima ao Castelo do lado direito tem ali um amplo espaço que, por exemplo, dava para fazer uma casa mortuária. Assim como, Sr. Presidente, não está aqui na ARU, requalificar e alterar a Praça Marquês de Pombal, eu sou o primeiro a dizer e sem estar aqui a encontrar culpados ou porque é que foi feito menos bem, de quem foi o projeto, quem executou, mas a Praça Marquês de Pombal como está não funciona e agora trabalha lá as Finanças e os edifícios todos da Câmara, o arquivo municipal, os museus e agora há de funcionar a Loja do Cidadão e eu acho que é como pão para a boca aquela praça depois vai ter que levar também uma intervenção, aqueles pavimentos não servem, tem que ser pedra muito mais alta, e se calhar tem que pensar para ali, uma zona tão quente há muitos jogos de água e eu já vi em cidades sistemas maravilhosos com a expressão da água.

Está aqui pensado, está aqui programado, a intervenção do Largo do Convento do Cardal, e bem. Eu acho que a Praça Marquês de Pombal precisa mesmo, assim como, se eu tivesse no seu lugar, eu já tinha feito a execução fiscal daquele prédio que a Câmara tomou posse e demoliu, eu já tinha tentado comprar o património à volta para fazer ali aquilo que eu já sei, o que é que eu tinha pensado para ali, agora dir-me-á, mas eu não o digo, e não ia dizer antes de o Sr. Presidente apresentar a sua proposta que é para depois não haver aquelas bocas do copiou por mim, copia por outros, etc., eu tenho bem formado na minha cabeça, como disse há pouco, o Senhor sabe que eu tenho um carinho especial pelo Parque Verde da cidade de Pombal, porque é um assunto que se fale há 20 ou 30 anos nesta cidade, não há um Parque Verde nesta cidade, infelizmente, e também me culpo dos anos que tive cá e que também não desenvolvi esse projeto. Mas ouça, foi pensado, foi feito o projeto que está pago, está aprovado, está agora a dizer que vai ser feita nova proposta de aquisição, mas o processo de expropriação já dura há não sei quantos anos, e eu nunca lhe perguntei as vicissitudes, mas sei que o Senhor também não tem vontade de fazer aquele Parque Verde, eu sei e vejo bem.”

Presidente da Câmara:

“Quero só recordar o seguinte, depois de ter declarado o processo de expropriação, foi feito o depósito dos 500.000,00 € na Caixa Geral de Depósitos? Pois não foi, então não vamos dizer que não houve vontade, é consequência jurídica da decisão, ponha o dinheirinho na Caixa Geral de Depósitos e agora vamos tratar da parte administrativa, aliás, nem o processo de expropriação chegou formalmente a avançar, como bem sabe.”

Michael António (Vereador):

“Sr. Presidente, se há coisa que o Senhor sabe é que me documento, e sei o que digo,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

portanto, eu sei o que é que se passou com o processo de expropriação. E o Sr. Presidente está cá há 5 anos, e desculpe que lhe diga, eu vejo a energia e a vontade que imprime em certos projetos como vejo, por exclusão de partes, onde o Senhor não a mete, pronto, por isso é que temos prioridades diferentes e, por isso é que eu Michael António, se fosse comigo, aquele projeto eventualmente já seria uma realidade, o do Parque Verde. Vale o que vale, assim como aqueles terrenos que já são propriedade da Câmara em Flandes que já podia estar a ciclovia feita e virar e pegar depois ali na Quinta do Emporão. Se fosse eu, eventualmente também já estava edificado, olhe Sr. Vereador da Juventude, está lá programado um Skate Parque com 1200 metros quadrados, o terreno é da Câmara e foi feito estudo prévio até pela academia dos patins, na altura, há opções que nós temos diferentes, diferentes prioridades, eu não sou contra este seu plano, eu faria de forma diferente por isso me abstenho porque, se houvesse aqui alguma coisa gritante e que me ofendesse, eu evidentemente votaria contra. Mas também quero dizer, como sabe também, infelizmente, o único projeto nas parcerias de regeneração urbana que nós ponderámos e mandou elaborar para fazer a ligação da cidade Este-Oeste que foram as duas passagens inferiores. E, como o Senhor sabe, as imposições que nos eram colocadas pela Refer eram impossíveis, quer dizer, custava 10 vezes mais a segurança da obra do que a empreitada propriamente dita. Ouça, eu acho que esses projetos que dão rasgo, e vou-lhe dizer uma coisa, eventualmente, um dia mais tarde, aqueles projetos deviam ser executados, porque lá está, o tal divórcio da cidade porque, como o Senhor disse, e eu concordo nesse aspeto consigo, Pombal nasceu à volta do rio e passa cá a linha de caminho de ferro que somos uns privilegiados, nesse aspeto. É a minha opinião, agora temos que encontrar formas de acabar com o divórcio da cidade e de arranjar interfaces de ligação para que as pessoas tenham mobilidade de um lado para o outro da cidade.

Sr. Presidente eu podia continuar, mas vou já terminar como eu já lhe disse também, a questão dos taxistas e outros problemas que há na cidade, que não se conseguem resolver de uma vez, e eu sei disso. Eu teria prioridades diferentes, mas o Senhor tem as suas e, por isso, o nosso sentido de voto. Agora o que eu peço, e tenho a certeza que o fará, porque tivemos a experiência das parcerias para regeneração urbana é: divulguem isto ao máximo e, quando a Câmara se preparar para mandar elaborar os projetos de execução, por exemplo, para o Largo da Estação, para o Largo da Biblioteca, para o Largo do Carmo etc., para que sirva pelo menos para os cidadãos possam dizer assim “eu fui convidado, eu fui alertado, eu li na comunicação social e nas redes sociais, etc., mas optei na altura por nada dizer ou nada criticar” e depois, se a pessoa não concordar com a solução final, olhe, quanto muito pode dizer que não concorda, mas depois não pode é culpar o Executivo municipal nem a autarquia de não ter feito a divulgação que se deseja e, no fundo, é isto que eu queria dizer.

Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:

“Srs. Vereadores, muito obrigado, nós aqui estamos a discutir, o mais importante, não é a coleção dos projetos que integram esta operações de regeneração urbana, o que nós aqui estamos a discutir é o objeto. Ora nunca foi possível, em sede de parcerias de regeneração urbana, fazer um jardim novo no parque da cidade, porque a área era



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

excluída e o valor financeiro não era ilegível e, portanto, não podemos entender que isso significa menos aposta neste projeto.

Se nós olharmos para aquilo que é a página 4 da proposta, diz “síntese/objeto - operação de reabilitação urbana correspondente à área de reabilitação urbana, ARU, da zona central da cidade de Pombal”, ora a zona central da cidade de Pombal foi aquela que começou por ser intervencionada nas parcerias de regeneração urbana e que evoluiu para a área do plano estratégico de desenvolvimento urbano acompanhando para Norte, dentro deste polígono, e é este território que nós estamos aqui a falar. Não estamos a falar de outro território, é este, não pode ser outro.

E, portanto, a questão é esta, não podia ser outra, ele tinha que ter contiguidade territorial como o anterior? Então qual é que seria?”

Michael António (Vereador):

“Mas por exemplo, nas parcerias o que é que o Senhor tentou?”

O Senhor é que fez a primeira e sabe, se tentou foi desde o Açude até à ETAR, esse foi reduzido e ia sendo chumbado. Eu nunca conheci outra proposta. Quando aprova a área condiciona depois a zona.”

Presidente da Câmara:

“Está a falar da proposta do PEDU ou está a falar desta proposta? Quando isto foi apresentado já havia PEDU aprovado, se bem se recordam. Primeiro ponto, o que estamos aqui a discutir,- e para mim o mais importante são estas coisas - incluir reabilitação e conservação do edificado, é um dos pressupostos que aqui está. Eu acho que é um bom princípio filosófico e que é coerente com o que fizemos no passado. Segundo ponto, valorização do espaço público e mobilidade, dá continuidade a projetos anteriores e julgo que é prioritário. Terceiro ponto, dinamização de serviços e potenciação de equipamentos dentro da filosofia, perfeitamente coerente. Quarto ponto, promoção do centro histórico e salvaguarda de património, nem há discussão para isto. Quinto ponto, revitalização do tecido económico, estas são as áreas filosóficas, vai dizer assim “não estão aqui os táxis”, estão aqui os táxis se considerarmos que a localização dos táxis e umas boas condições de funcionamento é um incentivo à regeneração do tecido económico, é verdade, de facto, mas não tem que estar aqui escrito os táxis, até porque não estamos nessa fase.”

Michael António (Vereador):

“Mas a Avenida Heróis do Ultramar está aí prevista e a Rua da Estação também.”

Presidente da Câmara:

“Exatamente, o que é que agora se segue: primeiro, há projetos que vão ser apresentados e nós vamos, talvez, fazer, ou antes ou depois da próxima reunião, vamos depois no final ver a apresentação da proposta do MasterPlan, que no fundo é diferente, porque eu entendi que era oportuno, nós olharmos para um conjunto de constrangimentos numa apreciação um bocadinho mais profunda para nós termos as decisões políticas mais maduras.

Eu admito que um dia haja ali uma praça muito bonita.”

Michael António (Vereador):

“Deixe-me dar aqui uma informação, até porque isto está a ser transmitido, o



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

MasterPlan é para uma determinada área específica dentro da ARU, é a Várzea e o Interface, só para se perceber, quem está a assistir.”

Presidente da Câmara:

“Porque essa era a área, de facto, mais conflituante porque juntava uma série de fatores, ou seja, nós aqui não temos muita discussão sobre a requalificação da Rua de Leiria, pronto, nem temos aqui sobre a Rua Mancha Pé.

Repare uma coisa, e os Senhores dir-me-ão, mas nós fizemos aquele esforço todo, andámos a fazer na parte das parcerias de regeneração urbana e a Travessa dos Loureiros ficou de fora, não está aqui, não pode ficar, e a Rua de Santo António não está aqui, não pode ficar, e a Rua dos Loureiros também não está, são zonas que têm que estar, a mesma filosofia, pavimento igual ao que está, enterrar cablagens. Portanto não há grande filosofia, é fazer a mesma coisa, não tem que estar aqui, é continuidade territorial, está fora da área, não tem dinheiro mas tem que se fazer, dar esta mesma linguagem.

Agora a questão é dos pressupostos teóricos, ou seja, o Senhor está aqui a enfatizar demasiado a questão de concessões, de coisas e tal. Repare uma coisa, nós infelizmente, temos tido na capacidade efetiva de sermos consequentes com boas ideias de rentabilização patrimonial, temos sido fraquíssimos.

Nós não conseguimos fazê-lo bem na Quinta de Sant'Ana, nós não conseguimos fazer bem nas casas dos guardas do Norte, temos que fazê-lo no Osso da Baleia. Repare, eu tenho a complexidade, e nós vamos ter aqui que discutir, de um bom caderno de encargos para a concessão da Quinta de Sant'Ana é uma coisa, não vamos entrar em detalhes jurídicos, vamos entrar primeiro na discussão sob o ponto de vista da filosofia de funcionamento, primeiro operacional, para não sermos infiéis aos pressupostos que levaram à aquisição da Quinta que hoje são válidos.

Alguém discute o potencial da Quinta, sob o ponto de vista turístico, sob o ponto de vista de lazer, sob o ponto de vista da fruição daquele espaço? Ninguém tem dúvidas, como é que nós agora operacionalizamos para chegar ao fim, o fim continua a ser bom, o meio que se utilizou foi curto, temos que melhorar porque achamos que aquilo merece mais, é isto, ou seja, não estamos aqui a discutir, tivemos azar, foi o Manuel e devia ter sido o Júlio, não é isso, os pressupostos são estes, montámos bem a operação, aquilo que nós queríamos atingir foi atingido, conseguimos concretizá-lo, concessão imaginem, concessão do apoio de praia completo no Osso da Baleia, este projeto é uma concessão igual à esplanada da Biblioteca? Nem pouco mais ou menos, e nós diremos “muito bem”. Primeira discussão, a Câmara Municipal vai fazer um projeto e vai impor a um potencial explorador? Eu dir-vos-ei, bem pode haver investidores que querem adequar o seu estabelecimento à imagem que venha a fazer, então se calhar, o que temos que fazer é dizer assim “nós estamos dispostos a fazer o investimento até X, porque achamos que é razoável”, isto é, que é suscetível de ser paga uma renda e se a pessoa quiser fazer mais algum investimento está por sua conta, é um modelo mais diferente do que aquilo que temos feito e isto tem que ser pensado, para correspondermos às necessidades do mercado.”

Michael António (Vereador):

“Concordo plenamente, eventualmente até dizendo ao concessionário, “olhe quer



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

investir muito?” E fica a opção no caderno de encargos, de ter mais dez anos.”

Presidente da Câmara:

“Agora que somos detentores dos direitos, se formos, porque enquanto não formos, não podemos dar isso. Portanto, há particularidades que são decisivas para o sucesso do processo. Porquê? Porque é preciso gastar 300 a 400 mil euros, as pessoas não vão fazer isto tudo de qualquer maneira, porque nós queremos que estes projetos sejam populares, mas sejam bem-sucedidos financeiramente, senão as pessoas não vão lá. E isto é difícil, e esta experiência que nós temos tido não tem sido muito bem-sucedida e nós temos imensos casos, desde a preparação do caderno de encargos para a concessão do restaurante da Casa Varela, é uma coisa complexa, não é a mesma coisa. Portanto, isto são os pressupostos, como é que fazemos, tem que haver essa discussão na parte jurídica, mas a primeira coisa, questão política pura, faz ou não faz? É para aquele fim ou para outro? Faz assim? Faz-se dez ou faz-se quinze? É isto que estamos aqui a discutir é isto, e por isso é que eu falo, tenho estas cinco situações. Vão-me dizer assim, “olhe este projeto é mais assim é mais assado” e depois repare, a primeira vez que me falaram aqui do Interface, eu disse “o quê? Uma passagem por cima da linha?” Nós quando olhamos para a passagem da linha pensamos assim “o quê uma passagem superior?” e nós dizemos assim “mas uma passagem superior é uma coisa desqualificadíssima”, mas quando nós vemos bons projetos de passagens superiores, dizemos assim “bolas isto é um edifício fora de série, é quase um marco urbano, porque é uma marca arquitetónica bestial”, estamos a falar de uma coisa com 4 metros, é metade desta sala, passa a bicicleta, a pé e passa tudo, pode ter elevadores ou não, pode ter rampas bonitas para acabar aqui e ali, de facto, mas eu não posso ter isto a nascer como tinha aqui nas costas do Marquês, não, temos que fazer mais à frente, tem que haver escadas e depois tem que haver elevadores e uma rampa assim e assado Estas ideias, de facto, são um bocadinho, assim, diferentes de todo o resto, mas eu não posso tirar estacionamento ao pé da Biblioteca. Um dia havemos de lá chegar para termos uma praça que una, por exemplo, a central de camionagem, tira a zona toda onde está a Cercipom, liga-se a Biblioteca àquele espaço, mas temos que ter estacionamento, que a cidade precisa daquele estacionamento, nós só temos quatro sítios para ter estacionamento para chegar à cidade, é o Arnado, uma parte das Cegonhas que é nossa, é esta zona aqui, é o espaço do Casarelo que temos esta possibilidade e aumentar a capacidade junto do Hospital.

Portanto, no PEDU, existem os estacionamentos rodoviários periféricos, como são periféricos estão fora do território, porquê? Porque são periféricos.”

Michael António (Vereador):

“Eu estou curioso para ver o MasterPlan, vou-lhe dar um exemplo, mas se calhar eu sou mais radical, se fosse eu o decisor, evidentemente auscultando os técnicos e a população, tirava daqui estas casas de banho e tirava dali aquele campo de basquete, que já foi não sei o quê, e acabava com este divórcio com o lado de lá, dava para fazer um projeto lindíssimo ali.”

Presidente da Câmara:

“Não tenho gosto nenhum em ser um demolidor compulsivo, e deixe-me dizer-lhe uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

coisa, e percebo as palavras que muitas vezes ouvi do Eng.º Narciso Mota, quando olha para algumas destas coisas, sei que algumas têm alguma atividade, e percebo a franqueza das suas declarações, percebo e sinto-as, há umas que eu digo que, de facto, aquilo correu tudo mal, a dita Praça de Touros no Louriçal, correu francamente mal, há outras que dizemos assim “nós podemos conviver com isto, dá jeito ou não dá, eu faria de outra maneira”. Se calhar o parque infantil que está virado para o jardim é muito mais simpático do que ter as casas de banho, portanto, são situações mas, meus amigos, seja como for, estas matérias são muito importantes, reclamam estudo, envolvimento. Reparem, como eu costumo dizer aos técnicos, isto são operações ao coração, delicadíssimas, todas elas e, portanto, vocês ouviram aquilo que eu disse em Albergaria dos Doze, é preciso coragem, é preciso muita segurança, é preciso muito contacto com as pessoas para que, no final, as coisas tenham o desfecho que nós achamos e que reconhecemos, ficámos melhor. A pior coisa que nós podemos ter é a sensação que, quando fazemos uma obra de regeneração urbana toda bem-intencionada, não correspondemos, e aí reparem, as diferenças culturais, intelectuais, de leitura, de utilização de espaço público, de perceção não são todas iguais e por isso é que a política é uma coisa tão aliciante pela diferença. É tão difícil e tão aliciante.

Por isso é que eu digo, centremo-nos nos princípios e nas temáticas, nas prioridades, nos princípios, e depois vamos mergulhando. Fazer o contrário, às vezes dava vontade, por isso é que achei que as coisas deviam ser vistas, por isso é que digo, os princípios são estes, se os princípios estão bem, vamos ver, porque repare, depois dizem “eu acho que a passagem se fosse amarela era mais bonita do que fosse vermelha”, isso depois é um detalhe.

Muito bem, então muito obrigado por este tempo todo desta discussão, é muito importante, mas vamos ter que fazer esta discussão todos com a equipa projetista.”

A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Vereadores eleitos pela lista Narciso Mota-Pombal Humano e pelo Partido Socialista, submeter o projeto de Operação de Reabilitação Urbana sistemática para a Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Cidade de Pombal à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual.

2.10.2. - Horários dos transportes urbanos - Pombus - durante o decurso da XXV Feira Nacional de Artesanato e Tasquinhas de Pombal 2018

Foi presente à reunião a informação n.º 38/STUCE/18, da Secção de Transportes Urbanos e Conservação de Equipamentos, datada de 23/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Proposta de horários dos transportes urbanos - Pombus - a realizar durante o decurso da XXV Feira Nacional de Artesanato e Tasquinhas de Pombal 2018

Durante a XXV Feira Nacional de Artesanato e Tasquinhas de Pombal 2018, que decorre de 28 a 30 de setembro, à

semelhança de anos anteriores, o serviço de transportes urbanos de passageiros vai realizar um serviço suplementar aos horários já existentes.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Assim, no decorrer da Feira, os serviços suplementares do POMBUS serão prestados nos seguintes horários:

- *Sexta-feira, dia 28 de setembro – Das 20h30 à 01h00;*
- *Sábado, dia 29 de setembro – Das 13h00 às 16h00 e das 18h00 à 01h30;*
- *Domingo, dia 30 de setembro – Das 13h00 às 16h00 e das 18h00 às 23h30.*

No âmbito destes serviços, propõe-se ainda que os passes que estejam válidos, sejam usados nestes horários.

Apenas quem não tiver título válido é que paga bilhete, de acordo com o artigo 9.º, do Regulamento de Transportes Coletivos

Urbanos de Passageiros da Cidade de Pombal.

Nestes termos, deverá o assunto ser presente à reunião de Câmara, de acordo com o artigo 10.º do citado Regulamento.

Anexam-se os horários para aprovação.

À consideração superior."

Junto à informação encontram-se os horários, que se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto na informação supra transcrita.

2.10.3. - Reconhecimento do Interesse Público Municipal, ao abrigo do regime excecional de regularização de estabelecimentos e explorações de atividades industriais e pecuárias, operações de gestão de resíduos e de revelação e aproveitamento de massas minerais – Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro: Fernando Lopes & Filhos, Lda

Foi presente à reunião a informação n.º 251/DUP/18, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 27/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Reconhecimento do Interesse Público Municipal, ao abrigo do regime excecional de regularização de estabelecimentos e explorações de atividades industriais e pecuárias, operações de gestão de resíduos e de revelação e aproveitamento de massas minerais – Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro: Fernando Lopes & Filhos, Lda

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração e/ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. Neste enquadramento, vem a empresa Fernando Lopes & Filhos, Lda., NIPC 502 453 567, com sede em Vale do Milho, freguesia de Abiúl, enquanto proprietária, solicitar a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, com vista à regularização da edificação destinada a exploração pecuária, localizada em Vale do Milho, freguesia de Abiúl, composta por um edifício com 3 pisos (rés de chão, piso -1 e piso -2), implantado numa parcela de terreno com a área total de 13 452,50m², com área de implantação de 1716m² e área bruta de construção de 2419,2m², onde 1152m² corresponde a área de construção a regularizar; designadamente 396m² referente à ampliação da cave (piso -1) e 756m² referente à construção do piso -2 do edifício.

O pedido de Reconhecimento de Interesse Público versa sobre uma exploração pecuária existente, com Alvará de Autorização de Utilização n.º 203/93, de 06/11/1993, para a utilização de exploração avícola, ao qual corresponde o Alvará de Licença de Construção n.º 563/91, emitido a 12/6/1991, de um edifício com 1272m², distribuídos por cave e rés-do-chão.

De acordo com a requerente, foram efetuadas obras de alteração e ampliação em desacordo com o projeto aprovado, designadamente:

o “aproveitamento do piso cave (-1) para produção de ovos, com gaiolas instaladas, piso esse indicado em sede de licenciamento como armazém de ovos e ampliação desse piso em cerca de 392m²”,

construção de um “pavilhão de estrume com área de cerca de 396m²”,

“alteração da zona de entrada da instalação do alçado anterior para o alçado lateral direito, com alteração da área de cobertura”,

“construção das instalações sanitárias e arrumos no piso -1, ao invés de se localizarem na sala de recolha de ovos, como aprovado no processo de obras”.

De acordo com a 1.ª Revisão do PDM de Pombal, publicada sob o Aviso n.º 4945/2014, de 10 de abril, na sua redação atual, e com a Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN), publicada pela Portaria n.º 38/2015, de 17 de fevereiro, verifica-se que o edifício objeto de regularização, encontra-se em Solo Rural - Espaço Agrícola de Produção, condicionado parcialmente por Reserva Agrícola Nacional, na parte posterior do edifício (na área licenciada e a legalizar).

Em termos de servidões de utilidade pública, o edifício é intercetado por uma infraestrutura de transporte de energia elétrica de média tensão, que passa sobre o edifício preexistente.

Após a aferição do cumprimento dos parâmetros urbanísticos verificou-se que a exploração cumpre com os índices de ocupação, utilização e impermeabilização, 12,76% (<20%), 18% (<20%), e 12,76% (<30%), respetivamente, estabelecidos para a categoria de espaço na qual se encontra, nos termos do artigo 59.º do regulamento do PDM.

No que respeita ao número de pisos abaixo da cota de soleira, pese embora a exploração detenha 2 pisos abaixo da cota de soleira, face a 1 piso previsto no referido artigo 59.º, considera-se a integração da pretensão na exceção prevista para a possibilidade de um maior número de pisos abaixo da cota de soleira, decorrente da



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

topografia existente e relevância e especificidade da utilização do edifício.

A exploração pecuária dista cerca de 150 metros do aglomerado urbano de Abiúl (AB u01).

De salientar que o edifício a regularizar não cumpre os afastamentos estabelecidos no artigo 16.º da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, que alterou e republicou o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho.

Atendendo aos elementos apresentados, é possível aferir que:

- A exploração em apreço, de Classe 1, enquanto propriedade da empresa Fernando Lopes & Filhos, Lda., desenvolveu a sua atividade de produção de ovos, na CAE 1470 – Avicultura, desde 1991 até 2014;*
- Possui autorização para o exercício da atividade avícola para produção de ovos, escalão C, por parte da, à data, Direção Geral de Veterinária, emitida em 1999;*
- É composta por um edifício adaptado à topografia existente, de rés de chão (piso 0) com 2 pisos abaixo da cota de soleira, sendo que o piso 0 corresponde a um pavilhão de postura, sala de recolha de ovos e instalações sanitárias, o piso -1, a um pavilhão de postura e o piso -2, a um pavilhão de armazenamento de excrementos dos animais existentes na exploração;*
- A instalação em causa encontra-se, atualmente, a ser explorada pela Empresa “Qualquer Onda - Avicultura, Lda.”, com o NIF 514 092 181, constituída em 24-08-2016;*
- Esta empresa, de acordo com os dados fornecidos pela requerente, apresentou uma faturação de 486.014€ em 2016, e 625.707€ em 2017. Contudo, de acordo com a informação constante no portal informa D&B, a empresa, no ano de 2016, apresentou um resultado líquido de -2 215,64€;*
- A unidade emprega 2 trabalhadores, residentes num raio de 5km das instalações. Contudo, de acordo com a referida plataforma a empresa em causa não possui qualquer colaborador.*

Face ao anteriormente mencionado e aos elementos fornecidos, tendo em vista a fundamentação do eventual Reconhecimento de Interesse Público por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, procedeu-se à ponderação de um conjunto de fatores económicos, sociais e ambientais em presença, assim como à ponderação de um conjunto de indicadores de apoio à decisão, tendo por base o preceituado na Constituição da República Portuguesa, bem como os princípios gerais da Administração Pública, conforme parecer jurídico emitido, com vista à clarificação dos critérios a utilizar na atribuição do interesse público, datado de 25 de fevereiro de 2015, a saber:

<i>Fatores</i>	<i>Ponderação</i>
<i>Fatores Económicos</i>	
<i>Indicação do volume de investimento realizado</i>	<i>750 000€ (estimativa)</i>
<i>Democratização da procura do mercado</i>	<i>Sem informação</i>



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

<i>Demonstração de procura de mercado</i>	<i>relevante</i>
<i>Existência de impactes em atividades conexas, a montante ou a jusante (possibilitar a dinamização/criação de atividades económicas em complementaridade que acrescentam valor ao produto ou que venham a possibilitar a sua produção com valor acrescentado; i.e. atividades não ligadas diretamente à atividade produtiva mas que acrescentam valor para a economia)</i>	<i>Estabelece relações com fornecedores de cereais e alimentos compostos para animais, produtos veterinários, animais vivos, serviços vários, material e equipamento</i>
<i>Indicação da faturação da empresa ou estabelecimento nos últimos dois anos</i>	<i>Dados apresentados pelo requerente, relativos à empresa que se encontra a explorar o edifício (Qualquer Onda-avicultura, Lda.) 2016: 486.014€ e 2017: 625.707€ Dados Informa D&B relativos à mesma empresa em 2016: - 2.215,64€</i>
<i>Existência de produtos certificados</i>	<i>Não</i>
<i>Factores sociais</i>	
<i>Aferição do número de postos ex novo diretamente pela realização do investimento no objeto de declaração de interesse público</i>	<i>Mão de obra assegurada por 2 trabalhadores</i>
<i>Ponderação do conjunto de respostas sociais desenvolvidas através do objeto de declaração de interesse público</i>	<i>A instalação emprega diretamente 2 pessoas</i>
<i>Existência de alternativa à deslocalização da atividade para local adequado, no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respetivo custo e apresentação de estudo económico</i>	<i>“O promotor não possui outros terrenos onde se torne economicamente viável criar uma exploração” Apresenta declaração de inexistência de localização alternativa</i>
	<i>1.000.000 € Os custos de</i>



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

<i>Indicação dos custos económicos e sociais da desativação do estabelecimento e de desmantelamento das explorações</i>	<i>desmantelamento da instalação existente e posterior construção de uma instalação de raiz são completamente inoportáveis.</i>
<i>Indicação do número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local</i>	<i>“emprega diretamente 2 pessoas (...) não se prevê a criação de postos de trabalho a curto/médio prazo”</i>
<i>Factores ambientais</i>	
<i>Garantia de estabilidade do equilíbrio ecológico atualmente existente, justificando tecnicamente as soluções com estudo adequado</i>	<i>Proposta de “promoção da integração paisagística, através da eventual criação de cortinas arbóreas na confrontação com a via pública de acesso”.</i>
<i>Adoção de medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactes ambientais, incluindo eventuais práticas disponíveis ou a implementar para atingir níveis de desempenho ambiental adequados, designadamente, nos domínios da água, energia, solos, resíduos, ruído e ar</i>	<i>Plano de Gestão de Efluentes Pecuários (PGEP) inexistente. “O PGEP, depois de aprovado, deverá ser seguido minuciosamente sendo uma ferramenta de apoio à correta gestão de efluentes por parte do produtor.”</i>
	<i>“Os excrementos produzidos serão destinados à valorização agrícola em explorações agrícolas de terceiros.</i> <i>“Propostas de medidas</i>



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

<i>A implementação de métodos de valorização dos recursos naturais em presença, bem como de resíduos resultantes da atividade</i>	<i>para a melhoria contínua: - introdução de dietas nutricionais controladas; - armazenamento temporário do estrume em local pavimentado, fechado lateralmente e coberto; - controlo veterinário permanente; - armazenamento temporário dos cadáveres em local fechado, refrigerado e próprio, maximizando as condições de higiene e salubridade; - seleção de Unidades de Tratamento de Subprodutos devidamente licenciadas pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) para o tratamento do subproduto.”</i>
<i>Possuir certificações, quando legalmente exigíveis, em matéria de qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social</i>	<i>Não</i>
<i>Utilização de produtos químicos em quantidades significativas</i>	<i>Não</i>
<i>Outros factores</i>	
<i>Distinções nacionais e internacionais</i>	<i>Não</i>
<i>Potenciação da fixação das populações no concelho de Pombal, nomeadamente a fixação de população jovem, prevenindo o êxodo de mão-de-obra qualificada do concelho de Pombal</i>	<i>Em parte, nas relações indiretas que estabelece com atividades a montante</i>
	<i>“O projeto em causa não traz quaisquer</i>



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Não constituição para a autarquia de qualquer encargo com a execução de obras ou infraestruturas não previstas nas opções do plano.

encargos para a autarquia relativos à execução de obras ou infraestruturas, dado que a empresa já labora no local com as condições necessárias”

Face aos fatores anteriormente apreciados, e considerando que se trata de uma atividade pecuária existente cujas obras se pretendem legalizar, compatível com o uso do solo previsto em instrumento de gestão territorial e desconforme com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, designadamente a Reserva Agrícola Nacional, sugere-se a profunda ponderação da atribuição de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da exploração pecuária propriedade de Fernando Lopes e Filhos, Lda.”

Presidente da Câmara:

“Bem Srs. Vereadores, algum pedido de esclarecimento sobre este assunto?

Reparem, isto é uma obra que existe, que teve uma ampliação em desconformidade. Pode, em sede de discussão com a comissão do regime excecional de regularização, fazer a apreciação. É daquelas situações em que é preferível tentar fazê-lo do que não o fazer e, portanto, deixaremos depois o critério, considerando que o uso é compatível, vamos verificar esta questão das condicionantes.

Sem vos fazer perder muito tempo, eu hoje de manhã, das 11h às 14h, estive reunido, antes da reunião de Câmara, com as técnicas do ICNF, por causa daquelas questões que aqui já discuti, e agora isto veio a propósito por causa desta circunstância. Para além daquelas coisas espantosas que já conhecemos, onde perdemos algum tempo a discutir, foi precisamente naquilo que é um critério que tem sido utilizado, e que eu julgo, e expliquei, que é um critério errado, que é, em muitas ocasiões, no critério de licenciamento, estiveram as duas responsáveis técnicas que fazem o licenciamento do Rejar e das construções. Ao contrário daquilo que é o pressuposto de licenciamento, - em que o que preside à utilização das regras é a localização em classe de espaço, portanto, o espaço florestal a utilizar é espaço florestal, espaço agrícola é espaço agrícola e espaço urbano - eles inventaram, permitam-me a expressão, uma nova figura que é a de ocupação e uso do solo. Portanto, não interessa o que está planeado interessa aquilo que no local existe.”

Michael António (Vereador):

“Se eu for fazer uma casa num urbano e o meu vizinho ponha lá um pinhal e que resolva deixar lá 50 anos.”

Presidente da Câmara:

“Não, é ao contrário, imaginem, se eu tenho um pinhal, e abato o pinhal, aquilo já não é pinhal, porque já não estão lá pinheiros, portanto, posso fazer a casa, e eu acho que os Senhores perceberam que isto está tudo mal. Eu percebi que as interpretações dentro do Instituto são sui generis, o Plano Regional de Ordenamento Florestal, o que vai



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

estabelecer é que as competências de licenciamento voltem todas para nós.

E as situações críticas que estão identificadas terão sido de licenciamentos feitos antes de janeiro de 2018, altura em que a interpretação que tinha sido fornecida pelo ICNF, - aquele ofício de 16 que tinha ido para a Câmara de Leiria, que depois servi cópias, não sei se leram -, que deixou de ser utilizada depois da vigência, do 18/2016, é a que introduz modificações ao Rejar; em que se diz que tem que se respeitar. Portanto, o que aqui vamos perceber, e ainda ontem eu estive encostado ao campo de jogos da Pelariga e do lado do campo de jogos, estava uma plantação intensiva de eucaliptos, está aqui, isto é, ao lado do campo da Pelariga e aqui está o eucaliptal.”

Michael António (Vereador):

“E aí ainda é perímetro urbano.”

Presidente da Câmara:

“Está aqui, a plantação está aqui ao lado, estive lá com o Presidente de Junta, fui lá ver isto, tirei fotografias e disse “isto tem que ser identificado”, assim como temos aquela, de igual modo, junto às instalações da REN, foi esta que a Dra. Odete foi ver, esta aqui, então aqui é a REN e diz regime florestal, zona protegida pelo artigo 10º pelo PDM das questões dos aquíferos, espaço ecológico municipal, triplamente indeferido, uma plantação, pronto.

O parecer, a partir de janeiro, passou a ser vinculativo do município.

Deixem-me dizer outra coisa, nós somos o Município, de toda a direção regional, que são 6 distritos, que mais pedidos de licenciamento faz, onde se sente que as pessoas têm muito mais empenho em fazer isto como deve ser e que estão fortemente mobilizadas, e acrescentaram mais, que o único que tem um técnico só para o seu concelho somos nós, pelo volume de coisas que aqui temos.

E portanto, o UJTF vai-se articular com o licenciador, precisamente, para se explicar todas estas circunstâncias e vamos identificar todos os casos, e, se for preciso, tragam fotografias de terrenos para identificar, para se cruzar esta informação, porque vamos começar a fazer a instauração dos processos contraordenacionais para perceber isto. Eles também relatam situações em que há licenciamentos em que o trabalho executado não corresponde com a obra licenciada.

Aquilo que nos disse foi “o regime é muito simples, façam isto como as obras particulares”. Faz um pedido e mete uma placa, tem licenciamento com alvará e no final há uma licença de utilização que é a conformidade e verificação. Pronto, estranhamente querem acreditar que os licenciamentos deixaram de ser connosco, tínhamos um agravamento às plantações de eucaliptos, porque achávamos que não estava bem, tínhamos uma isenção para as árvores autóctones, e sabem qual é o regime de taxas e licenças para licenciamentos feitos no âmbito do Rejar pelo ICNF? Ninguém paga nada. Portanto, é assim, está tudo explicado.”

Michael António (Vereador):

“Não pagam taxas?”

Presidente da Câmara:

“Não, as técnicas disseram que não pagavam, não há regime de taxas. É um disparate porque o sistema devia ser pago por ele próprio, ou seja, eu não acho que o cidadão tenha a perceção de que, no pagamento dos impostos, está o licenciamento das



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

plantações florestais como não está de uma obra particular; que é um direito constitucional muito mais forte do que é o direito a plantar. Mas quando isto voltar para o Município, se voltar, nós depois cá estaremos para dizer assim “o sistema pode sustentar-se a ele próprio”, ter quatro ou cinco pessoas para fazer isto, para vigiar aqui e ali, precisamos de ter alguém.

É para se ter uma noção a quantas andamos, isto agora veio a propósito destas questões. E mais, esta lei, que está em vigor desde janeiro, - espantem-se todos, eu ainda não tinha apanhado este detalhe -, obriga a que, entre plantações haja 5 metros, portanto, nós temos o nosso terreno, deixamos 5 metros à extrema, em todas elas, do lado ao outro faz 5 metros, não sei se fizeram as contas, mas 5 metros num hectare significa que se amputem 19% da capacidade de produção, 19%.

E nós perguntamos “como é que isto é possível?” Ninguém vê isto desta maneira, se eu tiro 5 metros vezes 100 são 500, do outro lado, mais 500 metros, e depois tiro mais 40 vezes 100, tiro 1800 metros, tiro 18% de capacidade de exploração florestal em zonas de prática, é o que nós temos, é para ficarmos a saber.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal o reconhecimento do interesse público municipal na regularização da exploração pecuária em nome de Fernando Lopes & Filhos, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nos termos da informação supra transcrita.

2.10.4. - Requalificação da Estrada Nacional 109 - Resolução para declaração de utilidade pública

Foi presente à reunião a informação n.º 87/GJC/18, do Gabinete Jurídico e Contencioso, datada de 28/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Requalificação da Estrada Nacional 109 - Resolução de requerer a declaração de utilidade pública

Exmº Senhor Presidente,

O Município de Pombal, no âmbito das atribuições que lhe estão adstritas por lei, designadamente no domínio da promoção do desenvolvimento (cf. artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), pretende levar a cabo a conclusão do projeto de requalificação da Estrada Nacional 109, entre os km's 142+880 e 144+850, troço correspondente à vila da Guia, com o escopo de definir um “portão de entrada” na povoação e dotar a estrutura rodoviária de passeios, de forma a minimizar o índice de sinistralidade local.

Sucede que a área de terreno necessária à implantação do conjunto de soluções preconizadas, nomeadamente para construção de uma rotunda e passeios ao longo da área de intervenção, compreende a ocupação de duas parcelas de terreno, pertença de particulares.

Na sequência disso, foi, por diversas vezes, proposta a aquisição das parcelas em referência, por via do direito privado, todavia sem qualquer êxito, motivo pelo qual não resta outra alternativa ao Município de Pombal senão a de requerer a declaração de utilidade pública das referidas parcelas, com carácter de urgência.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

A instrução da fase administrativa dos processos de expropriação (regime geral do Código das Expropriações), cuja decisão é da competência do membro do Governo que tutela as autarquias locais, integra as atribuições da DGAL (alínea m) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2012, de 16 de janeiro).

Assim, e porque a resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação deve ser devidamente fundamentada, devem, conforme preceituado no artigo 10º do Código das Expropriações, ser reunidos os elementos referentes aos bens a expropriar, aos proprietários e demais interessados conhecidos, à causa da utilidade pública a prosseguir e a norma habilitante, a previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação e o previsto em instrumento de gestão territorial, eficaz e em vigor, para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização.

No que se reporta à previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação cumpre registar que a mesma deverá ter "(...) por base a quantia que for determinada previamente em avaliação, documentada por relatório, efetuada por perito da lista oficial, da livre escolha da entidade interessada na expropriação" (cf. n.º 4 do artigo 10º do Código das Expropriações).

Em face de tudo quanto antecede, e considerando que:

- 1. O Município de Pombal pretende levar a cabo a requalificação da Estrada Nacional 109, entre os km's 142+880 e 144+850, troço correspondente à vila da Guia, com o escopo de definir um "portão de entrada" na povoação e dotar a estrutura rodoviária de passeios, de forma a minimizar o índice de sinistralidade local;*
- 2. O conjunto de soluções preconizadas pressupõe a ocupação de duas parcelas de terreno, pertença de particulares (Parcelas A e B);*
- 3. Aimplantação do projeto de requalificação do troço da via em apreço tem o devido enquadramento no IGT em vigor – Plano Director Municipal de Pombal (cf. artigo 124.º do respetivo Regulamento), encontrando-se as parcelas em causa integradas em Solo Urbanizado: Espaço urbano de baixa densidade (nível II – Aglomerado Urbano da Guia);*
- 4. Aatenção de beneficiação da via em nada se incompatibiliza com os espaços delimitados pelo PDM em vigor;*
- 5. De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 124.º do Regulamento do PDM - Pombal, a ampliação das infraestruturas viárias é admitida em todo o território concelhio, em função das estreitas necessidades do seu adequado funcionamento e tendo em atenção as condições morfológicas, topográficas e ambientais que caracterizam a envolvente, sem prejuízo dos regimes legais em vigor;*
- 6. Aintervenção tem, ainda, enquadramento no artigo 134.º que estabelece o regime da rede rodoviária e no artigo 135.º que regulamenta os espaços canais rodoviários, ambos os preceitos do citado Regulamento;*
- 7. Para a execução do referido projeto, que, seguramente, contribuirá para minimizar a sinistralidade rodoviária, afigura-se necessário e urgente promover a expropriação das parcelas melhor identificadas na planta parcelar anexa (cf. Doc. n.º 1);*
- 8. Aobra em apreço assume inequívoca utilidade pública e constitui atribuição do Município, designadamente no domínio da promoção do desenvolvimento (cf. artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), traduzindo-se na conclusão da obra*



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

de requalificação da Estrada Nacional 109, entre os km's 142+880 e 144+850, com inegável utilidade e valia para todos os cidadãos, na medida em que, à semelhança do que sucede com qualquer outra via de comunicação, se traduz numa componente do território local que pretende acompanhar a distribuição dos aglomerados populacionais, contribuindo para uma incontestável melhoria das deslocações das populações limítrofes, quer ao nível da fluidez do trânsito viário, quer ao nível da segurança e acessibilidade, promovendo, ainda, a maior comodidade possível aos peões, designadamente a pessoas com mobilidade condicionada;

9. O recurso à expropriação de bens imóveis é admissível por causa de utilidade pública compreendida nas atribuições da entidade expropriante, como sucede no caso vertente (cf. artigo 1.º do Código das Expropriações);

10. O órgão Câmara Municipal tem competência para propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação, nos termos da alínea vv) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

11. Os bens a expropriar e os respetivos proprietários conhecidos, estão identificados no QUADRO I, anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante (cf. Doc. n.º 2).

12. O previsto no Plano Director Municipal de Pombal, para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização, encontra-se descrito no QUADRO II, anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante (cf. Doc. n.º 3).

13. O projeto de execução dos trabalhos (cf. Doc. n.º 4) foi submetido à apreciação do órgão Câmara Municipal, tendo sido objeto de aprovação, por unanimidade, conforme resulta, aliás, de cópia de parte da ata da reunião do dia 02 de outubro de 2015, que ora se junta sob a designação de Doc. n.º 5, e

14. Considerando ainda que a previsão dos encargos a suportar com a expropriação destas parcelas estima-se no montante global de € 19.050,00 (dezanove mil e cinquenta euros) [€ 7.250,00 correspondente à Parcela A e € 11.800,00 correspondente à Parcela B], de acordo com a avaliação efectuada por perito da lista oficial (cf. artigo 10.º, n.º 4, do Código das Expropriações), cujos relatórios se anexam sob a designação de Doc. n.º 6, 7 e 8.

— Sugere-se a V. Ex^a que, caso assim o entenda, proponha ao órgão Câmara Municipal que delibere no sentido de:

a). Aprovar a Planta Parcelar das expropriações necessárias à execução do projeto denominado “Requalificação da Estrada Nacional 109 (Construção de passeios)”, anexa sob a designação de Doc. n.º 1 e que faz parte integrante da proposta;

b). Nos termos da alínea vv) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1, do artigo 14.º e artigo 15.º do Código das Expropriações, ser requerida a declaração de utilidade pública urgente das expropriações necessárias à execução do referido projeto;

c). Notificar, nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do Código das Expropriações, os proprietários identificados no QUADRO I da resolução de requerer a declaração de utilidade pública, devendo a notificação incluir proposta de aquisição das parcelas em referência, por via do direito privado (cf. n.º 2 do artigo 11.º do Código das



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Expropriações), tendo por referência o valor determinado em sede de avaliação pericial, com a advertência de que o Município de Pombal aguardará uma resposta, no prazo de vinte dias (cf. n.º 5 do artigo 11º do Código das Expropriações), e que a falta de pronúncia no prazo concedido, ou a falta de interesse na eventual apresentação de proposta alternativa (cf. n.º 6 do artigo 11º do Código das Expropriações), resultarão na remessa do requerimento para emissão declaração de interesse público, com carácter de urgência, para prossecução do competente processo de expropriação por utilidade pública, (cf. artigos 12º e seguintes do Código das Expropriações).

À consideração superior,"

Junto à informação encontram-se os documentos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, e 8, que se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados no respetivo serviço.

Presidente da Câmara:

“Srs. Vereadores, estamos a falar de 2 terrenos distintos, um do lado esquerdo e outro do direito, no sentido Sul-Norte, portanto, na respetiva rotunda. A situação que parece mais conflituosa é aquela que tem uma obra embargada, e vou-vos dizer até onde levámos a negociação, conhecendo a avaliação que o Eng.º António Gouveia Campelo fez, a proposta foi a seguinte: o edificado embargado, 100,00 € o metro quadrado, não me parece uma proposta fraca, todo o prédio e não apenas a área que nós precisávamos, que eram só 140 metros quadrados, tínhamos proposto a 17,50 € o metro quadrado, nós comprámos os terrenos para o Polo Escolar a 23,00, 23.50, 24,00 por aí. São terrenos diferentes, 17,50 que é zona não edificada, entretanto a área do prédio foi ampliada para 400 ou 500 metros quadrados, e eu disse, “os Senhores querem vender o prédio todo, dão-nos o valor dos 17.50 € a todos os metros quadrados, que não estão edificados, e damos mais 100 euros, o metro quadrado de cada um”, a avaliação do perito é de 12,00 € o metro quadrado, mais os 100 para 12.60 mais os 100 pela parte edificada. A proposta dos proprietários é seis vezes superior à nossa, portanto, já percebemos, não vamos, e o que aqui estamos a fazer é isto, e é importante que se tenha noção até porque o Município não pode ter aqui um critério perfeitamente dissonante com o que tem sido feito, e todos os proprietários - foram dezenas deles - colaboraram connosco na 109. O pagamento foi feito nestes termos de 17,50€ para fazer os muros, pintar por dentro e por fora, e ficou tudo resolvido, as partes edificadas não tivemos que partir nada. Nesta que estamos a dizer, a obra foi embargada e, portanto, eu ainda ontem falava com o Presidente de Junta da Guia, Ilha e Mata Mourisca, quando o proprietário me veio dizer “olhe, mas comigo ninguém falou” e o presidente da junta disse-me que falou com o dono do terreno.

E eu achei que, não desconsiderando o Presidente da Junta, nem sequer foi este, foi o anterior, que devia dizer-se: “a Senhora não foi contactada então vou reconhecer que a sua palavra vale”, mesmo assim não foi suficiente, pronto, estamos numa intransigência.”

Michael António (Vereador):

“Sr. Presidente, mas já agora pegando no que você disse, queria só fazer-lhe uma pergunta.

A parte que está embargada é licenciável? Vem com alterações? A não existir a rotunda, o que eu quero perceber é: se ele cumprisse com tudo, e presumo que seja perímetro



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

urbano, poderia edificar, se cumprisse e se não existisse esta questão agora, isto para chegar à conclusão se os 100,00€ são bem pagos ou não.”

Presidente da Câmara:

“É um problema que aqui temos, podia recuperar o que está, não podia ampliar.”

Michael António (Vereador):

“Sr. Presidente pronto, porque é que faço esta pergunta, vai já perceber, nesse caso concordo com os 100,00 € o metro quadrado, o edificado, mas se me dissessem assim “olhe o indivíduo construiu e aquilo está embargado e vai ter que ir ao chão, porque ele não podia fazer lá rigorosamente nada”, aí voltávamos aos 17,50 €, mas se é uma pré-existência, evidentemente, e se é uma casa pelo que, eu vi das fotografias, pronto 100,00 € o metro quadrado, eu não me ofendo nada, aliás, é um belíssimo preço. Agora se as pessoas pedem 6 vezes mais, Sr. Presidente desaproprie, porque, é para isso que existem os códigos de expropriações.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Planta Parcelar das expropriações necessárias à execução do projeto "Requalificação da Estrada Nacional 109 (Construção de Passeios)"; requerer a declaração de utilidade pública urgente das expropriações necessárias e notificar os expropriados, nos termos da informação supra transcrita.

2.10.5. - Lista ordenada de candidatos à Residência de Estudantes de Pombal - Ano Letivo 2018/2019

Foi presente à reunião a informação n.º 254/GAV/18, do Gabinete de Apoio aos Vereadores, datada de 23/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Lista Ordenada de Candidatos à Residência de Estudantes de Pombal - Ano Letivo 2018/2019

Sr. Presidente,

Terminado o prazo para apresentação das candidaturas à Residência de Estudantes de Pombal, procedemos à análise das candidaturas, cfr. Artigo 7.º do respetivo regulamento.

A listagem de ordenação final dos candidatos deve ser objeto de aprovação por parte da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea hh) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, pelo que venho propor que, caso assim o entenda, despache a presente informação à próxima Reunião de Câmara, para aprovação.

Ord.	Nome	Pontuação a.) Escalão	Pontuação b.) Aproveitamento	Pontuação c.) Distância	Classificação Final
SEXO MASCULINO					
1	Romeu António Santos Pastagem	3	3,17	3	3,09
2	Miguel Pimenta da Costa	1	3,22	3	2,31



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

3	Rafael Dias dos Santos	1	3,43	1	2,22	Admitido
4	Bruno Henriques Oliveira	1	3,16	1	2,08	
SEXO FEMININO						
1	Carina Gomes Marques	5	3,56	1	3,88	
2	Jessica Henriques Oliveira	1	3,18	1	2,09	
3	Sandra Gomes Pedrosa	5	4	1	4,10	

À consideração superior."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a lista de ordenação final dos candidatos, de acordo com a informação supra transcrita.

2.11. Apoios

2.11.1. Apoios a Freguesias

2.11.1.1. - Junta de Freguesia de Abiul - Apoio para realização de trabalhos de limpeza de caminhos florestais

Foi presente à reunião a proposta n.º 340/2018, ínsita na informação m.º 510/GAP/18, do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 27/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Apoio - Regularização de caminhos florestais

A Junta de Freguesia de Abiul em articulação com o GTF e com o GMPC procedeu aos trabalhos de regularização e limpeza de diversos caminhos florestais daquela freguesia, tendo oficiado o Município solicitando comparticipação das despesas que suportou.

*O GTF informou que "foram percorridos 10 caminhos florestais que foram intervencionados pela Junta de Freguesia de Abiul com apoio de uma motoniveladora, que seguidamente se enumeram: * Caminho florestal de Ramalhais – IC8 = 2350 metros; * Caminho florestal de Rebolo – Gesteira = 1800 metros; * Caminho Florestal em Gesteira = 400 metros; * Caminho florestal em Lagoa de Santa Catarina = 900 metros; * Caminho Florestal de Vale da Figueira – Ponto de Água Vale da Figueira = 650 metros; * Caminho Florestal de Vale da Figueira – Vale Servo = 1500 metros; * Caminho florestal de Vale Servo = 530 metros; * Caminho florestal de Vale Servo – Barrocos = 290 metros; * Caminho florestal de Casais Novos = 280 metros; * Caminho florestal em Palheiro = 490 metros.*

O trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia correspondeu a 9190 metros de regularização e limpeza de caminhos florestais de elevado interesse, sendo que a maioria deles ocorreu em locais de interface urbano/florestal, extremamente



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

importantes para a DFCI.”

Considerando as informações do GTF e sublinhando a importância da intervenção sou a propor que a atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Abiul no valor de 3.150,50€, para comparticipação das despesas decorrentes com os trabalhos de regularização e limpeza de caminhos florestais.”

Presidente da Câmara:

“Muito bem, estamos a falar de mais de 9 quilómetros, portanto, parece-me um preço perfeitamente razoável para a prática.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, com base no artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Município de Pombal, publicado no Diário da República sob o Aviso n.º 9665/2016, em 4 de agosto, aprovar o apoio a atribuir à freguesia de Abiul, no montante de 3.150,50 € (três mil, cento e cinquenta euros e cinquenta cêntimos), para o efeito.

Mais deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para conhecimento, ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do mesmo Regulamento.

2.11.1.2. - Junta de Freguesia de Almagreira - Acordo de colaboração para a requalificação do lugar de Paço

Foi presente à reunião a informação n.º 230/DMOP/18, do Departamento Municipal de Operações, datada de 23/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Requalificação de Espaços Públicos no Paço - Almagreira

A Freguesia de Almagreira apresentou quatro propostas para a obra de requalificação do lugar do Paço, desde o Largo da Igreja até ao primeiro desvio na parte posterior da antiga escola primária.

O valor do orçamento do projeto, elaborado pela Câmara Municipal, é de € 39.174,25, mais IVA.

As firmas que apresentaram proposta foram:

- *Delfim de Jesus Martins & Irmão, Lda., com o valor de € 38.003,89, mais IVA;*
- *Sociedade de Construções Elimur, Lda., com o valor de € 46.640,34, mais, IVA;*
- *Abiser, Lda., com o valor de € 48.191,83, mais IVA;*
- *Gadanha Pavimentos, Lda., com o valor de € 59.591,00, mais IVA.*

Analizadas as propostas, verificou-se que a proposta da firma Abiser, Lda. tem falta a descrição e respetivo preço unitário dos artigos 2.8 e 6.6 da lista de preços unitários, pelo que é excluída.

Relativamente à proposta da firma Delfim de Jesus Martins & Irmão, Lda. verifica-se que os preços estão dentro dos preços de mercado.

Neste sentido, propõe-se a V. Ex.ª, caso assim o entenda, a elaboração do acordo de colaboração para a realização daquela obra, com a comparticipação que V. Ex.ª entender.

À consideração superior,"

Presidente da Câmara:



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

“Sabemos que o Paço, nesta zona, depois desta requalificação que tivemos da parte do saneamento, e depois da repavimentação toda, esta zona mais no centro junto à Capela, é uma zona que tem muita circulação pedonal, gente também de alguma idade. Portanto, já se tinha pensado nesta intervenção, terminamos em Almagreira e agora passamos aqui para o Paço, nesta pequena requalificação que a Junta tem condições de desenvolver. Portanto, aqui se traz a proposta depois de recebidas os orçamentos de quatro empresas.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias do Município de Pombal, remeter à Assembleia Municipal para aprovação, a proposta de atribuição de um apoio no montante de 38.003,89 € (trinta e oito mil e três euros e oitenta e nove cêntimos), à Junta de Freguesia de Almagreira, para comparticipação dos trabalhos de beneficiação em caminhos e estradas municipais.

2.11.1.3. - Junta de Freguesia de Carnide - Apoio para execução de maciços para semáforos em Valeirão e execução de muros em Carnide de Cima

Foi presente à reunião a proposta n.º 338/2018, ínsita na informação n.º 493/GAP/18, do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 13/08/2018, que a seguir se transcreve:
"Assunto: Apoio para execução de maciços para semáforos em Valeirão e muros em Carnide de Cima

A Junta de Freguesia de Carnide mandou executar maciços para colocação de 7 semáforos no Valeirão.

Esta obra, pela especificidade envolvida (a abertura de valas e tapamento das mesmas e a compactação das valas onde se implantaram os maciços foi toda feita manualmente para não se interromper o trânsito na via), permitiu que a colocação dos 7 semáforos e respetiva interligação resultasse num trabalho onde a segurança de todos, peões e automobilistas, sai reforçada.

Face à necessidade de realizar com urgência os serviços, considerando a articulação com o instalador dos semáforos (Easy Tesis), apenas foi solicitado um orçamento no valor de 2.134,05€ para execução do serviço, que mereceu apreciação da DMO: “as horas gastas nestes trabalhos em termos de mão-de-obra são ajustadas ao tipo de trabalho executado”.

No lugar de Carnide de Cima, na sequência de vários melhoramentos na Rua Nossa Senhora de Fátima, foi necessário incrementar a execução de mais dois muros junto ao n.º 1 e ao n.º 1A, pelo que a Junta de Freguesia diligenciou pela sua execução, mantendo o empreiteiro que executou as restantes beneficiações, razão pela qual só apresenta um orçamento no valor de 2 260,23€ que mereceu a presente apreciação da DMO: “estas obras estão executadas e os preços apresentados são correntes e ajustados, pelo que se poderá atribuir o apoio que o executivo entender atribuir”.

Face à importância destas intervenções, proponho à Câmara a atribuição de um apoio à Junta de Freguesia de Carnide no valor de 4.394,28€ para participar as



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

referidas obras."

Presidente da Câmara:

"Os celebérrimos semáforos do Valeirão já estão a funcionar!

Está aqui a proposta, e eu quero trazer aqui esta referência também, neste caso trazemos apenas a proposta da Aruncalis, porque a urgência dos trabalhos justificava ter uma intervenção de proximidade, portanto, por isso é que tem esta proposta, acima dos 750,00 € devem ser 3 propostas, mas aqui justifica-se pela urgência destes trabalhos, não termos feito a consulta a mais empresas, porque a parte da instalação estava programada, não tinha parte dos lancis e portanto é uma questão de conciliação."

Michael António (Vereador):

"É só um comentário, já percebi a sua explicação e já vi aqui o instalador dos semáforos, uma empresa que se chama Eyssa-Tesis, eu também presumo que empresas a instalar semáforos não devem proliferar por aí, mas é diferente que mandar pintar ou fazer uns muros, aqui não me ofende que seja só um."

Presidente da Câmara:

Mas a Eyssa-Tesis teve consulta, foi nossa, os maciços é que não estavam lá, chegam e instalam comunicações e por aí fora, depois precisam de tubagem, negativos e os maciços para fixar."

Michael António (Vereador):

"Eu já percebi, tem que ter aquilo pronto para chegarem lá e fixar no equipamento."

Odete Alves (Vereadora):

"Há aqui um apontamento que eu, em relação aqui aos semáforos, não levanto nenhuma questão, porque se percebe que foi uma situação urgente e que era preciso rapidamente resolver, a questão que eu lhe coloco é a propósito destes 2 muros numa rua, a Rua Nossa Sra. de Fátima que já tinha sido alvo, penso eu, de um apoio no ano passado, em setembro, e é só para tentar perceber a razão de ser desta despesa. Até porque como eu vejo não estão aqui orçamentos, nem penso que não vieram também orçamentos à Câmara para analisar e aparecerem aqui faturas de setembro do ano passado."

Presidente da Câmara:

"Dizer que eu, em período eleitoral, não tomei decisões sobre subsídios como se pode ver em múltiplas reuniões de Câmara, aliás, para aí desde junho que não se tomaram estas decisões, estes muros são trabalhos que a Junta de Freguesia, na sequência do alargamento e requalificação realizou e, portanto, nós aqui temos um custo de construção dos muros, temos um valor de referência, ou seja, nós não estamos a fazer muros, que valem 60 euros o metro quadrado por 120."

Odete Alves (Vereadora):

"E não consta aqui também a informação se foram pedidos mais do que um orçamento, ou se foi só pedido um."

Presidente da Câmara:

"Eu só tenho este orçamento da Junta de Freguesia, só temos este, não temos mais. Eles não fogem dos valores que tínhamos anteriores, nós temos aqui, estes são de



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

2017, pouco antes destes, muros com cerca de 5 metros de comprimento, com 2 metros e meio de altura, 715,00 €, estamos a falar de 12 metros e meio quadrados, 60,00 € o metro quadrado, com lintel de fundação, são valores normais, é mão de obra e o material.

Eu tenho reiterado aos presidentes de junta, nós não podemos estar a fazer estes apoios de forma diferente do que fazemos as nossas aquisições, portanto a regra é os 3 orçamentos acima dos 750,00 €. Pode haver situações destas, repare, são antigas, nem sequer são novas, portanto, face a tudo tenho pedido, e já vão ver mais à frente na parte das associações que é exatamente igual, ter este critério, para ficarmos todos mais tranquilos. Portanto, admita isto como uma exceção e não como regra, até porque sempre que houver propostas, eles vêm cá e não há aqui vontade de esconder coisa nenhuma.

Coisa diferente é: deve a Junta suportar, integralmente, uma despesa que, em bom rigor seria da Câmara em que ela fez tempestivamente porque o processo foi mal instruído e não vai aqui forjar outros orçamentos com datas diferentes para instruir o processo devidamente? Não, não foi pedido, o preço está em condições, admite-se, o preço é o preço que as coisas custam, pronto, se tivéssemos a empreitada a fazer muros destes a 20,00 €, eu diria, isto é 3 vezes mais, mas não é, é o preço das coisas. Fica esta nota, fica explicado assim, eu também não fico muito confortável, e por isso é que pedimos sempre aos técnicos que deem o seu parecer.”

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Vereadora eleita pelo Partido Socialista, com base no artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Município de Pombal, publicado no Diário da República sob o Aviso n.º 9665/2016, em 4 de agosto, aprovar o apoio a atribuir à freguesia de Carnide, no montante de 4.394,28 € (quatro mil, trezentos e noventa e quatro euros e vinte o oito cêntimos), para o efeito.

Mais deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para conhecimento, ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do mesmo Regulamento.

2.11.1.4. - União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca - Apoio para reparações de calçada na Rua do Arneiro e Rua da Escola

Foi presente à reunião a proposta n.º 335/2018, ínsita na informação n.º 488/GAP/18, do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 08/08/2018, que a seguir se transcreve: *"Assunto: Apoio à UFGIMM para Reparções de calçada na Rua do Arneiro (Ilha) e Rua da Escola (Biqueiras)*

Apoio à UFGIMM para Reparções de calçada na Rua do Arneiro (Ilha) e Rua da Escola (Biqueiras)

A União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca pretende reparar a calçada na Rua do Arneiro (Ilha) visto que a mesma se encontra danificada, sendo, por isso necessário o levantamento e reposição de 155m² de calçada existente.

Pretende ainda aquela União de Freguesias levar a cabo obras na Rua da Escola (Biqueiras), visto que a valeta em calçada existente não possibilita o escoamento das águas pluviais, pelo que a Junta prevê reparar a valeta com calçada grossa,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

permitindo assim o escoamento das referidas águas pluviais.

Consultadas algumas empresas da especialidade, verificou-se que a empresa Mouricalçadas Unipessoal, Lda. é aquela que apresenta melhor preço para a execução dos trabalhos anteriormente descritos pelo que proponho a atribuição de um apoio de 2.054,40€ (+IVA) à União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca para participação dos referidos trabalhos."

Presidente da Câmara:

"Aqui veem precisamente nas calçadas, os pedidos que foram e as 3 propostas.

Estão aqui, no caso da Guia, Ilha e Mata Mourisca, que já foi uma intervenção de 2018, onde a regra é perentória, portanto, e reparem que aqui estamos a falar também de valores de custo de metro quadrado, perfeitamente razoáveis em função dos custos de referência, e estas como sabem, são aquelas em que o Presidente de Junta telefona ao Presidente da Câmara e diz "junta as propostas e manda para cá para fazer os trabalhos". Pronto, é esta operacionalidade que sabem que é assim que as coisas têm que se fazer, desde que o processo esteja tranquilo."

A Câmara deliberou, por unanimidade, com base no artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Município de Pombal, publicado no Diário da República sob o Aviso n.º 9665/2016, em 4 de agosto, aprovar o apoio a atribuir à União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, no montante de 2.054,40 € (dois mil e cinquenta e quatro euros e quarenta cêntimos) + IVA, para o efeito.

Mais deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para conhecimento, ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do mesmo Regulamento.

2.11.2. Apoios a Entidades

2.11.2.1. - Associação Castelhanas Desportivas - Apoio para instalação de rede elétrica no parque de merendas do campo de futebol das Castelhanas

Foi presente à reunião a proposta n.º 337/2018, ínsita na informação n.º 490/GAP/18, do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 09/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Apoio à Associação Castelhanas Desportivas para instalação da Rede Elétrica no Parque de Merendas do Campo de Futebol das Castelhanas

Apoio à Associação Castelhanas Desportivas para instalação da Rede Elétrica no Parque de Merendas do Campo de Futebol das Castelhanas

A Associação Castelhanas Desportivas procedeu à instalação da rede elétrica no Parque de Merendas do Campo de Futebol das Castelhanas, dotando aquele espaço de melhores condições para que quem o visita/utiliza.

Considerando a importância do investimento ali realizado, e que se cifrou em cerca de 2.722,72€, proponho a atribuição de um apoio de 1.500€ à Associação Castelhanas Desportivas para participar as referidas obras."

Presidente da Câmara:

"Portanto, trata-se aqui de esticar a rede de iluminação para aquela zona encostada,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

que há 2 anos já teve aquela construção em madeira, para protegermos a zona da ribeira, na parte de trás do campo dos jogos, e temos aqui os valores dos vários instaladores. Portanto, está devidamente instruída, também para que, se calhar, aquela componente mais de lazer, que funciona lá encostada à ribeira, o parque de merendas seja mais bem sucedida do que o campo de jogos, que seja como for também precisa deste apoio.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, com base na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, apoiar a Associação Castelhanas Desportivas, com um subsídio de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros).

2.11.2.2. - Associação Sócio-Cultural Recreativa e Educativa da Cumieira e Circunvizinhas - Apoio para execução de trabalhos de ampliação de lar

Foi presente à reunião a proposta n.º 339/2018, ínsita na informação n.º 502/GAP/18, do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 24/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Apoio à Associação Sócio-Cultural Recreativa e Educativa da Cumieira e Circunvizinhas para execução de trabalhos de ampliação do Lar.

A Associação Sócio-Cultural Recreativa e Educativa da Cumieira e Circunvizinhas tem como principais objetivos a proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, apoio a crianças e jovens e apoio à família e integração social e comunitária. Assim, e considerando a importância deste apoio para a população daquela zona, a Associação realizou obras de adaptação dos espaços interiores existentes com vista ao aumento de capacidade para mais 6 camas.

A Associação solicitou orçamentos para execução dos trabalhos a diversas empresas e o mais barato foi apresentado pela empresa Libearte Construções, Lda, no montante de 13.870€ + IVA, num total de 17.060,10€. O referido orçamento contempla toda a demolição e execução de paredes e separações, fornecimento e assentamento de loiças e outros materiais necessários às instalações sanitárias, fornecimento e execução de pintura, instalação de sistema de alarme e sinalização e fornecimento e execução de instalação elétrica.

A estes trabalhos acrescem os trabalhos de carpintaria (nomeadamente estruturas de roupeiros), projeto, mobiliário (camas articuladas, colchões e grades de proteção) e ainda a reparação e substituição de alguns equipamentos de cozinha, num total de 10.333,71€ (IVA incluído).

De salientar que os orçamentos foram apreciados pelos técnicos do Município tendo sido considerados adequados para os trabalhos e materiais executados. As obras estão todas devidamente licenciadas, com emissão de parecer positivo por parte da Segurança Social e do centro de Saúde e a Associação não apresenta dívidas nem à AT (Autoridade Tributária), nem à Segurança Social (conforme anexos).

Face ao exposto, e considerando que estamos perante um investimento total de 27.393,81€, proponho à Câmara a atribuição de um apoio de 25.000€ à Associação



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

Sócio-Cultural Recreativa e Educativa da Cumieira e Circunvizinhas para participar as referidas obras."

Presidente da Câmara:

“Aqui Srs. Vereadores, também instruído com 3 propostas, obra licenciada com parecer favorável da Segurança Social e que aqui se apresenta com particular acuidade, pelo seguinte: com a conceção do projeto do Lar da Cumieira não se atingiu o número de camas suficientes que possa garantir uma gestão, pelo menos que dê alguma cautela à própria entidade gestonária, portanto, com a abertura à possibilidade de ter áreas um bocadinho diferentes daquelas que existiam, e outras condições, isto também permitirá, em função do que a direção me comunicou, aumentar a capacidade de acolhimento, mas também rentabilizar os recursos que tem porque tem muitas dificuldades na sustentabilidade da exploração.

Aliás, as nossas instituições, de modo geral, estão todas a viver uma situação particularmente crítica, porque não têm aumentos dos valores unitários de colaboração, não houve aumentos dos vencimentos dos funcionários, não há mais acordos, os valores que entram são sempre os mesmos, o incremento pequenino das pensões não tem expressão para a exploração da casa, os edifícios vão ficando cada vez mais velhos, as despesas de manutenção e conservação vão aumentando, a falência dos materiais, equipamentos, máquinas, entra em crise e não se consegue libertar um bocadinho de exploração que antigamente se conseguia, quando se juntava a participação do Estado, mais a participação do utente e ainda sobrava um bocadinho para fazer reservas. Essas reservas foram, em muitos casos, gastas, e começa a haver muitas preocupações com os veículos e com a conservação.

Já aqui aprovámos vários apoios destes, portanto, é importante que haja alguma alteração nisto tudo. Até porque, reparem, com o esforço que se fez nos últimos anos, Pombal está longe de ser uma zona prioritária de intervenção social, porque os níveis de cobertura, são muito elevados. Temos um esforço feito muito bem sucedido, quando comparados com os outros, o que significa que as prioridades de investimento que são dadas estão, às vezes, noutras locais e não aqui, para corrigir precisamente essa diferença. O que significa que agora podemos passar um mau bocado, porque os edifícios vão fazendo todos 20/22/23 anos, portanto as coisas vão acontecendo nos próximos anos, e espero que isto aqui dê uma ajuda. Portanto, há um apoio de um investimento de 27.393,81 €, eu proponho um apoio de 25.000,00 € para a Associação da Cumieira que, aliás, já há muito tempo não recebe apoios nossos. Deixem-me dizer que a última vez que recebeu foi para o lar em 2012 e depois, como nós não fazemos apoios ordinários ao funcionamento, não recebeu mais apoio nenhum.”

Odete Alves (Vereadora):

“Eu queria só dizer que sou completamente favorável a que o Município dê apoios a estas instituições. Tudo o que sejam instituições que visem aumentar as respostas sociais para os problemas que temos. Nós sabemos que temos uma população extremamente envelhecida, e que vamos ter certamente muitos problemas de falta de capacidade nas unidades que temos, estas instituições, sem dúvida, que prosseguem



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

objetivos públicos também, no fundo, de servir a população que precisa destes serviços, e é uma parceira, quer do Município, quer do próprio Estado português. Por isso, eu não levanto aqui nenhuma questão contra o apoio e penso até, e gostava que me confirmasse isso, que a Câmara, ao não aprovar a totalidade do apoio para os 27.000,00 €, terá certamente a ver com esta fatura, que vemos aqui de 2015, já muito antiga, e que certamente não estará devidamente cabimentada, pelo menos aqui nesta questão destas obras que são necessárias para o alargamento do lar. Só queria perceber porque é que vem aqui uma fatura de 2015, juntamente com obras de ampliação do Lar, é só isso”

Presidente da Câmara:

“Dizer-lhe o seguinte: eu costumo dizer que para este tipo de projetos, há duas coisas que não devem acontecer, nem a Câmara pagar tudo nem a Câmara pagar nada.

Há um critério político, aqui é, de facto, perceber, antes de mais, a capacidade que a instituição tem para poder suportar o conjunto da despesa, porque não são todas iguais, acolhem pessoas que podem dar mais contributos porque têm pensões um bocadinho mais altas do que outras e percebemos isso pelo território, há territórios que conseguem ter pessoas com pensões mais altas do que outras e, visitando as instituições, ainda temos mais noção dessas divergências.

Depois tem outra coisa, normalmente estas casas tratam bem dos seus utentes, eles duram muito, portanto, felizmente, em muitos sítios passam-se anos em que ninguém morre. Se ninguém morre o rendimento é igual. Às vezes, quando existe essas modificações por fatalidade natural, o que temos é que pode entrar uma pessoa que possa contribuir mais qualquer coisa. Portanto, eu confesso que nem fui ver aqui, detalhadamente, as datas. É equipamento, pode ter sido uma reparação, ora bem cá está, 2015, 1.800,00 €. Pronto, não, até porque se somar não dá a mesma coisa. Não, não tive em consideração, foi para se fazer um número redondo na proposta e não ser 100%. Agora os valores que aqui estão, para a área de construção aliás, percebe-se aqui que eles têm aqui um valor perfeitamente razoável, nós estamos a falar de que temos aqui um orçamento de construção de 15.680,00€, ainda tem as camas e essas coisas todas, portanto, parece-me um valor perfeitamente razoável. Não tive em linha de conta essa situação, a obra está licenciada e o critério foi dar o apoio um bocadinho mais generoso, porque normalmente, nós não damos 90% dos apoios, nós damos 80%.

Faça favor.”

Michael António (Vereador):

“Concordo plenamente, só queria dizer o seguinte: pegando até nas suas palavras, não preciso de estar a repetir, mas avizinhando-se tempos em que, como disse, já se está a adivinhar que as IPSSs vão passar por grandes dificuldades, e vão recorrer cada vez mais a este tipo de pedidos, Sr. Presidente, que se comece a pensar; entretanto, num critério para que depois tenhamos um critério aqui na Câmara, porque temos muitas IPSSs e pelo que o Senhor está a dizer, vão começar a aparecer aqui os pedidos, já de início. Por exemplo, agora aprovou-se 25.000,00 €, cada caso é um caso evidentemente, mas acho que me fiz entender, balizar isto de alguma



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

forma, até para, de futuro, que é para depois não se sentirem que uns são mais iguais que os outros e que um pediu e um foi mais beneficiado, etc.. Como eu disse e, evidentemente, até porque eu não me quero meter nesta discussão nem nesta dicotomia, mas já começa a haver uma grande franja da população que começa a olhar para as IPSS como concorrentes dos privados, e uma concorrência desleal, vá, digamos assim, porque recebem os apoios todos, portanto cautelas nunca foram demais.”

Presidente da Câmara:

“Há uma ação europeia, sobre um projeto em Portugal sobre esta matéria, portanto, é uma matéria, não é preocupação.

Deixem só dizer o que eu fiz, precisamente, porque nós podemos nesta altura ter já alguma antecipação desta circunstância. Nós acompanhamos, aliás, fizemo-lo em tempo record, o Pelouro acompanhou e a parte das obras, nas candidaturas no âmbito da requalificação dos elementos sociais, que estiveram abertas há 3 meses, havia condições de acesso, a primeira é que não podia haver ampliação do existente, não podia haver novos serviços. Basicamente, passou para isto: vamos pintar, vamos estar na eficiência energética, vamos requalificar o espaço, vamos melhorar as janelas e as portas e tal.

Aquilo que eu pedi, primeiro, foi que todas as candidaturas que foram apreciadas, - porque elas não passaram diretamente por cá, elas foram diretamente submetidas por eles -, perceber qual é a componente que eles candidataram, e vamos apreciar depois o que é que será aprovado, porque vai haver uma contrapartida nacional que nós podemos ter que suportar. Era importante, porque esta já tem muita maturidade, e a minha ideia, ao pedir isto, era registar na minha pasta dos preparos do orçamento de 2018, que é precisamente identificarmos bem, se até lá tivermos essa condição, olhe o “risco” que nós podemos correr para puder apoiar estas instituições é de X e podemos, de certa forma, ter essa previsão reforçada entre dotações orçamentais para despesas para investimento a instituições destas, considerando isto.

É evidente que isto é apenas uma parte, porque pode haver novo concurso ou pode haver outras iniciativas, por exemplo, eu vou-vos trazer cá, é um assunto que cá virá importante, e só não veio cá porque a obra ainda não está licenciada que é a questão da ampliação do Centro Social do Lar da Ilha, e o Sr. Padre Nogueira, que vai sair da Ilha, veio preocupado, eu disse-lhe “Sr. Padre olhe, aquilo que vou mandar redigir é, a Câmara compromete-se com o Centro Social, porque o Senhor também sai daqui descansado, mas ficará sempre condicionado a qualquer tipo de participação à emissão do parecer favorável da Segurança Social”, que como sabem tem andado para trás e para a frente, e portanto, ficamos tranquilos, tomamos a decisão, o Sr. Padre sai tranquilo, porque como sabem a situação ali é completamente diferente. Agora uma coisa é, nós deliberarmos condicionada à aprovação do parecer da Segurança Social, outra coisa é estarmos a transferir o dinheiro para lá e a Segurança Social já emitiu 3 pareceres desfavoráveis, isto há um ano e meio.

Muito obrigado Srs. Vereadores.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

A Câmara deliberou, por unanimidade, com base na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, apoiar a Associação Sócio-Cultural Recreativa e Educativa da Cumieira e Circunvizinhas, com um subsídio de 25.000 € (vinte e cinco mil euros).

2.11.2.3. - Banda Filarmónica Ilhense - Apoio para o XXX Encontro de Bandas do Concelho de Pombal - 2018

Foi presente à reunião a informação n.º 424/GCT/18, do Gabinete de Cultura e Turismo, datada de 17/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Encontro de Bandas 2018

Exmo. Sr. Presidente,

O Encontro de Bandas Filarmónicas do Concelho de Pombal é organizado, este ano, pela Banda Filarmónica Ilhense e realizar-se-á no próximo dia 9 de setembro na União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca (conforme draft do programa em anexo).

À semelhança das edições anteriores, propõe-se que o Município de Pombal apoie financeiramente a entidade organizadora participando os custos inerentes às lembranças e ao almoço convívio entre as cinco Filarmónicas do Concelho de Pombal.

Este ano e face à opção da Organização em realizar o Encontro na União de Freguesias existem alguns condicionalismos ao nível da restauração para um grupo aproximado de 230 elementos, não sendo possível realizar o almoço num restaurante. Assim, a Direção da Banda Filarmónica Ilhense optou por um serviço de catering que fornecerá o almoço no espaço do Quartel da 5ª Companhia na Guia.

Considerando os orçamentos apresentados (lembranças e catering) propõe-se um apoio máximo de €3.140,00 (IVA incluído) = €265,00 lembranças + €12,50x230.

O valor pode ser ajustado caso o n.º de participantes seja inferior ao previsto (230 refeições).

À Consideração Superior,"

Presidente da Câmara:

"Tem a ver com as lembranças e o catering, apoio 3.140 que são: 230 refeições a 12,50€, mais 265,00 € de lembranças. Portanto, estamos todos convidados para lá estar no próximo dia 9 na Ilha."

A Câmara deliberou, por unanimidade, com base na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, apoiar a Banda Filarmónica Ilhense, com um subsídio no valor máximo de 3.140,00 € (três mil, cento e quarenta euros).

2.11.2.4. - Fábrica da Igreja Paroquial de Abiul - Apoio para obras de beneficiação da Igreja Paroquial de Abiul

Foi presente à reunião a proposta n.º 336/2018, ínsita na informação n.º 489/GAP/18, do Gabinete de Apoio à Presidência, datada 09/08/2018, que a seguir se transcreve:



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

"Assunto: Apoio às obras na Igreja Paroquial de Abiul

A Igreja Paroquial de Abiul sofreu obras no seu interior, nomeadamente com intervenções na pedra existente nos altares, cantarias, arco, pavimento à entrada e batisfério (limpeza da pedra, remoção de argamassas danificadas, restauro de pedra partida, tomação de juntas com argamassa e tratamento de pedra existente); ao nível das paredes e ornamentos existentes (fornecimento e aplicação de pedra moleanos ou semi-rijo, tratamento da pedra, remoção da parte inferior do Altar de Celebração para que este fique mais baixo e execução da cimalha oca), intervenções no lambrim existente (remoção do lambrim em azulejo nas laterais e fundo da nave, regularização com argamassa, aplicação de lambrim/rodapé em pedra moleanos, tratamento de pedra, pintura) e no pavimento (remoção de elementos e degraus/patamares existentes; aplicação de dois degraus, aplicação de pedra ataija amarela, recuperação dos degraus existentes na nave, aplicação de pedra moleanos sarapintado, e de um degrau em pedra na entrada junto à base das colunas de sustentabilidade do coro).

Foram ainda realizados trabalhos de pintura de paredes, teto, cimalha, metais existentes, madeiras do coro e das janelas e trabalhos de iluminação na nave principal, contorno do Altar Mor, Altar de Nossa Sra. das Neves, Altar (de celebração) ambão, órgão, Altares frontais, parte superior dos altares, sancas laterais, janelas da Nave Principal, Pia do batismo, Iluminação da entrada principal. Considerando o importante investimento ali realizado e a qualidade da obra depois de acabada, proponho a atribuição de um apoio de 40.000€ à Fábrica da Igreja Paroquial de Abiul para compartilhar as obras orçamentadas em 114.300€ (+IVA)."

Presidente da Câmara:

"Cá está outra intervenção muito significativa. A intervenção desta obra que está quantificada em cerca de 140.000,00 €, 114.000,00 € mais IVA, sendo que o IVA eles conseguem recuperá-lo, teve também aquelas dificuldades todas, que são conhecidas, porque houve embargo da Epar, houve uma ultrapassagem. Em rigor, a Igreja ficou muito bonita e muito requalificada, sob o ponto de vista dos revestimentos, mas também dos nichos onde tinha vária arte sacra bastante antiga. Como sabem, a Igreja de Nossa Senhora das Neves é antiquíssima, do Século XII, e a proposta que aqui vos trago é em função de tudo isto, darmos aqui um apoio de 40.000,00€ para estes trabalhos que, como sabem, é um dos monumentos nacionais que temos no nosso concelho. Ainda procurámos, deixem-me dizer-vos, que tentássemos reafectar uma parte da dotação financeira, que não será necessária, e que estava já apoiada para a recuperação das pinturas do interior da Igreja do Convento do Lourçal, que a dotação era de 300.000,00€, mas nós não precisamos de tanto, mas, não estando a obra classificada, nem em vias de classificação como monumento nacional, não tínhamos condições da reafectação, não conseguimos ir buscar dinheiro comunitário por esta razão. Eu acho que é um ex-libris da nossa freguesia de Abiul, a intervenção toda são de 114.300 mais IVA, só para o interior. Aliás, o que foi estabelecido foi aquela correção, a correção da escadaria de acesso, porque tinha que ser articulada com as ruas adjacentes, foi feita no âmbito da nossa empreitada, com o parecer deles, porque se aumentou também a zona do adro da Igreja, que era muito



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

pequeninã é um bocadinho excêntrica, ela nem sequer era retangular, depois tinha aquele precipício para o lado de trás e era ingrato e ficou bastante melhor. Essa requalificação, que é espaço da Igreja, porque a escadaria e o adro é da Igreja, foi feita no âmbito da recuperação do espaço público, isto é apenas dentro de casa.”

Michael António (Vereador):

“Sr. Presidente, diga-me só, à semelhança dum caso que referiu anteriormente, com a Direção Regional da Cultura e o Ministério da Cultura está tudo bem?”

Presidente da Câmara:

“Esta proposta só vem agora, porque a obra foi desembargada e as obras concluídas.”

Odete Alves (Vereadora):

“Eu começo por dizer que eu sou católica e não tenho nada contra a Igreja, pelo contrário, mas o Município representa, de certa forma, um Estado laico que nós temos, e eu, tendo em conta aquilo que está aqui explicitado nesta proposta, eu não consigo perceber muito bem qual é que foi aqui o critério para a definição do apoio neste valor, nos 40.000,00 €. Também não se vê qual é que foi, no fundo, o fundamento do pedido de apoio, não sei se foi por falta de capacidade financeira, da Fábrica da Igreja, qual é que foi o motivo que justificou? Compreendo a importância, do ponto de vista do património concelhio do imóvel em questão, mas gostaria de ter esta explicação para que, de uma forma mais transparente, todos possamos perceber o porquê deste apoio à Fábrica da Igreja que, no fundo, isto é património da Igreja Católica.

É só isso.”

Presidente da Câmara:

“Exatamente, por isso é que o apoio é à Fábrica da Igreja.

Está aqui o pedido, não foi distribuído, pelos vistos, em 8 de fevereiro de 2017, “o conselho económico da Fábrica da Igreja da Paróquia de Abiul, vem apresentar os seus trabalhos, a 1ª fase, recuperação exterior do templo através de limpeza de cantarias, conserto de pedaços quebrados, recuperação e tal, 50.000,00 €. 2ª fase restaurar a escadaria exterior de acesso ao templo. Em conversas tidas com o anterior Presidente, Eng.º Narciso, existe a possibilidade de incluir a escadaria no processo de regeneração urbana de Abiul, uma iniciativa que se veio a concretizar e o Sr. Presidente apoiou e levou à sua concretização, que muito agradecemos com apoio económico, tal apoio que muito nos ajudou e motivou a relançar a 3ª fase. 3º fase recuperação de estruturas internas do templo assegurados pela Comissão de arte sacra da diocese, fez-se o levantamento das necessidades e possibilidades e decidiu-se o seguinte: limpezas de cantarias, portas, etc. tudo estimado em 150.000 euros mais IVA” - que é o que estamos aqui a falar – “4ª fase, recuperação de altares e imagens sagradas, o primeiro estudo foi pedido à empresa de restauros, por orçamento de 85.000 euros, presentemente está em execução da 2ª fase e a iniciar a 3ª”, portanto, esta parte 4ª do património móvel não está aqui incluído.

Primeiro tem a ver com o próprio reconhecimento em instrumentos de gestão territorial da importância arquitetónica do espaço, é a 1ª questão, que sublinha a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

circunstância, a 2ª é de nós percebermos que está a acontecer uma coisa, que é uma evolução social, nós temos o património - e está aqui o parecer favorável também da DGC - no nosso território, o património sobrevive da afluência de pessoas aos serviços religiosos que são prestados. Há menos serviços religiosos, há menos afluência o que significa que as recolhas de fundos e os donativos são cada vez mais pequenos, o que significa que, das duas uma, ou colaboramos e o património vai-se mantendo com a imagem, o serviço e a identificação de identidade que representa para todos, crentes e não crentes, porque são marcos importantes para os territórios, ou vimos isto numa lógica exclusivamente da relação laica do Estado dizendo a César o que é de César e a Deus o que é de Deus e, portanto, o dinheiro de César não paga a Deus e as coisas ficam cada uma no seu lugar.

Repare, em rigor; sem prejuízo da titularidade do imóvel, está na Fábrica da Igreja Paroquial de Abiul serão, acima de tudo, as pessoas de Abiul que se sentem donos daquele património, portanto, são elas que usufruem, que utilizam, que ali casam os seus filhos, que ali enterram os seus mortos, que ali batizam as suas crianças, que ali têm as suas funções religiosas, que ali têm as práticas também de catequese e por aí fora. Não me parece que isto seja nada afastado daquilo que é a leitura que nós temos destas representações. Aliás costume dar este exemplo, das duas vezes que nós fomos chamados a participar também em processos de outras religiões, a Câmara usou exatamente o mesmo critério, no que diz respeito, por exemplo, à isenção dos pagamentos nos casos em concreto, não foi feito nenhum pedido de apoio que eles tinham, mas usámos o mesmo critério a dizer que é uma isenção de pagamento de taxas, por exemplo isso aconteceu nos templos de Testemunhas de Jeová, que se fez na Guia e aqui em Pombal, um critério de normalidade, não é discriminatório, positivamente, o tratamento é igual.

Acho que existe aqui um património, que o próprio município o reconhece como património de interesse municipal, por isso ele estar advertido desta forma, mas também é verdade que nós não temos que fazer o pagamento integral destes valores.

Onde é que a situação tem algumas diferenças, e nós também já deliberámos nesse sentido, quando por exemplo, estamos perante uma situação em que fazemos a requalificação dum largo de uma capela de uma igreja e onde a fruição pública daquele espaço é, de facto, o mais livre possível.

O que agora estamos a fazer, diferente do que se fazia antigamente, é salvaguardar em termos protocolares, os termos da concessão desses apoios. Porquanto, em nenhuma circunstância pode haver uma restrição de acesso público a esses lugares que tenham sido financiados pela Câmara. Estamos a falar de espaços públicos, por exemplo, agora em Albergaria dos Doze estamos a fazer isso, para evitar situações um bocado caricatas que já tivemos, - aquela da Redinha em que fizemos a obra, fomos inaugurá-la, o Sr. Bispo esteve cá, benzeu aquilo tudo e passados quinze dias fazem usucapião e tiram o património ao Município.

Portanto, o que é que nós queremos, e isto não é a situação de regra, terá sido exceção e, portanto, a ideia é, um espaço de fruição pública que é integrado no âmbito dos passeios, que faremos agora em Almagreira a mesma coisa. O que estamos a negociar agora com as Meirinhas, exatamente a mesma coisa, grande



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

parte da zona mais central das Meirinhas é da Fábrica da Igreja, tem que ser articulado com a Fábrica da Igreja, fazer intervenções de espaço público em espaço da Paróquia. Quando eu digo fruição pública, eu vou partir do pressuposto que não vai haver ali nenhum concurso de t-shirt molhada à porta da Igreja, que é um espaço público, e podia haver aqui, e a Câmara tinha que decidir, vou partir do pressuposto que as pessoas olham para o espaço com a devida atenção e, portanto, é uma fruição pública dentro daquilo que é uma utilização normal, que é fazer uma festa, de um concerto, faz um peditório, tem um casamento, tira fotografias, vai visitar, etc., é um espaço que é fruído por todos, sem prejuízo da sua titularidade. Tem sido este o critério que temos utilizado, aqui é uma percentagem do investimento. Eu confesso, eu vou dizer-lhe como é que eu costumo negociar com eles, eu faço a pergunta, se têm condições para suportar os custos e de onde vem esse dinheiro, e faço-o o mais abertamente possível, porque nós não temos obrigação de saber se aquilo é ou não viável, e se as pessoas pagam ou não pagam.

Agora é verdade, deixem-me dizer o seguinte: às vezes, já senti, que nem sempre as fábricas da Igreja fazem os pedidos a quem possa ajudar no âmbito da Igreja, faz sentido que haja pedidos a outras entidades que vão ajudar, e dizer assim, neste momento não há condições, porque às vezes, confunde-se boa vontade e iniciativa de quem está à frente das fábricas das igrejas com outras coisas, e isso tem um preço. Por isso é que eu digo, nem devemos pagar tudo nem devemos pagar nada, ser um valor equilibrado, os valores que aqui estão de intervenção, são muito significativos, reparem, há um esforço da comunidade muito grande, porque são quase 150.000 euros.

O valor pedido não é objetivo, nós depois negociamos, não fazem pedidos, eu recebo, portanto é um valor de orçamento, e deixam à consideração do Município, e depois na reunião faço essa ponderação, até porque imagine que se tratava apenas de um acesso para melhorar, até fizemos isto lá em cima na capela dos Crespos, é um acesso para pessoas mais velhas, precisam aqui de um apoio para fazer e ter uma rampa, uma coisa de 2.000 euros, “então mas não há ninguém para fazer a obra?” “Há.” “Então porque não compra os materiais?” “Aí ninguém se lembrou disso.” “Então não faz a obra?” “Faço, sei fazer.” “Então compre os materiais.”. Os materiais ficaram em 700 euros porque as pessoas fizeram aquilo, foi uma coisa muito simples.”

Odete Alves (Vereadora):

“E as obras estão feitas?”

Presidente da Câmara:

“Sim está feita, mas não fico à espera que eles tenham o dinheiro todo no bolso, para lançar as obras, senão nada se fazia. As vezes, quando as obras começam, começa a haver outras pessoas que mostram interesse em financiar, tem que se falar sempre com as pessoas e acreditar no que as pessoas nos dizem.”

Odete Alves (Vereadora):

“Ficamos sem saber quanto é que eles suportam?”

Presidente da Câmara:



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

“Suportam a diferença. Quando eu tive a conversa com eles, este valor era suficiente para liquidar o restante. Reparem, se me tivessem dito 100.000 euros, eu tinha dito que não era possível. Mas percebeu-se que não era preciso ir mais longe, chegou-se à conclusão que eram 40.000 euros, isto já foi em fevereiro de 2017 não esquecer que depois do embargo também houve ali modificações.”

Michael António (Vereador):

“Sr. Presidente, deixe-me só, e porque eu só referi aquela parte do embargo, eu quero dizer-lhe também o seguinte, não é uma declaração de interesses, mas vale o que vale, eu voto favoravelmente estes apoios à Igreja Católica Portuguesa, como apoiaria um subsídio a qualquer outra religião, que viesse aqui à reunião de Câmara. E isto é que eu quero dizer, até pegando nas palavras da Dra. Odete Alves, ou seja, somos um estado laico, não professamos nem protegemos nenhuma religião, portanto são todos iguais. É evidente que também temos que ter em conta a cultura no nosso país e os séculos de existência que nós temos, sempre associados a essa mesma religião, cada caso é um caso, e o que eu quero dizer, é que aqui na Câmara, o que eu me lembro, eu acho que não deve haver nenhuma capela ou largo que ainda não tivesse recebido subsídios desta Câmara, estes anos. Portanto, para dizer que, neste caso, eu voto favoravelmente, para proteger o património edificado, que neste caso é da Igreja Católica, fosse ele qual fosse. Aliás, nós já propusemos aquisição, olhe Sr. Presidente, daquilo que eu lhe dizia, do Convento do Carmo, se trouxer cá um dia uma proposta, para o adquirir à paróquia, eu sou o primeiro a votar favoravelmente, desde que o valor seja razoável. Mas isto para dizer, a minha declaração de interesses de voto, porque efetivamente já não há crucifixo nas salas de aula, e essas coisas, mas estas coisas continuam a ser normais, e, como aliás, já houve aqui um pedido, a Câmara chegou a ceder um terreno para a construção de uma igreja que não tinha nada a ver com a igreja católica, ali na Charneca.”

Narciso Mora (Vereador):

“Na Urbanização das Oliveiras.”

Michael António (Vereador):

“Exatamente. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:

“Repare, uma coisa é a questão patrimonial, outra coisa é, por exemplo, um financiamento ao funcionamento, não faz sentido nenhum, nós não temos que andar a pagar a sacerdotes nem para catequese nem nada disso, essas coisas têm que ser tidas em linha de conta e, às vezes, as pessoas também têm que fazer contas. No outro dia, veio aqui uma discussão sobre a renovação da casa paroquial da Redinha para fazer salas de catequese, e era uma obra de 100.000,00 €, e eu disse “mas vocês já fizeram as contas a cada metro quadrado, eu não posso pagar isto”.

É verdade que aquele edifício, enquanto estrutura e enquanto residência paroquial, é provavelmente o mais distinto do concelho, o da Redinha, é o mais distinto, uma coisa muito velha, para aí 80 anos, mas está bem enquadrado, é um edifício simpático, mas tem que se fazer as placas e mais não sei o quê, e mais a cobertura. Agora a questão é essencialmente patrimonial, reparem, mas como é que vamos olhar para isto no futuro? As capelas são muito pequeninas, têm poucas missas, têm poucos



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

frequentadores, logo têm poucas esmolas, não têm dinheiro.

Há sítios que recebem e há sítios que gastam, não é? E a questão é esta, se nunca lá chegarem pedidos nunca haverão respostas. Tem que se dizer “eu preciso que o Senhor formalmente faça o pedido, não seja apenas aqui à Câmara Municipal”, não é?

No caso de Abiul, eles asseguraram os 100.000 euros do investimento, é razoável, não é? E não há financiamentos para isto.

Eu enquanto for Presidente de Câmara, nesta preservação patrimonial, não hesitarei um segundo, acho que eles têm que ter também um esforço para procurar outras fontes de candidaturas. Aliás, há muito tempo que nós não apreciamos nenhuma candidatura de trabalho de natureza simples, feita por nenhuma coletividade deste concelho, há muito tempo! E agora voltei a registar esta possibilidade, porque, mesmo que seja só uma por ano, já lá vai o tempo em que nós fazíamos. Eu em 2001, quando fui para a junta, deixei aqui 27 candidaturas para apoiar futebóis e andebóis e largos, etc. e muitos deles foram feitos, foi imensa coisa que recebeu, polidesportivos, e agora há menos dinâmica para isso.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, com base na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, apoiar a Fábrica da Igreja Paroquial de Abiul, com um subsídio de 40.000,00 € (quarenta mil euros).

2.11.3. Isenções de Taxas

2.11.3.1. - Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santiago de Litém - Pedido de emissão de licença especial de ruído e isenção da taxa

Foi presente à reunião o requerimento em nome da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santiago de Litém, em que solicita a emissão e isenção do pagamento da licença especial de ruído, para a realização dos festejos em honra de Nossa Senhora dos Milagres, a realizar entre os dias 7 e 9 de setembro de 2018, no lugar de Catelaria - Santiago de Litém.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão da licença especial de ruído e isentar o requerente do pagamento das taxas, no montante de 61,80 € (sessenta e um euros e oitenta cêntimos).

2.12. Intervenções do Público

Não houve intervenções do público.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata por minuta, para efeitos imediatos.

Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram



MUNICÍPIO DE POMBAL

0018/CMP/18

31-08-2018

dezanove horas da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu Virgínia Moderno redigi, subscrevo e vai ser assinada.